

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Mestrado em Comunicação

Giulia Reis Vinciprova

O CONCEITO DE DESINFORMAÇÃO NAS PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO:
análise das teses e dissertações publicadas no Brasil

Porto Alegre
2024

Giulia Reis Vinciprova

O CONCEITO DE DESINFORMAÇÃO NAS PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO:
análise das teses e dissertações publicadas no Brasil

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Träsel

Porto Alegre

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Vinciprova, Giulia Reis

O CONCEITO DE DESINFORMAÇÃO NAS PESQUISAS EM
COMUNICAÇÃO: análise das teses e dissertações
publicadas no Brasil / Giulia Reis Vinciprova. --
2024.

128 f.

Orientador: Marcelo Träsel.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. pós-verdade. 2. fake news. 3. desinformação. 4.
jornalismo. 5. análise de conteúdo. I. Träsel,
Marcelo, orient. II. Título.

Giulia Reis Vinciprova

O CONCEITO DE DESINFORMAÇÃO NAS PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO:
análise das teses e dissertações publicadas no Brasil

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Träsel

Aprovada em:Porto Alegre,4 de abril de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Suely Dadalti Fragoso
UFRGS

Prof. Dra. Taís Seibt
UNISINOS

Dra. Brenda dos Santos Parmeggiani
Agência de Assessoria em Comunicação

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe e avós pelo apoio durante este processo. Agradeço também aos amigos (antigos, novos, da graduação, do mestrado, do trabalho, da FABICO) que incentivaram a conclusão deste trabalho. Da mesma forma, agradeço a orientação recebida por todos os professores envolvidos nesta pesquisa, e, em especial, a Professora Laura Wottrich, que me incentivou a participar do processo seletivo do PPGCOM/UFRGS em 2021. Não obstante, agradeço novamente ao meu psicólogo, psiquiatra e ao Venvanse 70 mg: nada disso seria possível sem vocês!

Esta dissertação foi desenvolvida com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Eu não vim pra me explicar
Eu vim pra confundir
Eu não vim pra me explicar

Alexandre Magno Abrão

RESUMO

O fenômeno da desinformação é um desafio complexo que afeta diversas esferas da sociedade e tem sido amplamente estudado na área da Comunicação. Este trabalho de pesquisa busca entender como o conceito de desinformação foi abordado em teses e dissertações de programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil. Ao analisar o uso de termos como "pós-verdade", "fake news", "desinformação", "desordem informacional", "fact-checking" e "infodemia" em diferentes contextos de pesquisa, buscamos identificar autores e trabalhos mais citados, assim como a diversidade de abordagens conceituais. A metodologia utilizada é a análise de conteúdo (Bardin, 2016), com foco na compreensão qualitativa dos trabalhos acadêmicos. Após a análise de 79 pesquisas, o trabalho destacou a complexidade do conceito de desinformação, evidenciando uma tendência à retroalimentação de autores e teorias, com somente 10% dos autores sendo responsáveis por um terço das citações. Conclui-se que a compreensão aprofundada da desordem informacional é crucial para desenvolver estratégias eficazes de combate, demandando reflexões sobre o papel e limites do Jornalismo e da Comunicação como prática profissional e como ciência social.

Palavras-chave: pós-verdade; fake news; desinformação; análise de conteúdo; jornalismo.

ABSTRACT

The phenomenon of disinformation is a complex challenge that affects different spheres of society and has been widely studied in the field of Communication. This research work seeks to understand how the concept of disinformation was addressed in theses and dissertations of postgraduate programs in Communication in Brazil. By analyzing the use of terms such as "post-truth", "fake news", "disinformation", "information disorder", "fact-checking" and "infodemics" in different research contexts, we sought to identify the most cited authors and works, as well as the diversity of conceptual approaches. The methodology used is content analysis (Bardin, 2016), focusing on the qualitative understanding of academic works. After analyzing 79 studies, the work highlighted the complexity of the concept of misinformation, highlighting a tendency towards feedback between authors and theories, with only 10% of authors being responsible for a third of the citations. It is concluded that an in-depth understanding of information disorder is crucial to developing effective combat strategies, requiring reflections on the role and limits of Journalism and Communication as a professional practice and as a social Science.

Keywords: post-truth; fake news, disinformation, content analysis, journalism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	PÓS-VERDADE, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: PROBLEMATIZAÇÕES E ABORDAGENS	12
2.1	PÓS-VERDADE.....	14
2.2	DESINFORMAÇÃO	22
2.3	FAKE NEWS.....	31
2.4	INTERNET: ALÉM DAS CÂMARAS DE ECO E FILTROS-BOLHA.....	38
3	INFOCRACIA: COMUNICAÇÃO, JORNALISMO E TECNOLOGIA	40
3.1	REGIME DA INFORMAÇÃO	41
3.2	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E JORNALISMO.....	46
3.3	O CAMPO JORNALÍSTICO.....	49
3.4	PÓS-VERDADE E PÓS-JORNALISMO?	56
3.4.1	Mídias eletrônicas e cibercultura	61
3.5	CONTEXTOS, DADOS E FATORES.....	63
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	66
4.1	PESQUISAS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO NO BRASIL	67
4.2	ANÁLISE DE CONTEÚDO	70
4.2.1	Pré-análise	74
4.2.2	Exploração do material	83
5	O CONCEITO DE DESINFORMAÇÃO: RESULTADOS E INFERÊNCIAS ...87	
5.1	TRATAMENTO DOS RESULTADOS	87
5.2	INFERÊNCIAS E TENDÊNCIAS	107
6	CONCLUSÃO	112
	REFERÊNCIAS	116
	ANEXO A — TABELA COMPLETA DOS TRABALHOS ANALISADOS	124

1 INTRODUÇÃO

Em julho de 2023, Leandro Batista, um brasileiro de 37 anos, embarcou em uma viagem para a Noruega em busca de confirmar uma crença que ele divulgava em seu canal do YouTube e redes sociais: o terraplanismo¹. Após acompanhar o fenômeno conhecido como Sol da meia-noite, em uma viagem custeada pelos seus seguidores através de uma “vaquinha” online (*crowdfunding*²), concluiu que não acreditava mais no terraplanismo.

Ao longo de seis anos, Leandro produziu aproximadamente 3 mil vídeos defendendo a teoria da Terra plana. Agora, de acordo com ele, queria produzir conteúdo para refutar tudo o que disse anteriormente e mostrar o motivo da Terra não ser plana.

O episódio da viagem de um terraplanista que 'descobre' a esfericidade da Terra é um exemplo de como o cenário de “distúrbio informacional” (Fragoso, 2023; Wardle; Derakhshan, 2017) tornou-se um desafio significativo, que afeta vários aspectos da sociedade. O ecossistema da desinformação é uma rede complexa de agentes, tecnologias e estratégias que representam ameaças não somente para a saúde pública e a democracia, como percebido pelas reações anti-científicas acerca da pandemia de COVID-19, mas também para as relações sociais, econômicas e institucionais.

Como o próprio Leandro explica, seu interesse e crença no movimento terraplanista surgiu a partir de um vídeo no YouTube. Alguns meses depois, ele mesmo produzia e publicava vídeos na plataforma, em seu canal chamado "Inteligência Natural", defendendo a ideia de que a Terra é plana, negando registros oficiais e fenômenos naturais. Quando anunciou sua mudança de posicionamento, relatou ter sofrido críticas e perda de seguidores.

Ele nega que tenha participado do movimento para lucrar, mas admite que os conteúdos foram rentáveis através da monetização do YouTube. Desempregado na pandemia de COVID-19, o dinheiro dos anúncios foi essencial como renda extra. Ao mesmo tempo, enfrenta dificuldades para conseguir financiamento para uma segunda

¹ O relato foi construído a partir do depoimento prestado à BBC Brasil, disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4n402278zko>>.

² *Crowdfunding* é um financiamento coletivo de um grupo de pessoas. A modalidade ganhou espaço na internet com as “vaquinhas” virtuais como forma de levantar recursos para projetos, ideias ou empreendimentos sem depender das formas tradicionais de financiamento.

viagem: quer ir até a Antártida mostrar o Sol da meia-noite aos que ainda duvidam da existência do fenômeno natural.

Apesar da facilidade com que podemos apontar algum exemplo de desinformação (como narrado acima), as linhas são cada vez mais tênues quando reconhecemos que a divulgação e produção destes conteúdos apresentam finalidades e objetivos variados, nem sempre refletindo informações tão evidentemente falsas. É uma perspectiva débil assumir que a educação formal ou escolha política são os únicos fatores que influenciam no consumo e na crença nessas informações: de certa forma, todos somos suscetíveis a movimentos como o “antivax” e a “teorias da conspiração favoritas” em alguma área do conhecimento. Conforme Fragoso (2023, p. 372), questões de identidade, pertencimento e crença tornam as teorias da conspiração, por exemplo, “particularmente atraentes em meio à configuração social contemporânea caracterizada por transformações constantes, intensas e em velocidade acelerada”.

O fenômeno não passou despercebido pelas pesquisadoras e pesquisadores da Comunicação. Em escala global, estudos focados na disseminação e produção destas informações (Wardle; Derakhshan, 2017), no impacto das redes sociais na polarização (Benkler; Faris; Roberts, 2018) e no declínio das instituições democráticas (Bennett; Livingston, 2018) foram desenvolvidos. Nas pesquisas brasileiras, a desinformação também vem sendo abordada com mais frequência desde 2018, porém contando, ainda, com conceitos desenvolvidos pelo norte global (Träsel; Vinciprova, 2022).

O relatório de Wardle e Derakhshan (2017; 2023), como constatado também por Moreira Mendes, Mattos e Oliveira dos Santos (2023), é a principal fonte para os conceitos de *disinformation*, *misinformation* e *malinformation*. Traduzido do inglês somente no segundo semestre de 2023 por um grupo de pesquisadores brasileiros (sendo, inclusive, a única versão oficial do relatório em outra língua), os três conceitos não possuem tradução direta ou consenso por parte dos acadêmicos brasileiros. Enquanto *malinformation* é mais facilmente associada à intenção de causar dano, como práticas de vazamento de dados pessoais, *disinformation* e *misinformation* acabam tendo a mesma tradução para o português brasileiro: desinformação.

A tradução (Wardle; Derakhshan, 2023) distingue *disinformation* como desinformação; *misinformation* como informação falsa e *malinformation* como informação maliciosa, mas se trata ainda de uma proposta inicial que precisará ser

apreendida e utilizada pelos pesquisadores em Comunicação do Brasil. Como toda a tradução, é um processo muito mais do que somente operacional: precisa lidar, também, com práticas e aspectos culturais. Então, por mais que a tradução não esteja incorreta, ainda não transmite o mesmo sentido proposto pelos prefixos originais, como *mis*, que compartilha o sentido com termos como *mistake*, (ou erro não intencional), diferente do que é entendido por informação falsa, que induz um sentido de fingimento. É um exemplo da dificuldade conceitual com que os pesquisadores de outros idiomas lidam, ou, às vezes, escolhem não lidar.

Ao mesmo tempo, na perspectiva comunicacional, a diferença entre *disinformation* e *misinformation* reside na intenção de enganar, o que se mostra um desafio na sociedade da informação, que transformou e afetou de forma prática o modo como nos comunicamos como sociedade. A desinformação, diferente da *misinformation*, se configura como reivindicações que o emissor sabe se tratam de falsidades e as propõe intencionalmente, o que não faz parte da ética e do trabalho jornalístico.

O fenômeno da desinformação surge com o enfraquecimento da indústria jornalística e do valor da verdade. O excesso de informações, amplificado pela internet e redes sociais, desafia a noção do jornalismo como fonte de informação qualificada e influenciadora da opinião pública. E, apesar do fenômeno afetar diversas esferas comunicacionais, como a comunicação política, os estudos em desinformação no Brasil estão voltados, primordialmente, para questões relacionadas ao jornalismo. Como evidenciado pelos dados do presente trabalho, apresentados em capítulos posteriores, cerca de 70% das teses e dissertações analisadas versam sobre a desinformação/*fake news* e jornalismo.

Por isso, estas diferenciações são essenciais para propostas práticas de educação midiática, letramento midiático, *fact-checking* e outras estratégias de combate à infodemia. As categorias propostas por Wardle e Derakhshan (2017; 2023) não são suficientes.

Para começar a desembaraçar o nó da desinformação, o presente trabalho pretende iniciar um debate acerca do conceito. Utilizamos desinformação de forma ampla, com uma tradução unificada de diversos termos advindos da língua inglesa. A partir de uma compreensão mais aprofundada, a proposta é trazer uma perspectiva sobre as produções nacionais acadêmicas, buscando entender os problemas que surgem deste cenário. Como produto de finalização de um percurso de dois anos de

mestrado, também é parte de um projeto de pesquisa maior desenvolvido pelo Prof. Dr. Marcelo Träsel, que tem como um dos objetivos específicos realizar uma revisão bibliográfica sobre a desinformação e caracterizá-lo como fenômeno comunicacional.

Desta forma, a pergunta que guia esta pesquisa é: como o conceito de desinformação foi utilizado nas Teses e Dissertações produzidas por programas de pós-graduação (PPG) brasileiros da área de conhecimento da comunicação? O objetivo geral é **analisar os trabalhos de conclusão dos cursos de mestrado e doutorado defendidos nos PPGs da área da comunicação do Brasil, a fim de apreender a utilização de conceitos ligados à desinformação nos estudos em comunicação.**

Os objetivos específicos são:

- a) identificar os autores mais citados no referencial teórico relacionado ao conceito de desinformação a partir de uma análise de conteúdo;
- b) diferenciar os termos relacionados ao fenômeno da desinformação mais utilizados nas teses e dissertações;
- c) tensionar os diferentes sentidos dados ao conceito de desinformação, com base em teorias comunicacionais.

A metodologia aplicada é a análise de conteúdo (Bardin, 2016), com uma abordagem qualitativa e finalidade descritiva (Prodanov; Freitas, 2013).

O primeiro capítulo lida com os termos pós-verdade, *fake news* e desinformação a partir de autores como Wardle e Derakhshan (2017; 2023), Gelfert (2018), Santaella (2018), D'Ancona (2018), Kakutani (2018). O segundo capítulo aborda temáticas da comunicação, informação e jornalismo por Han (2022), Reginato (2016), Castells (2002; 2003), Bourdieu (1998). O terceiro, e último, capítulo descreve os procedimentos metodológicos e as escolhas de pesquisa, contextualizando a produção acadêmica da área da Comunicação por Gil (2008), Vanz *et al.* (2007) e Sampaio e Lycarião (2021).

2 PÓS-VERDADE, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: PROBLEMATIZAÇÕES E ABORDAGENS

Após analisar 79 teses e dissertações da área da Comunicação para o presente trabalho, além de outros materiais bibliográficos similares para a produção de artigo apresentado no 20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (Träsel; Vinciprova, 2022), foram identificados padrões recorrentes no emprego de autores e conceitos nos referenciais teóricos. Tais recorrências serão exploradas com mais profundidade durante o último capítulo desta dissertação. Entretanto, para uma melhor compreensão e organização da discussão posterior, a seção atual apresentará alguns dos principais autores, teorias e conceitos mobilizados nos trabalhos analisados, incorporando uma das sugestões apresentadas durante a etapa de qualificação.

Diante disso, três conceitos principais surgem com frequência e de maneira centralizada: pós-verdade, desinformação e *fake news*. Também foi identificado o uso de termos congêneres como infodemia, desordem informativa (ou informacional, ou da informação), pseudonotícia, notícias falsas, ecossistema da desinformação, desorganização informacional, *misinformação*, desinfodemia, informações incorretas e más informações, mas raramente aparecem como palavras-chave ou termos principais nos textos.

Os pesquisadores Moreira Mendes, Mattos e Oliveira dos Santos (2023) realizaram uma metapesquisa analisando os artigos sobre desinformação indexados pelo Portal de Periódicos da Capes entre 2020 e 2022 no contexto pandêmico. Uma das conclusões apresentadas é similar ao percebido no percurso das etapas de análise realizadas pela autora deste trabalho.

Por mais que alguns termos estejam defasados ou questionados atualmente, mesmo considerando o período investigado, ou seja, durante a pandemia da Covid-19, a exemplo de *fake news*, os artigos do corpus apropriam-se dos termos e conceitos presentes na literatura acadêmica, com baixo nível de preocupação em problematizá-los e adequá-los aos contextos sociopolíticos e culturais em que eles estão sendo utilizados. Essa questão ficou evidente na análise do corpus da metapesquisa, que identificou, dentre os 26 artigos, apenas um que faz esse tipo de questionamento (Moreira Mendes; Mattos; Oliveira dos Santos, 2023, p. 256).

A multiplicidade dos conceitos e traduções é uma das motivações para a presente pesquisa. Como podemos identificar ou analisar algo que não conseguimos conceituar? Como podemos, com ainda mais complexidade, desenvolver possíveis estratégias de combate? E, principalmente, como estamos organizados dentro do

campo da comunicação (e do jornalismo) sistematizando nossos conhecimentos, achados e experiências?

Estes questionamentos e observações colaboraram para uma sensação ainda maior de desordem, inclusive dentro da própria área de conhecimento da comunicação. Os conceitos de pós-verdade, desinformação e *fake news* aparecerão como conceitos âncora, cada um com suas peculiaridades, representando uma discussão específica na esfera comunicacional e pública. Não há pretensão de caracterizar um conceito como certo ou errado, ou até mesmo de escolher uma visão deliberadamente, apontando o caminho que será seguido para todo o resto do material e ignorando outros contrários, mas de problematizar e sistematizar perspectivas vigentes.

Não podemos nos esquivar, porém, de um registro do que as diversas leituras teóricas contribuíram para o entendimento do cenário conceitual e para o avanço da pesquisa. Em vista disso, utilizaremos as ideias apresentadas na sequência:

1. Pós-verdade: contempla (possíveis) fissuras nas estruturas auto-organizadas das sociedades (Lopes, 2022), evidenciando uma mudança generalizada nos valores culturais ocidentais;
2. Desinformação: é uma das “consequências” da Era da Pós-Verdade, e contempla todo o ecossistema de produção, manipulação e distribuição de informações falsas ou maliciosas, que podem causar danos intencionais ou não (Wardle; Derakhshan, 2017);
3. *Fake news*: é uma espécie de desinformação, disseminada publicamente, que atinge uma grande quantidade de pessoas e mascara-se de notícia propositalmente (Gelfert, 2018).

Essas afirmações são propositalmente genéricas, com a intenção de facilitar a esquematização proposta na figura a seguir. Na imagem, cada camada representa um dos conceitos.

Figura 1 - Esquematisação simplificada dos conceitos



Fonte: a autora (2023).

Assim, como demonstrado pela Figura 1, as *fake news* são consideradas um dos muitos tipos ou formatos de desinformação. Da mesma forma, a desinformação, como fenômeno, é uma das manifestações sintomáticas do que seria considerado uma sociedade da pós-verdade. À medida que cada um dos conceitos é desenvolvido ao longo dos subcapítulos, constataremos suas diensões e aspectos singulares.

2.1 PÓS-VERDADE

A era da pós-Verdade pode ser entendida como uma tendência global do desmoronamento do valor da verdade (D’Ancona, 2018); diminuição do valor da verdade (Kakutani, 2018); desfalque das democracias-representativas (Santaella, 2018); inversão do relativismo cultural da verdade pelo real da guerra ao terror (Dunker, 2017); e uma base lógica social criada para adulterar a verdade e permitir uma dissimulação generalizada sem culpa (Keyes, 2004).

Todos estes autores, com exceção de Santaella na obra *A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?* (2018), acreditam e trabalham com o conceito de pós-verdade como sendo verdadeiro, oferecendo teorias e hipóteses sobre o seu surgimento, desenvolvimento e impacto social. Coincidentemente ou não, Lucia Santaella é a única teórica da comunicação brasileira entre os autores mobilizados: Michiko

Kakutani e Ralph Keyes são jornalistas estadunidenses, Matthew D’Ancona é jornalista britânico, enquanto Christian Dunker é um psicanalista brasileiro.

O conceito ganhou notoriedade em 2016, quando foi eleito a palavra do ano pelo *Oxford English Dictionary*. De acordo com o dicionário, a votação do referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia e a eleição de Donald Trump geraram um crescimento do interesse público pelo termo, justificando a escolha. A definição que consta no *Oxford English Dictionary* foi amplamente utilizada nos trabalhos analisados, e caracteriza o termo como um adjetivo “relacionando ou denotando circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença”³ (Oxford Dictionaries, 2016, s.p., tradução própria).

O artigo *A government of lies*, escrito pelo escritor sérvio-americano Steve Tesich (1992) sobre o escândalo do Irã e da Guerra do Golfo, foi creditado pelo dicionário como a primeira aparição do termo pós-verdade com a intenção de implicar o enfraquecimento da verdade, seguido do livro *The post-truth era*, de Keyes (2004). O autor, inclusive, cita o texto de Tesich em uma das primeiras aparições do termo na obra.

O resgate histórico, mesmo que breve, do termo e as motivações que influenciaram seu destaque refletem a hipótese de uma ligação essencial (e antiga) com a política. As obras de Kakutani, *A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump* (2018), e de D’Ancona, *Pós-Verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news* (2018), foram altamente motivadas pelos resultados de votações em seus respectivos países. Trump também aparece na obra de Keyes (2004) como um dos exemplos midiáticos da manipulação da verdade, mais de 10 anos antes da sua eleição.

Com a premissa de que a pós-verdade é uma tendência percebida pelo menos desde os anos 1990, os autores se voltam para um resgate histórico. Kakutani (2018), D’Ancona (2018) e Keyes (2004) traçam paralelos fortes com a política (principalmente com os políticos) e cultura estadunidenses. Os dois últimos dedicam-se a uma análise acerca de figuras públicas como George W. Bush, Al Gore e Bill e Hillary Clinton, assim como abordam temas do comportamento social dos

³ No original, “[...] relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief”.

estadunidenses, como a paranóia e as teorias da conspiração. Retomando um ensaio do historiador Richard Hofstadter, publicado em 1964, D’Ancona afirma que:

O insight principal de Hofstadter [...] era a distinção que ele inferiu entre a paranóia dos conspiradores contemporâneos e o alarmismo daqueles que, em séculos passados, apontaram suas armas contra, por exemplo, católicos, maçons e os Illuminati da Baviera. [...] De acordo com ele, as teorias da conspiração eram um ‘fenômeno psíquico persistente que afetava com certa constância uma minoria modesta da população.’ Contudo, na era da pós-verdade, não é mais assim (D’Ancona, 2018, p. 61-62).

Kakutani (2018) cita o mesmo ensaio, mas apropria-se dos argumentos de forma diferente. A autora tem uma visão mais complexa do que chama de declínio da importância do discurso racional:

Hofstadter notou que o estilo paranoico tende a se manifestar em ‘ondas episódicas’. [...] argumenta que a direita moderna tende a ser mobilizada por um sentimento de ressentimento e desapropriação: ‘Os Estados Unidos, em grande parte, foram tomados dessas pessoas’, escreveu ele, e elas podem acabar achando que ‘não tem acesso à barganha política ou à tomada de decisões’ (Kakutani, 2018, p. 26-27).

Adentrando o terreno da pós-modernidade, Keyes (2004) utiliza a expressão “relativismo pós-moderno” e acredita que o aumento de estadunidenses nas universidades, as aparições de acadêmicos na televisão e a popularização do uso de técnicas narrativas ficcionais (como exemplo do Jornalismo Literário) permitiu a difusão de “tendências intelectuais”⁴, que previamente ficariam contidas em pequenos grupos. Para ele (2004, p. 121, tradução própria), “[...] o sistema de valores da academia infiltrou-se em mais cantos e recantos da vida cotidiana do que nunca”⁵ e que “[...] as perspectivas pós-modernas levantam questões filosóficas importantes sobre a natureza da verdade, mas o que é relevante principalmente para o discurso intelectual nem sempre se adapta bem à vida cotidiana”⁶.

Neste sentido, D’Ancona (2018, p. 14) deixa indícios sutis de uma afinidade com ideias conservadoras liberais: “este livro não trata da extrema-direita [...]. É bastante óbvio imaginar um equivalente de esquerda de Trump se agitando e subindo ao poder em uma onda de mentira e populismo impostor”. Convenientemente, também, D’Ancona (2018, p. 84) afirma: “Se Marx não tivesse trabalhado em *O Capital*

⁴ No original, “intellectual fads”.

⁵ No original, “[...] the value system of the academy has crept into more nooks and crannies of everyday life than ever before”.

⁶ No original, “[...] postmodern perspectives raise important philosophical questions about the nature of truth, what’s relevant primarily to intellectual discourse doesn’t always travel well into daily life.”

no salão de leitura do Museu Britânico [...], a história do último século poderia ter sido diferente”. Enquanto aborda o negacionismo científico e o revisionismo histórico na era digital, D’Ancona (2018, p. 85-88) abertamente responsabiliza o pós-modernismo e a ‘esquerda intelectual’ pela situação: “[...] ao questionar a própria noção de realidade objetiva, desgastaram muito a noção de verdade. [...] os textos pós-modernistas prepararam o terreno para a pós-verdade”.⁷

Kakutani (2018, p. 87) entende que o argumento pós-moderno de que existiriam múltiplas verdades factuais foi explorado “por aqueles que quiseram defender teorias ofensivas ou desacreditadas, ou equiparar coisas que não podem ser equiparadas”. Retomando a matriz política da pós-verdade, a autora (2018, p. 95) liga a subjetividade e o autocentrismo que imperam na sociedade materialista estadunidense a um processo de distorção e desconexão da realidade entre “[...] o que sabem ser verdade e o que os políticos dizem, entre o senso comum e o funcionamento do mundo”.

Com as devidas especificidades temporais e geográficas de cada autor, os três concordam que uma combinação de fatores organizou a era da pós-verdade. São esses: o declínio da verdade como valor cultural em todas as esferas da sociedade estadunidense, o questionamento da própria credibilidade pelas instituições sociais e a adoção da subjetividade nas narrativas cotidianas, todos amplificados pelos meios de comunicação (D’Ancona, 2018; Kakutani, 2018; Keyes, 2004).

Face a isso, é conveniente lembrar que as obras citadas acima não são, ou pretendem ser, material acadêmico. Todos são livros escritos por jornalistas, que citam obras bibliográficas para embasamento narrativo, mas com foco opinativo e tendo o público-geral como alvo. Todos operam em uma submissão ao conceito:

a ideia de que há uma sociedade pautada em mentiras, e que precisa ser moralizada pela verdade é recorrente. E, principalmente, também está fortalecida a noção de que o que se opõe à crença, que supostamente a pós-verdade teria estabilizado, é a verdade enquanto uma virtude. No entanto, a entidade ‘verdade’ foi longamente discutida no interior da filosofia, da comunicação, das ciências sociais, e os seus meandros, enquanto um discurso de poder, foram designados por Foucault, entre outros pesquisadores. Ao que parece, à estrutura de crença que organiza a pós-verdade, a resposta tem sido a partir da também crença em uma ideia de verdade. Em outras palavras, a resposta ao fundamentalismo é fundamentalista, sustentada pelo verbo *creer* (Perniciotti, 2020, p. 19).

⁷ Isto posto, apesar de sua popularidade entre os trabalhos analisados no percurso da presente pesquisa, a obra de D’Ancona (2018) deixa a desejar quanto material teórico. O autor continuará aparecendo no decorrer do trabalho como forma de criticar e expor a qualidade do material, mas é questionável o uso acrítico das suas ideias percebido nas produções do campo da comunicação.

Em contraposição, Santaella (2018, p. 9) resgata a questão central: a pós-verdade é verdadeira? Embasada em uma perspectiva semiótica peirceana, entende que a mente humana funciona (e é atraída) por padrões, criando hábitos de pensamento que, por sua vez, funcionam como guias para a ação. A tendência é, então, evitar “novas informações que não se alinham com aquilo que cremos ser verdade, pois isso nos desobriga de pensar diferente, sentir diferente e, conseqüentemente, agir diferente”.

Para a autora (2018), a lógica proposicional, na qual se pode associar um valor de verdadeiro ou falso, mas não ambos, não opera na mesma lógica semiótica da vagueza inalienavelmente constitutiva da comunicação. Não há comunicação inteiramente definida (não-vaga). Mas, como a mesma argumenta, este pensamento não deveria levar ao extremo de negar que existe capacidade objetiva na linguagem.

Embora todo discurso seja, por natureza, interpretativo e traga, mesmo que involuntariamente, marcas da personalidade de quem o enuncia, o fato, o acontecimento, a situação a que o discurso se reporta são indestrutíveis. Inegavelmente, ocorreram. [...] a verdade dos fatos pode ser tripudiada, vilipendiada, manipulada, até se converter em mentira deslavada. E por isso que não passa de idiotice proclamar a existência de fatos alternativos [...]. Fatos adicionais sempre há. Quanto à informação alternativa, a questão é mais complexa, pois depende do recorte da realidade que é selecionado e que, muitas vezes, pode deliberadamente levar a distorções. O que é ainda mais complexo e precisa ser considerado é que toda ocorrência ou situação existente atualiza uma dentre outras potencialidades inerentes. Para Arendt, os fatos são contingentes porque poderiam sempre ter sido diferentes. Mas, uma vez dada a ocorrência, trata-se de *fait accompli* (fato consumado). Não há como mudar o passado a bel prazer a não ser pela mentira ou pelas falhas da memória (Santaella, 2018, p. 47).

Seguindo a obra de Hannah Arendt, intitulada *Verdade e política*, Santaella (2018, p. 47) conclui que a “marca distintiva da verdade factual” (verdade objetiva e verificável dos fatos) é que o seu contrário não é a ilusão ou opinião, e sim a mentira (falsidade deliberada). E assim, o resultado de uma substituição da verdade dos fatos por mentiras é “[...] um processo de destruição do sentido mediante o qual nos orientamos no mundo real – incluindo-se entre os meios mentais para esse fim a capacidade de oposição entre verdade e falsidade” (Arendt, 1972, p. 318 *apud* Santaella, 2018, p. 48). Quer dizer, então, que, para a autora, a pós-verdade é verdadeira quando, entendida dentro da prerrogativa de que existe verdade factual, representa a adulteração, manipulação ou falseamento dos fatos ocorridos. “Portanto, quando se trata do jornalismo, não custa repetir, a resposta à pergunta proposta no

título deste livro é: sim, a pós-verdade é verdadeira. [...] na ciência, na filosofia e nas artes, a pós-verdade é falsa” (Santaella, 2018, p. 48-52).

Antes do aprofundamento em relação à citação anterior, da comparação entre as diferentes perspectivas apresentadas e a subsequente conclusão do atual subcapítulo acerca do conceito de pós-verdade, uma interpretação recente, também advinda da semiótica, chamou a atenção. Entre as 79 produções analisadas, a tese de Fernanda Perniciotti (2020) sobressaiu-se.

Retomando a noção de crença disposta por Charles S. Peirce em *A fixação das crenças*, a autora (2020, p. 22) entende que a pós-verdade é um protoconceito, que, “ao invés de aproximar do fenômeno que tenta nomear, acaba por afastar as possibilidades de cavar suas camadas de complexidade”. Para ela, é preciso reformular a dualidade entre verdade e crença, substituindo-a pela categoria que, na proposta peirceana, se opõe à verdade enquanto crença: a dúvida.

A diferenciação entre duas naturezas de verdade – a verdade da crença e a verdade do fato – colabora para argumentar porque opor verdade e crença recorre em problemas lógicos. Primeiro, porque a categoria de verdade dos fatos é da natureza do fato, ou seja, ela não depende da formulação dos raciocínios que atestem ou contestem. O mundo jamais se livrará da verdade do fato, que é da ordem da brutalidade do real, para dizer-se pós-verdade. Lidar com verdade, na perspectiva da narrativa que se faz, acaba por remeter ao universo da crença, da formulação de certezas pela mente – a verdade da crença. E assim, compreende-se, com Peirce, que o que se opõe à verdade da crença é a dúvida, que termina por perseguir o fato, sabendo que jamais o esgotará ou dará conta dele em sua totalidade. É preciso criar a dúvida no lugar da crença (Perniciotti, 2020, p. 19).

Esse deslocamento conceitual implica, também, na reavaliação do fenômeno das *fake news* como mentiras ou boatos. Perniciotti (2020) argumenta que as crenças não precisam de uma ligação com o real exterior às mesmas, e que, por isso, seu embate e discussão jamais serão organizados como debate. Assim, uma associação que reúne consumo e crença, como as *fake news*, contribui para a criação de uma realidade paralela, com racionalidade própria. Revisar a problemática em torno da concepção do conceito de pós-verdade, então, “[...] talvez colabore com o desenvolvimento da discussão que, há algum tempo, parece girar em falso e reproduzir os seus próprios cânones, ou seja, um sistema de crenças moralizante” (Perniciotti, 2020, p. 116).

Apesar da compreensão limitada da autora do presente trabalho sobre os estudos semióticos peirceanos, é visível que tal ângulo pode revelar-se incrivelmente útil na compreensão da pós-verdade. Santaella (2018) e Perniciotti (2020) apresentam

alternativas às abordagens homogêneas e simplistas de D’Ancona (2018), Kakutani (2018) e Keyes (2004).

A situação é mais complexa do que a ascensão do pós-modernismo à popularidade, as tendências paranóides da cultura estadunidense e a adesão de narrativas subjetivas. Afinal, se tomarmos somente esta teoria como verdadeira, o fenômeno da pós-verdade estaria ou contido dentro dos Estados Unidos, ou não teria a mesma força em países com diferentes culturas e valores.

O exercício é uma extrapolação do discurso destes autores: outros fatores, como os meios de comunicação em massa e a internet, são abordados, ainda que periféricamente. Mas, central, torna-se a questão: a globalização, que padronizou o consumo e criou a indústria cultural, pode ter sido “veículo” para a difusão do *american way of life* do final do século XX? Se a internet tivesse sido inventada na Índia, consumíssemos conteúdos de Bollywood e importássemos os valores culturais do hinduísmo, estaríamos discutindo a Era da Pós-Verdade? Dificilmente teremos uma resposta definitiva no futuro.

Dentro das Teorias da Comunicação, porém, Santaella (2018) e Perniciotti (2020) trazem perspectivas academicamente valiosas. As autoras concordam que a ciência não trabalha com verdades indiscutíveis, pois, dentro do campo, toda verdade é provisória. A pesquisa e a investigação no método científico não pretendem “chegar à verdade total e para sempre verdadeira, mas sim, atingir, como diria Peirce, um novo estado da crença que, mais cedo ou mais tarde, levará a uma nova dúvida, e assim por diante” (Santaella, 2018, p. 55). E assim, por lidar com verdades provisórias, que nunca param de gerar novas dúvidas, é que não cabem os rótulos da pós-verdade na ciência e na filosofia.

Cabem, então, no campo de estudo da infocomunicação? De acordo com Lopes (2022, p. 14), a resposta também é negativa: “[...] confunde-se a subjetividade com uma relativização de conceitos sem fundamentação científica, baseada apenas em crenças e conhecimento do senso comum”. Baseando-se nos paradigmas da complexidade de Morin e os paradigmas tecnológicos estabelecidos por Castells, a autora (Lopes, 2022) conclui que a pós-verdade contradiz os pressupostos de Castells e se apresenta como uma armadilha para a complexidade de Morin.

No caso dos paradigmas tecnológicos, a pós-verdade como subproduto da tecnologia funciona mais “como uma forma irrefreável para a propagação de mentiras e informações falaciosas, do que um sistema que auxilia a sociedade” (Lopes, 2022,

p. 15). Na análise do paradigma da complexidade, a autora (Lopes, 2022, p. 15) postula que o conceito também não pode ser aceito pois “não abrange as instâncias dialógicas da complexidade, um equilíbrio necessário para que qualquer fenômeno esteja de acordo com o paradigma complexo de Morin”.

Compreendemos assim que a ‘pós-verdade’ apresenta-se como um ‘fenômeno’ destoante dos princípios da complexidade, pois, pela ótica da pós-verdade, a realidade é enxergada de uma forma determinista (existe a única verdade baseada na crença pessoal) ou demasiada relativista (a verdade depende das crenças pessoais também, mas, se não for concordante com o que se acredita é relativizada, não importando a comprovação ou indícios de dados científicos que contestem a crença). Tudo isso sem se ater aos fatos comprovados cientificamente, sem entender contextos, tempo, espaço e sociedade, fugindo, portanto, o perfil dialógico da complexidade. Além disso, por não se preocupar com a comprovação dos fatos a partir da prova científica, o conceito de ‘pós-verdade’ pode ser compreendido como um fenômeno social, mas não como um conceito do campo científico, pois está preso ao senso comum, às crenças pessoais: num relativismo *lato sensu* onde o campo da ciência não se permite adentrar, ou a um retrógrado determinismo positivista, onde consolida uma verdade universal e única, porém sem comprovação e subsídios científicos (Lopes, 2022, p. 17).

O esforço de apresentar novos autores e compreensões em diálogo com autores canônicos é tentar representar um pensamento divergente advindo de teóricos do campo da comunicação, com o mínimo de embasamento científico. Conforme mencionado anteriormente, o objetivo final é a problematização, característica pouco presente nas teses e dissertações examinadas sobre o assunto.

A ciência é feita coletivamente (Santaella, 2018; Lopes, 2022), e o trabalho vigente não pressupõe uma resposta para o conceito de pós-verdade. Como fenômeno observado empiricamente, não há como negar uma mudança nos valores fundamentais coletivos no ocidente. Essa modificação foi causada pelo enfraquecimento das instituições sociais modernas (democracia, estado, igreja, família), pela pós-modernidade, pela globalização, pelo individualismo neoliberal capitalista, pela internet, pelo esvaziamento da opinião pública, pela polarização quase tribal, pelo relativismo niilista?

Como ciência social aplicada, a comunicação pode (e deve) ter como objeto de estudo tais modificações. Da mesma forma, também se deve questionar se o conceito de pós-verdade pode ser admitido como teoria ou paradigma fundamentado

cientificamente nos estudos da infocomunicação, principalmente sem a mobilização de fontes teóricas adequadas⁸.

2.2 DESINFORMAÇÃO

A preocupação com a subjetivação da verdade dialoga diretamente com a desinformação. Seguindo a concepção arendtiana sobre a verdade factual, Southwell, Thorson e Sheble (2018) rejeitam a perspectiva de uma sociedade na qual nenhum nível de consenso entre pessoas é possível. Os autores (2018) assumem a existência de uma audiência de massa, não no sentido clássico de um aglomerado de seres passivos, mas como uma comunidade ampla conectada primariamente pela exposição a uma mensagem ou informação comunitária. A desinformação, então, por ter o poder de influenciar as decisões, atitudes e comportamentos de um grande número de pessoas, apresenta potenciais consequências para a saúde, a harmonia social e a vida política (Southwell; Thorson; Sheble, 2018).

Até o momento, utilizamos o conceito de desinformação para unificar um fenômeno que pode ser entendido através de três diferentes subcategorias (*mis-*, *dis-* e *mal-information*). O relatório *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*, produzido por Claire Wardle e Hossein Derakhshan em 2017, sob encomenda do Conselho da Europa, é o mais utilizado por autores brasileiros (Träsel; Vinciprova, 2022) para tal finalidade.

A distinção dos prefixos na língua inglesa é crucial para a compreensão dos conceitos. Enquanto existe uma diferença lexical entre *misinformation* e *disinformation*, em português ambos são englobados pelo mesmo termo: desinformação (Lima *et al.*, 2019). Alguns autores propuseram termos diferentes, como cacoinformação (Träsel, 2019) para o equivalente de *misinformation*, porém nenhuma proposta obteve adesão significativa dentro da comunidade acadêmica.

Ainda que existam diferenciações, a desinformação (*disinformation*) é central para a realização de um resgate conceitual. Mancoso *et al.* (2023) realizaram uma revisão da literatura latino-americana sobre desinformação e divulgação científica, e

⁸ A obra “21 lições para o século 21”, de Yuval Noah Harari, também foi uma das bibliografias frequentemente utilizadas nos capítulos teóricos dos trabalhos analisados para a presente pesquisa. A leitura da obra foi realizada, porém sua inclusão seria adicionar uma discussão já realizada (e resolvida) previamente por Santaella (2018).

concluíram que definições teórico-conceituais do termo ‘desinformação’ são apresentadas em 47,2% das pesquisas.

Antes da revisão apresentada a seguir a respeito dos conceitos, relembramos a principal intenção do presente exercício. O texto não pretende responder a questões materiais da desinformação, como sua difusão, produção ou materialização, tampouco pretende explicar por qual motivo ela acontece, ou como ela surge. A intenção aqui é um questionamento similar ao de Santaella (2018): a qualidade da desinformação é verdadeira ou falsa? Como característica informativa e comunicativa, podemos considerar que a desinformação, como conceito, pode abarcar cenários em que há conteúdo verdadeiro e valor informativo nas mensagens?

Para começar, podemos identificar o uso da desinformação em diferentes contextos históricos. Robert Darnton (2017)⁹, historiador cultural e bibliotecário estadunidense, e Vladimir Volkoff (1999 *apud* Dodebei, 2021), escritor francês, são os principais autores utilizados para esta finalidade. De formas diferentes, ambos traçam uma linha entre desinformação e política.

No artigo intitulado *The True History of Fake News*, o historiador (Darnton, 2017, s.p., tradução própria) argumenta que “a invenção de verdades alternativas não é nova, e trechos equivalentes aos textos e tweets de hoje podem ser encontrados em quase todos os períodos da história, desde os tempos antigos”¹⁰. Darnton (2017) cita o exemplo de Procópio de Cesareia, historiador bizantino do século VI, que escreveu um livro cheio de histórias de veracidade duvidosa para arruinar a reputação do imperador Justiniano, e também o de Pietro Aretino, que tentou manipular uma eleição em 1522 escrevendo sonetos com informações falsas. Darnton (2017) sugere que o surgimento do gênero da pasquinada (pasquim) na Itália de Aretino evoluiu para o formato satírico *canard* (que tinha como principal motivação a propaganda política intencionalmente falsa), provocando um ódio patológico de Maria Antonieta na população francesa e sua subsequente execução.

Para Volkoff (2004 *apud* Dodebei, 2021), a desinformação surge no idioma russo como *dezinformatsiya* no contexto da Guerra Fria, na qual a disseminação de

⁹ No original, Darnton (2017) utiliza *misinformation*, *fake news*, *alternative facts* e *semi-false news* como sinônimos no texto em inglês.

¹⁰ No original, “[...] the concoction of alternative facts is hardly rare, and the equivalent of today’s poisonous, bite-size texts and tweets can be found in most periods of history, going back to the ancients”.

informação era de extrema relevância para a disputa estratégica de poder dentro de uma guerra político-ideológica¹¹. Assim,

Volkoff (1999) passa então para três premissas fundamentais para se discutir a desinformação: uma informação nunca representa 100% da verdade (não existe onisciência); não existe objetividade (qualquer pretensão à neutralidade é suspeita); é natural que cada testemunha tenha sua própria visão do evento do qual participou (o contrário é suspeito) (Dodebei, 2021, p. 124).

Em relação a uma definição conceitual, Dodebei (2021) explica que Volkoff acredita que a desinformação não é necessariamente uma campanha profissional produzida estrategicamente com uma finalidade específica. Para o autor, diferente de ‘propaganda’ (que não utiliza meios deturpados), ‘publicidade’ (que não possui finalidades políticas), e ‘intoxicação’ (que não pratica manipulação da opinião pública), a desinformação é o oposto de tudo isso: manipulação da opinião pública, para atingir fins políticos, tratada por meios deturpados. “Ela é frequentemente o testemunho de um estado de espírito coletivo [...]” (Volkoff, 1999, p. 163 *apud* Dodebei, 2021, p. 125).

Benkler, Faris e Roberts (2018) seguem dentro do argumento propagandístico, enxergando a desinformação como um subgrupo da propaganda que inclui a disseminação de informações explicitamente falsas ou enganosas. Por isso, é interessante introduzirmos o conceito da mesma:

Propaganda:

Comunicação destinada a manipular um público-alvo, afetando suas crenças, atitudes ou preferências, a fim de obter um comportamento compatível com os objetivos políticos do propagandista.

Esta definição centraliza o estudo da propaganda nas comunicações *intencionais* que são produzidas pelo emissor para obter resultados. Comunicações involuntariamente falsas que afetem o comportamento, mas não intencionalmente, não contariam. Limita o estudo às comunicações *dirigidas a uma população*, excluindo a manipulação interpessoal ou esforços em pequena escala para manipular um pequeno grupo¹² (Benkler; Faris, Roberts, 2018, p. 19, tradução própria).

¹¹ Enquanto alguns autores, inclusive Dodebei (2021) abordam o contexto histórico destas primeiras práticas informativas como parte do sucesso da campanha russa (Boghardt, 2009), a revisão conceitual de Santos-d’Amorim e Miranda (2021) sugere que as primeiras definições foram elaboradas pelos soviéticos para referir-se às operações de intoxicação elaboradas pelos países capitalistas contra a URSS, sendo considerada como ações para enganar a opinião pública através do uso e propagação de informações falsas em relação aos “benefícios” do regime estadunidense.

¹² No original, “Propaganda

Communication designed to manipulate a target population by affecting its beliefs, attitudes, or preferences in order to obtain behavior compliant with political goals of the propagandist.

This definition focuses the study of propaganda on *intentional* communications that are designed by the propagator to obtain outcomes. Unintentionally false communications that in fact affect behavior, but not

Já o termo *misinformation* tem, para os autores (2018, p. 37, tradução própria), uma conotação comunicacional não intencional. Ou seja, “comunicação de informações falsas sem intenção de enganar, manipular ou de outra forma obter um resultado”¹³.

Southwell, Thorson e Sheble (2018) enfatizam a intenção do orador de enganar e distinguem *misinformation* e *disinformation* a partir da perspectiva de Habermas sobre a verdade como produto do consenso. Para eles (2018, s.p., tradução própria), se partirmos da noção habermasiana de verdade, podemos posicionar *misinformation* como sendo “[...] afirmações às quais as audiências de massa estão expostas e que não desfrutam de um consenso universal ou quase universal de verdade em um determinado momento no tempo”¹⁴. Assim, consideram que *misinformation* são informações controversas que refletem desacordo entre as pessoas, enquanto a *disinformation* é mais problemática, pois envolve a alienação deliberada ou a possível perda de poder das pessoas. Benkler, Faris e Roberts (2018) concordam com o pressuposto ao afirmarem que a diferença entre os prefixos *mis-* e *dis-* reside na intenção deliberada de enganar.

Entretanto, uma observação interessante sobre as propostas de Benkler, Faris e Roberts (2018) é o foco na ação comunicacional. O ângulo é similar ao pensamento de Volkoff (1999 *apud* Dodebei, 2021), quando afirma que um fato não é uma informação e se torna uma somente quando um informante informa um informado, ou seja, comunica. Dodebei (2021) explica que para Volkoff, por exemplo, se alguém diz que chove, o fato só virá a ser considerado informação quando for comunicado para outrem. Assim, a desinformação, ou propaganda, não se sustenta conceitualmente como verdadeira ou falsa sem que haja um ato comunicacional. A partir disto, perguntas pensadas por Ilharco (2004) acerca da comunicação e da informação tornam-se relevantes: qual o fenômeno que precede o outro? O que é informação sem comunicação? A ação precede a informação, ou o contrário?

by design, would not count. It limits the study to communications *targeted at a population*, excluding interpersonal manipulation or very small-scale efforts to manipulate a small group”.

¹³ No original, “Misinformation

Communication of false information without intent to deceive, manipulate, or otherwise obtain an outcome”.

¹⁴ No original, “[...] claims to which mass audiences are exposed that do not actually enjoy universal or near-universal consensus as being true at a particular moment in time”.

Wardle e Derakhshan (2017; 2023¹⁵) utilizam como base a falsidade e a intenção do emissor em causar dano. É uma diferença sutil que pode passar despercebida: não basta consenso universal, é necessário falsidade explícita; não basta a obtenção de um resultado específico, ele precisa ser danoso.

O quadro conceitual de Wardle e Derakhshan (2017; 2023) busca examinar detalhadamente a desordem informacional e seus desafios. O resultado foi a sistematização dos três conceitos apresentados abaixo, com suas respectivas traduções¹⁶:

1. Informação falsa (*misinformation*) ocorre quando a informação falsa é compartilhada, mas não há intenção de dano;
2. Desinformação (*disinformation*) ocorre quando a informação falsa é compartilhada conscientemente com intenção de causar dano;
3. Informação maliciosa (*malinformation*) ocorre quando uma informação genuína é compartilhada com a intenção de causar dano.

A diferenciação proposta pelos autores (2017; 2023) é a conceituação com maior adesão nos estudos comunicacionais brasileiros, especialmente na área de jornalismo. Cerca de 30% da produção acadêmica, analisada em uma etapa preliminar do presente trabalho (Träsel; Vinciprova, 2022), utiliza como referência alguma obra de Claire Wardle, destacando-se a colaboração com Hossein Derakhshan apresentada acima. Mancoso *et al.* (2023) chegaram a uma conclusão similar: dos 67 artigos analisados que definiram desinformação, 22% citam o relatório de 2017.

De acordo com Wardle e Derakhshan (2017; 2023), o relatório pretende fornecer um novo *framework* para políticos, legisladores, pesquisadores, tecnólogos e profissionais que trabalham com os desafios teóricos e práticos relacionados à *mis-*, *dis-* e *mal-information*. Torna-se importante reiterar o contexto de produção do relatório, pois foi elaborado para servir como instrumento para as legislações da União Europeia que viriam a seguir, principalmente o *EU Code of Practice on Disinformation*

¹⁵ Até julho de 2023 o relatório (2017) estava disponível somente na língua inglesa, seguindo o padrão estabelecido pela União Europeia de utilizar o Inglês na produção de materiais institucionais que serão disponibilizados em todo o continente. A tradução do material foi publicada pela Unicamp em Português (Brasil), mas ainda não foi amplamente difundida e utilizada pela comunidade científica. Por isso, as duas datas serão citadas em citações indiretas, assim como as equivalências nas terminologias.

¹⁶ Do ponto de vista dos conceitos apresentados, as traduções representam bem o âmago das diferenciações.

e o *European Democracy Action Plan*. Ambas as ferramentas surgiram como resposta à eleição de Donald Trump e ao Brexit, e foi por meio delas que atores relevantes do setor entraram em acordo — pela primeira vez em 2018 — em relação aos padrões autorregulatórios necessários para combater a desinformação no continente europeu. Por este motivo, a palavra utilizada é sempre a criação de um *framework*, ou seja, um conjunto de técnicas, ferramentas ou conceitos pré-definidos usados para resolver um problema de um projeto ou domínio.

A proposta conceitual de Wardle e Derakhshan (2017; 2023) precisava ser diretamente aplicável e compreensível, colocando tipos de conteúdo em “caixinhas” diferentes que permitissem a categorização dos seus produtores, receptores e mensagens, assim como a aplicação de um instrumento legal. Foram conceitos criados com o intuito simplificar um processo complexo em um relatório prático, no qual não caberiam digressões acadêmicas extremamente elaboradas que são encontradas em materiais científicos, por exemplo.

Entretanto, seria injusto desqualificar completamente a proposta teórica apresentada pelos autores (2017; 2023), que são pesquisadores acadêmicos de grande valia para a área da comunicação: Wardle é doutora em comunicação, pesquisadora no *Shorenstein Center on Media, Politics and Public Policy* da *Harvard Kennedy School*, e atuou por anos como professora de jornalismo, Derakhshan é sociólogo e atuou como jornalista por anos antes de dedicar-se ao seu PhD.

A base teórica para a elaboração do relatório é a obra de James Carey intitulada *Communication as Culture: Essays on media and society*. O argumento principal é que é preciso entender a função ritualística da comunicação, ao invés de simplesmente pensar no processo comunicacional como a transmissão de informações de uma pessoa para outra. Conforme os Wardle e Derakhshan (2023, p. 22), devemos reconhecer que a comunicação desempenha um papel fundamental na representação de crenças compartilhadas. “Não é apenas informação, mas drama – ‘um retrato das forças que lutam no mundo’”.

Saindo de uma ótica comunicacional e partindo para uma conceituação funcionalista informacional, Fallis (2015, p. 404-406, tradução própria) realiza uma análise conceitual da desinformação. Docente na área de Filosofia e Ciências da Computação na *Northeastern University* (EUA), acredita que a informação “[...] é algo

que representa alguma parte do mundo como sendo de uma determinada maneira. Em outras palavras, é algo que possui conteúdo semântico (ou representacional)”¹⁷.

Fallis (2015, grifo próprio) delimita três premissas essenciais para compreender o conceito de desinformação: refere-se **não somente ao conteúdo representacional que é falso, também como ao conteúdo representacional que é verdadeiro**; é um tipo de informação enganosa que pode criar crenças falsas; e não pode ser enganosa por um erro ou acidente. Antes de apresentar o resultado de sua análise, retoma alguns conceitos de desinformação previamente desenvolvidos, sistematizados na Tabela 1.

Tabela 1 - Relação entre os autores e conceitos apresentados por Fallis (2015)

Autor	Conceito
Fetzer (2004)	desinformação é uma declaração em que orador acredita ser falsa e que tem como objetivo enganar
Fallis (2009)	desinformação é uma informação enganosa que tem pretensão de ser enganosa
Skrvms (2010)	desinformação é uma informação enganosa que beneficia sistematicamente o emissor em detrimento do receptor
Floridi (2011)	desinformação é uma informação imprecisa na qual o emissor pretende enganar o receptor

Fonte: a autora (2023)

Assim, Fallis (2015. p. 413, tradução própria) apresenta uma abordagem atualizada: “desinformação é informação enganosa que tem a *função* de enganar alguém”¹⁸. O pesquisador (2015) compreende que a perspectiva funcionalista adotada implica em uma compreensão holística da desinformação, na qual não é suficiente compreender apenas se tratar de uma informação enganosa, mas também como se *tornou* enganosa. Nesta concepção, torna-se necessário compreender que uma informação é ou não desinformação dependendo do receptor¹⁹. Logo, “[...] podemos

¹⁷ No original, “(...) is something that represents some part of the world as being a certain way. In other words, it is something that has semantic (or representational) content”.

¹⁸ No original, “[...] disinformation is misleading information that has the *function* of misleading someone”.

¹⁹ Fallis (2015) usa o padrão de “pessoa razoável” (*reasonable person*) de acordo com a definição de publicidade enganosa da Federal Trade Commission. Não há um equivalente na jurisprudência brasileira.

exigir que a desinformação seja enganosa (e tenha a função de enganar) uma pessoa razoável”²⁰ é a definição final de Fallis (2015, p. 414, tradução própria).

Expandindo as abordagens conceituais utilizadas, Santos-d’Amorim e Miranda (2021) utilizam a hermenêutica, a retórica e os princípios fenomenológicos da intencionalidade para sistematizar 14 definições (chamadas pelas autoras de incidências teóricas) acerca dos termos de *mis-*, *dis-* e *mal-information*. Concluem que a maioria das discussões conceituais giram em torno das propriedades ontológico-semânticas da informação, ou seja, por uma discordância metalinguística (Søe, 2019).

O fator, então, não é somente a intencionalidade, mas a relação de *misinformation* e *disinformation* com a verdade, falsidade ou neutralidade. Retomando a discussão proposta em Fallis (2015), que também revisa conceitos prévios de Floridi, Søe (2019) apresenta o “dilema Floridiano” acerca da definição de informação, que perpassa pela questão filosófica da verdade. Assim, a autora (2019) explica que Floridi entende a informação como dados bem formatados, significativos e verdadeiros, ou seja, com conteúdo semântico verdadeiro. Por isso, argumenta que “a distinção de Floridi entre informação como verdadeira e *disinformation/misinformation* como falsa, entra em colapso devido à possibilidade de *disinformation/misinformation* verdadeiras” (Søe, 2019, s.p., tradução própria).

Uma situação para ilustrar o que poderia ser uma desinformação verdadeira: um ladrão é questionado pela polícia se ele sabe o paradeiro do ladrão, e responde ‘ele não está longe’, emite uma desinformação verdadeira. Enquanto dá a entender que ele mesmo não é o ladrão procurado (mesmo sabendo que é), a informação que ele dá, em si, é literalmente verdade (Søe, 2019). Fallis (2015, p. 409, tradução própria) complementa o argumento: “[...] os políticos muitas vezes usam *artifícios* para enganar o público – como enfatizar seletivamente apenas alguns fatos”²¹.

O exemplo do ladrão não estaria contemplado como desinformação (*disinformation*) nas perspectivas de Benkler, Faris e Roberts (2018), Wardle e Derakhshan (2017; 2023) ou Southwell, Thorson e Sheble (2018) pois a informação tem conteúdo verdadeiro. Para Fallis (2015), o cenário apresentado é considerado desinformação pois pode criar uma crença falsa (no policial, por exemplo, de que o

²⁰ No original, “[...] we might require that disinformation be misleading to (and have the function of misleading) a reasonable person”.

²¹ No original, “(.) politicians often use *spin* to mislead the public—that is, they selectively emphasize only certain facts”.

homem é inocente), tem a função de enganar e consegue enganar uma pessoa razoável. Os contextos apresentam a dificuldade de um consenso em relação às definições, assim como as características ilustradas na Tabela 2.

Tabela 2 - Características de *mis-*, *dis-* e *mal-information*

	Informação	<i>Misinformation</i>	<i>Disinformation</i>	<i>Malinformation</i>
Verdadeira	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	Sim
Completa	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não
Atual	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não
Informativa	Sim	Sim	Sim	Sim
Enganosa²²	Sim/Não	Sim/Não	Sim	Não

Legenda: Sim/Não = Dependente do contexto e tempo/época²³.

Fonte: Santos-d'Amorim e Miranda (2021, p. 9). Adaptado pela autora.

As autoras, então, propõem uma releitura dos conceitos, ainda em língua inglesa, a partir da tabela acima. Os **três tipos de informação** são, então, para Santos-d'Amorim e Miranda (2021):

1. *misinformation* é informação imprecisa, aberta a múltiplas compreensões e usos, e o prefixo *mis-* uma indicação de erro ou algo errado;
2. *disinformation* é a informação deliberadamente enganosa que tem como intenção enganar;
3. *malinformation* é informação sensível utilizada estrategicamente para causar vantagem, seja pessoal ou institucional.

Em uma análise do fenômeno, as definições apresentadas aqui não contemplam o que Wardle e Derakhshan (2017; 2023) consideram o ambiente de desordem informativa causado pela popularização da Internet. Ao mesmo tempo, as abordagens científicas apresentadas, assim como a revisão da literatura, contribuem para o questionamento geral do capítulo: o que mudou para que a academia (e as pessoas) entendessem que há um problema geral muito maior? A resposta pode estar no fenômeno das *fake news*?

²² Os termos originais são, na ordem apresentada: “true, complete, current, informative, deceptive”.

²³ No original, “[...] Could be Yes and No, depending on context and time”.

2.3 FAKE NEWS

Dentro dos conceitos apresentados aqui, *fake news* é, provavelmente, o mais utilizado no senso comum. Após a escolha de pós-verdade como palavra do ano em 2016 pelo Dicionário de Oxford, *fake news* ganhou o título no ano de 2017 pelo Dicionário Collins.

Apesar da alta adesão no discurso vulgar, o uso de *fake news* como um conceito nas pesquisas em jornalismo é, usualmente, desencorajado. Wardle e Derakhshan (2017; 2023) evitam o uso da expressão em seu relatório e justificam a ausência por três razões: o termo não seria adequado para representar a complexidade do fenômeno da desordem informacional; seu uso foi cooptado por políticos para atacar notícias que julgam desfavoráveis; e, por isso, sua utilização indeliberada tem o poder de piorar o cenário de confiança na mídia e restringir a liberdade de imprensa.

Além disso, o termo *fake news* (notícias falsas) é um oxímoro do ponto de vista do jornalismo: se o texto é produzido sem base factual ou com uma intenção enganosa, em teoria, não deve ser considerado uma notícia. Autores como Ireton e Posetti (2019), Alzamora e Andrade (2019), Bennett e Livingston (2018) e Jack (2017) concordam com um uso cauteloso.

O relato jornalístico de um acontecimento pode ser equivocado – com frequência ocorrem erros em notícias, mesmo quando produzidas seguindo estritamente as regras profissionais –, mas a distorção intencional ou a mentira excluem necessariamente um determinado texto da categoria de notícia (Träsel; Lisboa; Vinciprova, 2019, p. 481).

Ao mesmo tempo, Wardle e Derakhshan (2023, p. 8) admitem que “nenhum outro termo até agora proposto consegue o alcance que o colorido nome ‘*fake news*’ consegue”. Farkas e Schou (2018) entendem que o vocábulo adquiriu uma característica de significante flutuante. Em primeiro momento, foi utilizado como uma forma de crítica ao capitalismo digital, depois, como crítica da política e da mídia de direita e, atualmente, como crítica da mídia hegemônica e liberal. Neste sentido, os autores (2018, p. 308, tradução própria) concebem que a expressão representa “[...] uma luta pelo poder entre o campo jornalístico e o campo político”²⁴.

²⁴ No original, “[...] a power struggle between the journalistic field and the political field”.

Uma das definições mais utilizadas para o conceito é a de Allcott e Gentzkow (2017), que publicaram um estudo chamado *Social Media and Fake News in the 2016 Election* no *Journal of Economic Perspectives*, uma revista científica de economia trimestral publicada pela *American Economic Association*. Os dois autores são professores de Economia em renomadas universidades estadunidenses, Allcott na *New York University* e Gentzkow na *Stanford University*.

O foco do estudo é apresentar a economia das *fake news* em uma perspectiva voltada ao consumo, tendo como base literaturas acadêmicas das áreas de economia, psicologia, ciência política e ciência da computação. Conceituam, então, como “artigos de notícias que são intencionalmente e comprovadamente falsos, que possuem o potencial de enganar os leitores”²⁵ (Allcott; Gentzkow, 2017, p. 213, tradução própria). A noção dos autores (2017) sobre o tema deixa de fora, propositalmente, erros não intencionais, teorias da conspiração e sátira.

Buscando uma definição para *fake news*, Axel Gelfert (2018) realiza um levantamento de caracterizações desenvolvidas previamente por estudos da mídia e da epistemologia social e desenvolve uma definição estipulativa funcional baseada no conceito de *disinformation* trabalhado por Fallis (2015). O autor (2018), professor de Filosofia na *Technische Universität Berlin*, identifica três temas recorrentes nas conceituações.

O primeiro é o da internet como meio (mídia) de surgimento e circulação. Conforme autores como Klein e Wueller (2017, p. 6 *apud* Gelfert, 2018, p. 97, tradução própria), “a publicação online de afirmações falsas intencionalmente ou conscientemente”²⁶. Por esta definição, se uma alegação é produzida por meios tradicionais, como TV ou rádio, não seria categorizada como *fake news*.

Outro é o da falta de base factual. Gelfert (2018, p. 99) retoma o conceito do projeto *Fake News Challenge*, no qual Claire Wardle é uma das conselheiras: “uma afirmação ou história completamente fabricada, criada com a intenção de enganar, frequentemente para um ganho secundário”²⁷. Incorporar a invenção total como parte do fenômeno é um equívoco no ponto de vista do pesquisador (2018), pois exige a

²⁵ No original, “[...] news articles that are intentionally and verifiably false, and could mislead readers”.

²⁶ “the online publication of intentionally or knowingly false statements of fact”.

²⁷ “A completely fabricated claim or story created with an intention to deceive, often for a secondary gain”.

apresentação seletiva de verdades parciais, um raciocínio alinhado a outros apresentados anteriormente (Søe, 2019; Fallis, 2015).

Finalmente, o foco na maneira deliberada de difusão. Um exemplo é o conceito de *fake news* como “[...] a disseminação deliberada de *misinformation*, seja através dos meios de comunicação tradicionais ou das redes sociais”²⁸ (Lilleker, 2017, p. 2 *apud* Gelfert, 2018, p. 101, tradução própria). O autor (2018) enfatiza que há uma superestimação do nível de desconexão com a realidade, argumentando que a natureza das *fake news* é exatamente a utilização de marcadores de credibilidade e de realidade.

A mesma crítica pode ser feita a algumas definições expostas previamente, que utilizam a intenção deliberada do emissor como elemento intrínseco, mesmo que em diferentes contextos (Wardle, Derakhshan, 2017; Southwell, Thorson, Sheble, 2018; Benkler, Faris, Roberts; 2018). É uma pergunta balizadora para análises de conteúdo e de discurso na pesquisa, e que regularmente é levantada em exercícios de categorização propostos em sala de aula ou em manuais para jornalistas, como o de Ireton e Posetti (2019)²⁹: como aferir objetivamente a intencionalidade?

Uma definição estipulativa, então, é proposta: **“fake news é a apresentação deliberada de afirmações (tipicamente) falsas ou enganosas como notícias, em que as afirmações são enganosas propositalmente”**³⁰ (Gelfert, 2018, p. 104-108, tradução própria).

Interessa destacar a última parte da proposta. Na definição em inglês, disponível nas notas de rodapé, o autor utiliza o termo *by design*. Enquanto uma outra tradução para o Português (Brasil) seria “desde a concepção”, o uso do vocábulo *design* evoca elementos estilísticos perdidos em qualquer tentativa de transposição.

[...] o emissor de *fake news* projeta que uma afirmação específica seja enganosa em virtude do seu conteúdo específico, ou implementa deliberadamente um processo de produção e apresentação concebido para resultar em alegações falsas ou enganosas. O que torna as *fake news* contemporâneas um fenômeno singular, e lhe confere o seu significado, é a dimensão em que características sistêmicas inerentes à concepção das

²⁸ No original, “[...] the deliberate spread of misinformation, be it via traditional news media or through social media”.

²⁹ *Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo*, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

³⁰ No original, “Fake news is the deliberate presentation of (typically) false or misleading claims as news, where the claims are misleading *by design*”.

origens e dos canais através dos quais as *fake news* são disseminadas garantem a sua proliferação³¹ (Gelfert, 2018, p. 111, tradução própria).

Uma revisão do uso do termo em estudos científicos, conduzida por Tandoc, Lim e Ling (2018), identificou seis maneiras pelas quais os estudos operacionalizam o conceito: sátira³², paródia, fabricação, manipulação, propaganda e publicidade. Apesar de não elaborarem uma definição nova da expressão, consolidam um padrão relevante do uso de facticidade e intenção como dois domínios que constituem a tipologia geral das *fake news*, bastante próxima da oferecida por Wardle e Derakhshan (2017; 2023)³³. Ademais, observam um fator importante, ausente nos trabalhos analisados: o papel do público. Um artigo de *fake news* continua sendo considerado como tal se não for percebido como real pela audiência?

Buscando uma abordagem multidisciplinar, o artigo de Lazer *et al.* (2018), assinado por 16 pesquisadores, define “notícias falsas” como informação falsificada que imita os formatos noticiosos, mas não o mesmo processo editorial ou conduta deontológica da imprensa. Neste sentido, não divergem dos achados anteriores em relação à intencionalidade envolvida na produção e difusão, mas defendem o uso do termo *fake news* em função do devido valor como construção científica distinta.

A analogia das *fake news* é clara: mesmo que não alterem as crenças da maioria das pessoas, podem reforçar falsas crenças, aumentar a relevância das mesmas ou moldar a agenda pública, com efeitos potencialmente prejudiciais para a sociedade. Explicar e combater tais efeitos requer um esforço multidisciplinar acadêmico semelhante ao realizado após a Segunda Guerra Mundial para combater os efeitos da propaganda³⁴ (Lazer *et al.*, 2018, p. 8, tradução própria).

³¹ No original, “[...] the originator of an instance of fake news either intends a specific claim to be misleading in virtue of its specific content, or deliberately deploys a process of news production and presentation that is designed to result in false or misleading claims. What makes contemporary fake news a novel phenomenon, and gives it its significance, is the extent to which systemic features inherent in the design of the sources and channels through which fake news is disseminated ensure its proliferation”.

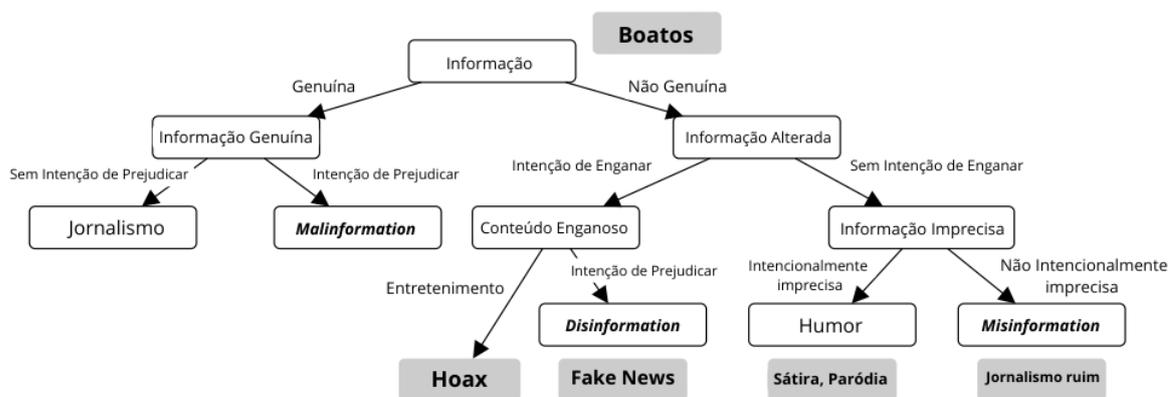
³² Tandoc, Lim e Ling (2018) não concordam que a sátira noticiosa seja um tipo de *fake news*, mas apresentam seus achados *ipsis litteris*.

³³ Falsa conexão, falso contexto, manipulação de conteúdo, sátira ou paródia, conteúdo enganoso, conteúdo impostor e conteúdo fabricado são os sete tipos de desordem informacional categorizados por Wardle e Derakhshan (2017; 2023), originalmente publicados por Wardle com o título *Fake news. It's complicated*.

³⁴ No original, “The analogy to fake news is clear: even if fake news does not alter most people’s beliefs, it may nonetheless reinforce existing false beliefs, increase their salience, or shape the news agenda, with potentially harmful effects for society. Explicating and countering such effects requires a multidisciplinary research program similar to the post-World War II scholarly effort aimed at countering propaganda effects”.

Para finalizar este recenseamento, Belloir *et al.* (2022) propõem uma modelagem conceitual para compreender e gerir as diferentes perspectivas e dimensões a fim de desenvolver um *framework* para uma detecção de *fake news* online automatizada. A Figura 2 é a representação visual do conceito apresentado pelos autores, acadêmicos da área da Ciência da Informação. “[...] é uma notícia falsa, mas verificável, composta de fatos falsos baseados em fatos reais. Elaborada para desencadear uma carga emocional, visa enganar os leitores e influenciar a opinião através de uma conclusão implícita”³⁵ (Belloir *et al.*, 2022, p. 7, tradução própria).

Figura 2 - Categorização de *fake news* e outros conceitos correlatos



Fonte: tradução própria de Belloir *et al.* (2022, p. 4).

Convém abordar, brevemente, o contexto da concepção do termo *fake news*, assim como a diferença de outros termos, como boato e mentira, de uma perspectiva comunicacional. A busca pela origem de um fenômeno pode ser uma distração, levando a uma compreensão incompleta. Por outro lado, refletir sobre seus momentos anteriores pode ajudar a compreender melhor sua profundidade.

Em 2014, o editor do site *BuzzFeed News*, Craig Silverman, publicou um tweet sobre seu projeto de pesquisa na *Columbia University*, que analisava a disseminação de informações falsas nas redes sociais e no noticiário. A publicação dizia que um site chamado *National Report* publicou a história falsa sobre Purdon, uma cidade no Texas (EUA), que estaria em quarentena depois de uma família contrair ebola. De acordo com Silverman (2017), esta foi a primeira vez em que utilizou o termo *fake news* para

³⁵ No original, “[...] is false but verifiable news composed of false facts based on real ones. Drafted in a way to trigger an emotional load, it aims to deceive its readers and influence their opinion through an implicit conclusion”.

se referir a informações completamente falsas que foram criadas e divulgadas com fins lucrativos.

Ironicamente, a principal motivação investigativa de Silverman (2017) era tecer uma crítica à grande mídia, procurando incidentes de plágio e falsificação, expondo os erros, as desculpas e incomodando editores que se recusavam a explicar o que havia acontecido quando grandes erros eram publicados por suas redações. Nas eleições americanas de 2016, porém, o termo foi desvirtuado por Donald Trump e a extrema-direita, que usam a expressão para classificar qualquer informação verdadeira que os desagrade (Silverman, 2017; Wardle, Derakhshan, 2017).

O relato de Silverman (2017) e o boato que, indiretamente, ajudou a popularizar a expressão *fake news* são exemplo das problemáticas apresentadas por Gelfert (2018) a respeito da conexão com a realidade, assim como a divergência de Tandoc, Lim e Ling (2018) em categorizar sátiras noticiosas como parte do fenômeno. Apesar da invenção completa da narrativa, o artigo foi publicado perto de 14 de outubro de 2014, seis dias depois da morte de Thomas Eric Duncan na cidade de Dallas, que fica a aproximadamente 110 quilômetros de Purdon. Duncan, a primeira pessoa diagnosticada com ebola nos Estados Unidos, é, inclusive, citado no falso relato³⁶. Em 2023, o site do *National Report* apresenta uma declaração de isenção de responsabilidade no seu rodapé, esclarecendo que o conteúdo é satírico e completamente ficcional, podendo ser entendido como *fake news*³⁷. Nenhum artigo novo é postado há mais de quatro anos.

As *fake news*, então, são uma novidade jornalística e/ou social? Ou são apenas a aceleração radical (alicerçada nas redes sociais e na internet) de uma prática antiga de disseminação de boatos, falsificação de informações e destruição de reputações?

Kapferer (2017, p. 26, tradução própria) acredita que os boatos são a mais antiga mídia de massa do mundo. Não são falsos nem verdadeiros e estão ancorados na narrativa oral. O autor define-os como “o surgimento e a circulação, na sociedade, de informações que ainda não foram confirmadas ou negadas publicamente por fontes

³⁶ O texto original não está mais disponível, entretanto as informações essenciais podem ser encontradas no fact-checking realizado pelo site Snopes, disponível em <<https://www.snopes.com/fact-check/texas-hold-em/>>.

³⁷ No original, “National Report is a news and political satire web publication, which may or may not use real names, often in semi-real or mostly fictitious ways. All news articles contained within National Report are fiction, and presumably fake news [...]”.

oficiais”³⁸. A informalidade do boato é o que o torna inverificável, sendo um acontecimento tão político quanto sociológico, que ganha contornos próprios a partir da sua circulação.

Lasbeck (2000) concorda, afirmando que boatos não surgem em lugares nos quais não possam despertar (ou inflamar) interesses. Apesar de, inicialmente, parecerem uma oposição à notícia, englobam algumas de suas características.

A notícia aparece então como a não-novidade na medida em que confirma tudo o que as pessoas esperavam ver confirmadas: as suas certezas. [...] Os boatos correm porque são notícias, porque trazem novidades, mesmo que a novidade não esteja no fato narrado mas – como não raras vezes acontece – na forma de como é narrado. Além disso, a mídia do boato é informal, tal como ocorria antes da invenção da imprensa: o boato corre de ouvido a ouvido, criando um elo de cumplicidade e confirmando laços de confiança. [...] Se a notícia é redutora e excludente, o boato é complexo e incluyente (Lasbeck, 2000, p. 5-7).

Portanto, os boatos não devem ser vistos como o oposto da informação verídica ou infundada, mas compreendidos a partir de sua própria presença, atuação e influência. Sunstein (2014) reforça que pessoas razoáveis acreditam em rumores, sejam eles verdadeiros ou não. Os emissores encontram na internet um ambiente estratégico e oportuno para espalhar boatos sobre pessoas e instituições.

É possível concluir, então, que a internet tem um papel fundamental na constituição das *fake news* como fenômeno.

Não nos enganemos, contudo, de que se trata de mera digitalização da invenção de fatos. A vida digital comporta possibilidades nunca experimentadas no território da contrafação de narrativas factuais, sobretudo, porque acrescenta a esta atividade uma capacidade sem precedentes de alcance na disseminação de conteúdo falso e uma velocidade antes impensável de propagação. Sem mencionar a facilidade na produção de conteúdo, as possibilidades de distribuição extremamente segmentada para o público-alvo, a capacidade de exposição inadvertida das pessoas nos smartphones, a extrema maleabilidade e reprodutibilidade dos materiais digitais (Gomes; Dourado, 2019, p. 36).

Desta forma, faz-se relevante questionar o impacto da vida digital. Além dos mecanismos como câmaras de eco e filtro bolhas, a internet causou um deslocamento da informação, da comunicação e dos acontecimentos sociais.

³⁸ No original, “the emergence and circulation in society of information that is either not yet publicly confirmed by official sources or denied by them”.

2.4 INTERNET: ALÉM DAS CÂMARAS DE ECO E FILTROS-BOLHA

Há uma concordância notável entre profissionais e acadêmicos da comunicação de que o grande fenômeno que pode ser entendido como *fake news* não constitui uma novidade no cenário político-social. Da mesma maneira, todos entendem que as novas tecnologias permitiram um grande estímulo para a desinformação. “*Fake news* não são uma novidade, claro, [...], mas a internet e as redes sociais permitem que boatos, especulações e mentiras se espalhem pelo mundo em questão de segundos” (Kakutani, 2018, p. 153), ou até mesmo “o que é novo é a extensão pela qual, no novo cenário de digitalização e interconexão global, [...] a verdade está batendo em retirada” (D’Ancona, 2018, p. 38). Ainda:

Fake news e suas primas não são novas. Apesar da longa história, existem várias razões para pensar que possuem uma importância crescente. [...] as redes sociais são muito adequadas para sua disseminação, e a utilização das mesmas tem aumentado acentuadamente³⁹ (Allcott; Gentzkow, 2017, p. 214-215, tradução própria).

Partindo do pressuposto dos próprios autores de que a internet e/ou as redes sociais causaram uma modificação ou alteração de sentimentos, ideias ou atitudes em relação ao fenômeno no século XX, parece ilógico relegar tal impacto como um simples amplificador. A digitalização não é apenas uma nova tecnologia, como foi a televisão, o rádio ou a prensa de Gutenberg. “O desafio fundamental não é puramente ou mesmo principalmente tecnológico. É institucional e cultural; o que quer dizer, em última análise, político”⁴⁰ (Benkler; Faris, Roberts, 2018, p. 38, tradução própria).

Embora seja verdade que a tentativa de manipulação da opinião (de eleitores, principalmente), as matérias mal apuradas ou enviesadas, e as informações falsas não são criações do século XXI ou resultado da invenção da internet, a crise da verdade (e do regime da verdade) são mudanças sociais, que marcam o regime da informação (Han, 2022). Ou, parafraseando Santaella (2018, p.17), “cair no engodo, no extremo oposto, de que nada é novo sob os céus da internet é sempre contraproducente para se entender o que realmente está acontecendo”.

³⁹ No original, “*Fake news* and its cousins are not new. The long history of *fake news* notwithstanding, there are several reasons to think that fake news is of growing importance. [...] social media are well-suited for fake news dissemination, and social media use has risen sharply”.

⁴⁰ No original, “But the fundamental challenge is not purely or even primarily technological. It is institutional and cultural; which is to say, ultimately, political”.

No próximo capítulo, são exploradas as mudanças causadas pelo regime da informação, que, em oposição ao regime disciplinar, explora a liberdade, a comunicação e o senso de comunidade. “*Fake news* não são uma mentira. Elas atacam a própria facticidade. [...] A digitalização é, justamente, o que faz erodir o factual” (Han, 2022, p. 84-87). A partir de Han (2022), são tensionadas as características sociais e culturais da Internet, assim como a relação do jornalismo com as mesmas, a queda na credibilidade jornalística e as implicações conceituais que surgem quando processos comunicacionais da mídia são equiparados à desinformação e *fake news*.

3 INFOCRACIA: COMUNICAÇÃO, JORNALISMO E TECNOLOGIA

A tecnologia⁴¹ é um fator decisivo na importância dada à informação no século XXI. Esta mudança técnica⁴² e física, mas também social, impactou a forma com que a informação é transmitida, a comunicação funciona e as notícias são publicadas. “*Infowars* com *fake news* e teorias da conspiração indicam o estado da democracia atual [...] que afunda em uma selva de informações inescrutáveis” (Han, 2022, p. 44).

A fim de ampliar o debate sobre as interpolações entre desinformação e comunicação, assim como sugerir uma perspectiva jornalística do fenômeno, é necessário lembrar algumas características do regime da informação e da internet. Também ganha suma importância revisitar teorias da comunicação e do jornalismo para qualificar discussões sobre informação, sensacionalismo, verdade, ética e credibilidade.

O capítulo anterior buscava apresentar os diferentes entendimentos dos conceitos e contextos no qual a desinformação e as *fake news* acontecem, sistematizados através das leituras de autores frequentemente citados nas teses e dissertações analisadas. Apesar de não subscrevermos a um conceito e reforçarmos a falta de consenso sobre como definir o fenômeno, percebe-se um padrão na maioria: **conteúdos falsos cuja intenção é enganar** podem ser considerados *fake news* e/ou desinformação.

Com base nisso, a mídia, ou mais precisamente, o jornalismo, **não é responsável por desinformar**. Afinal, mesmo cometendo erros, segue preceitos éticos e possui responsabilidade social, se não com a verdade, com a informação. O que motiva, então, narrativas, como as de Darnton (2017), que ligam a história das *fake news* com o surgimento de gêneros narrativos jornalísticos? Em contraponto, mesmo que não tenha intenção explícita de enganar, o jornalismo deve ser isento de responsabilidade no caso de uma notícia que manipula a opinião ou as crenças?

A discussão sobre o papel social do jornalismo é quase mais antiga que a própria profissão. Mesmo 500 anos depois da invenção da prensa móvel, e mais ou menos 100 do que é considerado “jornalismo moderno”, ainda não há consenso. Em

⁴¹ Tecnologia como conjunto de processos, métodos, técnicas e ferramentas. Não é neutra, nem determinista.

⁴² Técnica como conjunto de métodos práticos essenciais à execução de algo.

linhas gerais, porém, grande parte concorda que uma das principais finalidades do jornalismo é informar (Reginato, 2016).

Assim, a primeira parte deste capítulo busca apresentar elementos do regime da informação que influenciam a desinformação, assim como argumentar que a cultura⁴³ e os ideais presentes na criação da Internet podem ser enunciados importantes para compreender o cenário atual de redes sociais e, conseqüentemente, o fenômeno da desinformação. Depois disso, parte-se para uma pequena discussão sobre informação e comunicação, contemplando a noção de verdade e o jornalismo.⁴⁴

3.1 REGIME DA INFORMAÇÃO

Como a conexão ampliada pode promover o isolamento individual? Por que o aumento do acesso à informação não diminuiu a ignorância ou o negacionismo? De que modo uma sociedade hiperconectada foi capaz de consagrar fenômenos de pós-verdade, desinformação e *fake news*?

O novo regime, que tem na internet sua principal plataforma, modificou as formas de produção, distribuição, consumo e processamento das informações. Nos últimos 30 anos, os dados tornaram-se base tecnológica para a organização do “capitalismo da informação” (Han, 2022).

Existia (talvez ainda exista) uma crença de otimismo considerável por parte dos engenheiros, cientistas e outros envolvidos no movimento de desenvolvimento da internet em relação à sua contribuição cultural positiva. E, apesar da história da Arpanet em 1969, de Tim Berners-Lee em 1989 e da comercialização dos provedores de internet em 1992 (Castells, 2003) ser extensivamente documentada e recontada, raramente é analisada à luz das condições históricas, sociais e econômicas que possibilitaram que uma criação contracultural evoluísse para uma ferramenta de dominação e vigilância.

O regime da informação da sociedade do século XXI não segue uma biopolítica, pois seu interesse não está no corpo. Ele transforma os seres humanos em animais

⁴³ Cultura, aqui, significa a maneira total de viver de um grupo, sociedade, país ou pessoa, no sentido de práticas sociais, formas de ser-estar no mundo.

⁴⁴ Enquanto no capítulo anterior houve a intencionalidade de utilizar autores que aparecem na lista dos frequentemente mobilizados apresentada nos resultados metodológicos, a discussão presente no atual capítulo buscou referenciais teóricos atualizados e alinhados ao real intuito: discutir o jornalismo em relação ao fenômeno da desinformação.

de consumo e dados, libertando o corpo físico do martírio corporal que o domestica (Han, 2022).

A liberdade é tema central da cultura da era da informação. E, apesar da contracultura como movimento social não estar diretamente ligada aos estudantes de pós-graduação americanos que, nos anos 60 e 70, estavam envolvidos no projeto da Arpanet, o princípio de liberdade individual materializado através da livre comunicação em rede é uma característica cultural engendrada nos movimentos de base da Internet.

[...] o que na verdade surpreende é ter a Internet alcançado essa relativa estabilidade em seu governo sem sucumbir seja à burocracia do governo dos EUA, seja ao caos de uma estrutura descentralizada. Que isso não tenha ocorrido foi a proeza desses cavalheiros da inovação tecnológica: Cerf, Kahn, Postel, Berners-Lee e muitos outros, que realmente buscaram manter a abertura da rede para seus pares como forma de aprender e compartilhar. Nessa abordagem comunitária à tecnologia, o patriciado meritocrático encontrou-se com a contracultura utópica na invenção da Internet e na preservação do espírito de liberdade que está na sua fonte. A Internet é, acima de tudo, uma criação cultural (Castells, 2003, p.38).

Não há tecnologia que não tenha sido socialmente produzida. E a Internet não é exceção. Além da simplificação, apesar de correta, que reduz tudo às relações sociais do modo de produção capitalista, busca-se compreender o contexto e as relações de força inseridas em sua gênese para dar sentido aos males decorrentes dela.

Berners-Lee, que no final dos anos 80 elaborou uma proposta para o projeto que se tornaria a World Wide Web, idealizou um sistema de informação universal descentralizador, não-discriminatório, criado de forma comunitária e livre (WWWB, 2009), que ultrapassasse fronteiras de linguagem, posição geográfica e crenças culturais e políticas. Embebida pelo contexto histórico social da época, depois do final da Guerra Fria, a internet é vista como um sistema de comunicação capaz de falar uma língua universal. Ainda, tanto promove “a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura” quanto personaliza tais objetos culturais “ao gosto das identidades e humores dos indivíduos” (Castells, 2002, p. 40).

Berners-Lee, e muitos outros que trabalharam nos primeiros protótipos do que se tornaria a Internet anos depois, tinham “doce fé na natureza humana”, e achavam que a democratização do conhecimento e empoderamento individual fariam bem, não mal (Kakutani, 2018). O que a criação possibilitou foi a amplificação (em intensidade

e em dispersão) das dinâmicas culturais que estavam acontecendo na cultura contemporânea, principalmente estadunidense.

Enquanto o egocentrismo, a relativização da verdade ou a tendência à formação de “bolhas” não são exclusivas da sociedade norte-americana, o neoliberalismo, que favorece “um sistema de destruição metódica dos coletivos”⁴⁵ (Bourdieu, 1998, n.p) e serve como técnica de poder no capitalismo da informação (Han, 2022), tem sido um pilar de governos norte-americanos. O argumento posto não deve ser lido como “é assim porque é tudo culpa dos Estados Unidos, que dominam a cultura mundial”, mas sim “é assim, e não de outra forma, pois a realidade e o contexto da sua criação eram estes, e as consequências, por exacerbarem tais características, são estas”. Bourdieu (1997, p. 55) fala sobre a estrutura invisível e os efeitos da televisão, mas lógica similar pode ser aplicada aos fatores econômicos postos aqui: “é evidente que uma explicação que não levasse em conta esse fato seria insuficiente, mas a que levasse em conta apenas isso não seria menos insuficiente”.

A democratização e livre acesso valorizam a liberdade, assim como a expressão individual e a ideia de liberdade de expressão, agora utilizada como ferramenta de agressão através do anonimato permitido pelo ideal de uma WWW descentralizada. A possibilidade de encontrar pessoas semelhantes, criando um senso de comunidade, engendra situações de “filtro-bolha”⁴⁶ e “câmaras de eco”, que reforçam preconceitos e crenças já existentes. Da mesma forma, a comunicação é fragmentada, possibilitando a criação da *self media*, trocas interpessoais, comunitárias, descentralizadas e baseadas na utilização da internet (Lipovetsky, 2011). Surge uma relação mais personalizada e individualizada com a informação, aumentando a escala do hiperindividualismo e causando um inchaço da esfera informacional.

A economia, a sociedade, a cultura, a vida cotidiana, todas as esferas são remodeladas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação: a sociedade das telas é a sociedade informacional. [...] ela vem acompanhada por uma comunicação interativa e produzida pelos próprios indivíduos. [...] A explosão das comunidades virtuais é, antes de tudo, a expressão da hipertrofia bem real da individualização (Lipovetsky, 2011, p. 77-79).

⁴⁵ No original, “*un programme de destruction méthodique des collectifs*”.

⁴⁶ Os “filtros-bolha” foram popularizados por Eli Pariser como uma das formas de destruição do espaço público através da personalização algorítmica. Porém, como observado por Han (2022), Santaella (2016) e Bauman (2008), o processo de autodoutrinação já existia *offline*, causado pela narcisização crescente que causa o apagamento do Outro. Por este motivo, questões técnicas como “filtro-bolha” e “câmaras de eco” aparecem entre aspas.

É o sentimento de liberdade que garante a dominação. Para Han (2022), no regime da informação, ser livre não significa *agir* livremente, mas *clicar, curtir e postar* livremente. A consciência da vigilância permanente que garante o poder no panóptico foucaultiano é substituída por uma liberdade sentida, na qual tudo está disponível e consumível na ponta dos dedos. O regime da informação não precisa da coação disciplinar para garantir-se, “a dominação se faz no momento em que a liberdade e a vigilância coincidem. [...] Não são as pessoas que são realmente livres, mas as informações” (Han, 2022, p. 13-14).

Não se trata da existência de um “projeto de globalização neoliberal”, argumento que beira o maniqueísmo. E sim uma perspectiva que vai mais longe do que o imperialismo cultural ou do *american way of life*, na qual no cerne da ideia de liberdade do “este é um país livre” reside a extrema responsabilidade individual e, por consequência, o apagamento do coletivo, do outro. Em um ambiente desregulamentado e privatizado, como as redes sociais, o foco são as preocupações e atividades de consumo:

os conceitos de responsabilidade e escolha responsável, que antes residiam no campo semântico do dever ético e da preocupação moral pelo Outro, transferiram-se ou foram levados para o reino da auto-realização e do cálculo de riscos. Nesse processo, “o Outro” como desencadeador, alvo e critério de uma responsabilidade reconhecida, assumida e concretizada, praticamente desapareceu de vista, afastado ou sobrepujado pelo eu do próprio ator (Bauman, 2008, p. 119).

As perspectivas econômica e de consumo não estão descoladas das mudanças causadas pelo regime da informação. Como apontado por Castells (2003, 65), a cultura da internet é formada por “uma crença tecnocrática no progresso dos seres humanos através da tecnologia, [...] incrustada em redes virtuais que pretendem reinventar a sociedade, e materializada por empresários movidos a dinheiro [...]”. Além da compra da internet como serviço através da contratação de provedores, a história da internet é a mesma de outras empresas que perceberam que poderiam lucrar de uma forma nova.

Começando pela venda de *hardware*, como celulares da Apple, ou de *software* de computador, como produtos Microsoft, essas empresas são responsáveis, precisamente, por possibilitarem o acesso físico e digital das pessoas à internet. As fontes de renda das empresas chamadas de *big tech* são, primordialmente, duas: vender *seus* produtos para você ou vender *outros* produtos para você *através de anúncios*. É uma frase falada comumente, mas seu verdadeiro significado passa

despercebido: “se é de graça, o produto é você”. O que ela significa, na verdade, é: “se é de graça, o produto é você (sua atenção e seus dados)”.

Como explicado por Han (2022), a disponibilidade massiva dos dados, coletados pelas empresas de tecnologia através dos anúncios e cadastros e uso de redes sociais, principalmente, permite que sejam criados perfis psicométricos de seus usuários. Este procedimento baseado em dados produz um perfil de personalidade que torna possível prever o comportamento de uma pessoa.

“Com uma quantidade suficiente de dados, é possível até mesmo gerar informações que excedem aquilo que sabemos de nós mesmos” (Han, 2022, p. 38). A frase resume a experiência de muitos usuários em redes sociais, como o *TikTok*. Vários profissionais de saúde mental nos Estados Unidos reportaram aumento em adolescentes e jovens adultos se autodiagnosticando com doenças de ordem psiquiátrica depois de serem impactados por vídeos sobre os sintomas no *TikTok* (Caron, 2022). De acordo com documento da própria rede social (*TikTok*, 2020), a For You Page (FYP - página principal do aplicativo) é alimentada por um sistema de recomendação que fornece conteúdo para cada usuário que provavelmente seja do interesse daquele usuário em específico. Baseada nos dados demográficos do usuário e em outros coletados pela rede, o algoritmo da FYP mostra vídeos que parecem escolhidos a dedo. Ao contrário do que acontece com o Google, no qual o usuário precisa ativamente buscar por sintomas para assim se “convencer” de um diagnóstico, o *TikTok* entrega vídeos sobre sintomas e diagnósticos que muitas vezes o usuário ainda nem sabe que tem. Relatos semelhantes acontecem na internet (e na mídia) desde o surgimento das redes sociais e algoritmos (Heaney, 2013).

E tudo isso se relaciona diretamente com a pós-verdade, desinformação e *fake news*. Não é por acaso que o agravamento deste fenômeno acontece concomitantemente ao enredamento da internet na vida cotidiana. “Todo novo começo prenuncia muitos outros por vir” (Bauman, 2008, p. 131) e “toda mudança decisiva de mídia produz um novo regime. **Mídia é dominação. [...] Soberano é quem dispõe das informações em rede**” (Han, 2022, p. 24).

Em uma sociedade que coloca a informação como fator central nos processos de decisão e acredita que mais informação, com mais qualidade, gera, conseqüentemente, melhores resultados, a informação, então, se faz onipresente. Esta é a essência da mudança causada pela introdução da informação e das tecnologias de comunicação baseadas em computador: a internet foi planejada e

projetada como uma tecnologia de comunicação livre, e por isso, teve a capacidade de transformar, de forma prática, o modo em que nos comunicamos como sociedade (Castells, 2003). O jornalismo e a comunicação, como parte deste sistema, não sairiam incólumes.

3.2 INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E JORNALISMO

O fenômeno da desinformação afeta a prática e a teoria do jornalismo. Dentro do contexto da sociedade em rede e da pós-verdade, fomentada pela queda de confiança nas instituições sociais, a crença moderna na verdade nascida da razão parece fenecer.

Em relação à prática jornalística, duas fragmentações importantes derivam da mudança causada pelo capitalismo da informação, e ambas estão relacionadas à fragmentação da atenção e à mudança do lugar dos consumidores no processo de produção informacional, passando de telespectadores (em grande parte) passivos para emissores ativos de informação. O acesso à internet permitiu que qualquer pessoa pudesse criar seu próprio canal de comunicação e de informação. Desde os blogs e fotologs do início dos anos 2000 até os canais de transmissão do Telegram atuais, a tecnologia digital da informação foi capaz de reduzir os custos de informação a, praticamente, nada. O autor (2022) reforça a hipótese de que na sociedade das “mídias de massa” a construção de um canal de notícias era custosa e laboriosa sendo, portanto, impossível a existência de uma infraestrutura para a produção massiva de desinformação. Elaborando ainda mais, explica: “a midiocracia como telecracia se baseia em *show* e entretenimento [...], apenas com a conexão digital se atingiu a condição estrutural prévia para as rejeições infocráticas da democracia” (Han, 2022, p. 40).

A desinformação como fenômeno é, sem dúvidas, a consequência final do processo de transformação causado pela crise da democracia no regime da informação. O enfraquecimento da chamada “esfera pública”⁴⁷ pela infodemia é percebida pela mudança da estrutura de anfiteatro das mídias de massa para a estrutura rizomática (Han, 2022) das mídias digitais, que não tem centro. Assim, a atenção é raramente dirigida a temas relevantes para a sociedade como um todo. Se

⁴⁷ O termo também está entre aspas pois não é utilizado como o conceito habermasiano de esfera pública organizadora da “opinião pública”, mas como um esvaziamento generalista do coletivo democrático.

antes o jornalismo podia decidir qual acontecimento era trazido ao público através da produção de notícias (*gatekeeping*), a revolução tecnológica desloca o papel da mídia para um processo editorial de crivar a informação e republicá-la (*gatewatching*), respeitando a ética e boa prática da profissão.

O jornalismo, como uma profissão e uma indústria, permanece como uma das linguagens políticas especializadas mais notáveis. Isso implica em um paradoxo: enquanto ele compartilha algumas características comuns com outros meios de comunicação, também distingue-se em aspectos essenciais. O primeiro, e mais importante deles, é sobre sua função social enquanto objeto comunicacional.

Para Esteves (2019, p. 20), a comunicação é o meio sem o qual “a formulação de alternativas não poderia ser oferecida aos cidadãos e, ao mesmo tempo, o meio que permite a estes reunirem os conhecimentos e a educação cívica indispensáveis ao exercício das suas escolhas”. É uma noção alinhada com Kovach e Rosenstiel (2004), sobre a finalidade principal do jornalismo ser fornecer informações para que as pessoas sejam livres e capazes de se autogovernar.

Antes de aprofundarmos a discussão sobre os contornos do jornalismo contemporâneo, é necessário refletir sobre o que é informação e, possivelmente, o que é informação jornalística. E ainda, a dicotomia colocada entre *fake news* e verdade, na qual a primeira não pode ser igual à segunda pois, teoricamente, notícias (e jornalismo) tem a verdade como pressuposto constituinte.

A informação é uma questão central das teorias da comunicação e das teorias do jornalismo, e desempenha um papel cada vez mais importante nas sociedades contemporâneas, como apresentado nas páginas anteriores. Como explica Wolf (1999), os termos “comunicação” e “comunicar”, nas teorias da comunicação, expressam utilizações centradas em torno do significado de “transmitir”. E, no âmago das concepções básicas de emissor, transmissor e receptor, principais elementos da comunicação, está a teoria matemática da comunicação de Claude Shannon e Warren Weaver. Partindo-se do trabalho original dos autores, *A Mathematical Theory of Communication*, publicado em 1948, seria possível compreender o conceito de informação pretendido por eles quando propuseram sua teoria da comunicação, amplamente adotada.

A origem do modelo dá-se no âmbito da engenharia das telecomunicações. Enquanto o trabalho original de Shannon, publicado em 1948, não contém uma explicação para descrever o conceito. Desde o início, o autor preocupa-se em medir

a informação produzida na fonte, transmitida no canal e recebida no destino. Os termos "sinal" (*signal*) e "ruído" (*noise*) aparecem como símbolos ligados ao canal (ou meio), evidenciando uma posição de neutralidade em relação aos aspectos semânticos (Bezerra, 2020; Shannon; Weaver, 1949; Wolf, 1999).

Um capítulo inédito adicionado posteriormente por Weaver em 1949 contém uma exposição introdutória dos conceitos propostos, inclusive de comunicação. Em definição:

a palavra comunicação será usada aqui num sentido muito amplo para incluir todos os procedimentos pelos quais uma mente pode afetar outra. Em algumas conexões, pode ser desejável usar uma definição ainda mais ampla de comunicação, nomeadamente, uma que inclua os procedimentos por meio dos quais um mecanismo (por exemplo, equipamento automático para rastrear um avião e calcular suas prováveis posições futuras) afeta outro mecanismo (digamos um míssil guiado perseguindo este avião)⁴⁸ (Shannon; Weaver, 1949, p. 3).

Assim, os autores (1949) dividem os problemas comunicacionais em três níveis: técnico, semântico e de eficácia (Bezerra, 2020). Enquanto "problema técnico", a entropia de Shannon-Weaver está preocupada com as propriedades estatísticas de um determinado sistema e as correlações entre os estados de dois sistemas, independentemente do significado e do conteúdo semântico desses estados.

Por isso, apresentam um sentido especial ao uso do termo "informação", reforçando que, mesmo que os aspectos semânticos da informação não sejam essenciais para a proposição de engenharia, "não significa que os aspectos de engenharia sejam necessariamente irrelevantes para os aspectos semânticos"⁴⁹ (Shannon; Weaver, 1949, p. 8). Ou seja, entendem que os aspectos informativos não estão relacionados a uma única mensagem, mas a uma situação em que a liberdade está presente na seleção de uma mensagem. Não é uma questão do que é dito, mas do que *poderia* ser dito.

Assim, a mais simples das muitas definições do termo na teoria de Shannon e Weaver é que a informação é uma diminuição da incerteza. Explicado por Wolf (1999), a teoria informacional da comunicação tem como finalidade operativa a transmissão

⁴⁸ No original, "the word communication will be used here in a very broad sense to include all of the procedures by which one mind may affect another. In some connections it may be desirable to use a still broader definition of communication, namely, one which would include the procedures by means of which one mechanism (say automatic equipment to track an airplane and to compute its probable future positions) affects another mechanism (say a guided missile chasing this airplane)".

⁴⁹ No original, "this does not mean that the engineering aspects are necessarily irrelevant to the semantic aspects".

do máximo de informação com o mínimo de distorção e máxima economia de tempo e de energia.

As diferenças entre uma visão semântica da informação, utilizada nas ciências sociais e humanas, e uma visão técnica, evidenciada pela teoria matemática de Shannon e Weaver, não significam necessariamente uma oposição. Os conceitos envolvidos são particularmente relevantes se não adotarmos uma visão dicotômica dos tipos de informação, mas apenas uma: informação codificada de maneiras diferentes. Enquanto os teóricos da comunicação evoluem para um modelo comunicativo semiótico-informacional (Wolf, 1999), interessados na questão dos efeitos, Shannon e Weaver (1949) abraçam a perspectiva que as palavras informação e incerteza são parceiras, e que sua teoria pode, sim, lidar com aspectos do significado (influência do contexto) de uma forma estatística.

Logo, as questões informacionais inerentes à lógica comunicativa estão postas: não é possível pressupor que a informação, como transmissão e comunicação, possui valor relacionado ao que é verídico. Assim, informação, verdade e fato não são sinônimos. Da mesma forma, não são diametralmente contrários às concepções de *fake news* e desinformação. Se o jornalismo deve informar e assim o faz através de notícias, as mesmas precisam de estratégias adequadas para garantir o efeito de verdade, que não é próprio da informação.

Em outras palavras, o termo *fake news* não pode ser equivalente ao erro jornalístico e jornalismo não pode ser equiparado a uma prática de distorção intencional, mas o argumento terminológico do oxímoro (notícias não podem ser falsas) prediz um valor de verdade na informação que não é sustentado pelos elementos básicos da teoria comunicativa-informativa. O que é a informação jornalística, então, diferente das informações midiáticas? Quais rotinas, pressupostos, práticas ou crenças compartilhadas atravessam este conceito no campo jornalístico? Quais são as condições de existência o faz responsável pela informação necessária para que um sujeito possa se autogovernar (tomar decisões)?

3.3 O CAMPO JORNALÍSTICO

Assim como outros campos, o campo jornalístico é estruturado por forças internas, sendo influenciador e influenciado. Porém, diferente de outros, tem uma particularidade: é muito mais dependente das forças externas do que todos os outros campos, dependendo diretamente da demanda, da sanção do mercado e do plebiscito

(Bourdieu, 1997). A visão do autor, que supõe pressão direta do campo econômico, é uma das diversas leituras teóricas sobre as diversas conceituações do que é jornalismo.

Para além da história do jornalismo, que até o século XX não tinha a verdade como “principal (elemento) no tocante ao registro e circulação sociais das notícias” (Rüdiger, 2020, p. 196), passando pelas gazetas, *fausses nouvelles*, *penny papers* e toda a dinâmica da constituição do jornalismo moderno, o foco do presente trabalho são as perspectivas teóricas. Vistas como “mais ou menos autônomas, mais ou menos influentes na prática” (Rüdiger, 2021, p. 13), a compreensão de campo a partir das teorias do jornalismo busca uma comparação um pouco justa com as digressões da ordem conceitual desenvolvidas no capítulo passado sobre pós-verdade, *fake news* e desinformação.

Ao contrário do que é percebido em campos como o da psicologia, separado em correntes como freudiana, lacaniana ou junguiana, os estudos do jornalismo são baseados em conceituações pouco rigorosas e confusas (Rüdiger, 2021), que sambam entre arte, ciência e sociologia. Por este motivo, trabalhos como o livro *As Teorias do Jornalismo no Brasil* (Rüdiger, 2021), refletem a realidade das contribuições teóricas, que não podem ser apreendidas dentro de uma lógica única, rígida e cumulativa. Na Tabela 3, sintetizam-se as principais perspectivas descritas pelo autor (2021) nas 218 páginas do livro. Enquanto retomar detalhadamente cada uma seria uma proposta completamente diferente de pesquisa, o esforço de síntese mostra-se eficaz em apresentar um panorama geral.

Tabela 3 - Resumo das teorias apresentadas por Rüdiger (2021)

Perspectiva	Resumo	Principais autores
Filológicas	Jornalismo como linguagem, espécie de literatura, baseado na construção discursiva, sendo um sistema simbólico	Alceu Amoroso de Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Antonio Olinto, Danton Jobim, Dorival Ramos, Nilson Lage, Oliveira da Silva, Fausto Neto, Luiz Gonzaga Motta, Muniz Sodré
Publicísticas	Jornalismo é uma atividade informativa associada à intervenção opiniática	Otto Groth, Luiz Amaral, Luiz Beltrão, José Marques de Melo, Manuel Chaparro, Leão Serva
Poética	Jornalismo deve privilegiar a condição de intermediário do jornalista	Cremilda Medina

Perspectiva	Resumo	Principais autores
Marxistas	Jornalismo é interface entre empresa e mercado, não é força autônoma	Perseu Abramo, Nelson Werneck Sodré, Ciro Marcondes Filho, Adelmo Genro Filho
Sociológica-aplicada	Jornalismo é construção da realidade como práxis interatuante	Edvaldo Pereira Lima, Eduardo Meditsch, Orlando Tambosi, Josenildo Guerra, Wilson Gomes, Otto Groth
Profissionalista-crítica	Jornalismo como atividade de conhecimento	Eduardo Meditsch
Fenomenologia	Jornalismo lida com o real sem ser seu reflexo ou conhecimento	Muniz Sodré, Fausto Neto, Sonia Aguiar
Crítica-radical	Jornalismo se tornou parte da engenharia do poder	Marilena Chauí, José Arbex, Leandro Marshall, Silvia Moretzsohn

Fonte: a autora (2023)

As diferentes perspectivas, evidenciadas pelo interpolamento de autores, explicitam o caos ideológico do termo “jornalismo”. “O” jornalismo mesmo, para Rüdiger (2021, p. 197), nada faz: “é um termo mediador, que surgiu na práxis para designar uma multiplicidade de atividades, coisas e situações variável historicamente”.

Para a perspectiva do revisionismo epistemológico, que busca conferir ao jornalismo autonomia como objeto de estudo da área da comunicação/ciências sociais aplicadas, a área perdeu o controle do próprio discurso (Rüdiger, 2021). E indo além, intelectuais do criticismo radical apontam para um esvaziamento completo da autonomia, e valores como objetividade, veracidade e responsabilidade não passem de mitos. “A mídia cresceu a tal ponto, que o que garante que as coisas de fato existem e aconteceram é o fato de serem veiculadas pelos meios de comunicação” (Marcondes Filho, 1994, p. 64 *apud* Rüdiger, 2021, p. 186).

Pegoraro (2023) expande a ideia de desconstrução dos mitos do jornalismo. Alinhado à ideia de Bourdieu (1997) que os jornalistas possuem “óculos próprios” para enxergar o mundo, elenca quatro mitos que “continuam sendo ensinados e propagados na sociedade” (Pegoraro, 2023, p. 5).

O primeiro é o mito da **imparcialidade**. Utilizando-se de ideias de Chaparro e dos preceitos de Bourdieu, seria impossível diferenciar informação e opinião. Todo processo jornalístico que busca a objetividade passa por processos de edição, revisão e checagem, tornando o trabalho coletivo e, conseqüentemente, decisões subjetivas.

“Há opinião em todas as decisões e em cada momento de atribuição de valor aos factos e às coisas” (Chaparro, 2008, *apud* Pegoraro, 2023, p. 6).

O segundo e o terceiro mito tem relação com a ideia de que **as fake news não podem ser um produto da imprensa**. Expandindo as ideias de Perseu Abramo em relação aos padrões de manipulação na grande imprensa, revisitados por Rogério Christofolletti no contexto do regime da informação, versa sobre as falhas e possíveis manipulações que, com a evolução tecnológica e os novos atores, impedem ainda mais que o público receba a “informação real” (Pegoraro, 2023).

O quarto é o mito da **crise**. De acordo com o autor (2023), não é uma questão nova, e sim um problema discutido há anos, que agora envolve redes sociais, credibilidade, descentralização, fragmentação e saturação.

Todavia, ao contrário do que acontece em outras áreas, a academia tem pouca influência no exercício profissional do jornalismo, sendo comum sua alienação recíproca (Rüdiger, 2021). Os achados de Reginato (2016) refletem o que os jornalistas, veículos e leitores acreditam que o jornalismo deve ser. A pesquisa da autora (2016), fruto da sua tese de doutorado, sistematizou 21 diferentes finalidades do jornalismo a partir de autores nacionais e internacionais. Com uma construção teórica que parte da premissa de que a condição de finalidade do jornalismo rege as demais condições do contrato comunicacional, Reginato (2016) relaciona comentários e textos dos três públicos a fim de encontrar propósitos que motivam a prática jornalística.

O resultado encontrado é um alinhamento entre as percepções dos veículos, jornalistas e leitores. **“Esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade”, “fiscalizar o poder e fortalecer a democracia” e “informar”** (grifos nossos) representam quase 70% do que o jornalismo deve ser para todos os públicos (com diferenças de menos de 5 p.p. entre organizações e leitores). Em relação à finalidade de informar, a autora (2016) aponta dois níveis de percepção:

a) como um processo finalístico, que possui um fim em si mesmo e não precisa ser explicado; b) como um processo qualificado, que deve cumprir certas exigências e distingue informação (e conteúdo) de *informação jornalística* (Reginato, 2016, p. 207).

Percebe-se, então, um descompasso. Enquanto a compreensão no primeiro nível, é de um papel transmissivo, no qual as informações estão “prontas” e devem “apenas” ser relatadas e comunicadas (Reginato, 2016), encontra-se a problemática

trazida por Pegoraro (2023) de que o jornalismo pode, sim, contribuir para a criação de ruído e disseminação de concepções equivocadas. O cenário agrava-se com a ideia de que o jornalismo pode ser “hackeado” através de suas práticas produtivas e profissionais, com táticas para a manipulação da mídia agravadas no jornalismo de comunicação (Träsel, 2023) caracterizado pelas mudanças sociais do regime da informação.

No segundo nível, encontra-se uma compreensão de *informação jornalística* como processo qualificado, na qual a “verdade” é resultado da apresentação de critérios de seleção, precisão, consistência e originalidade, balizando as práticas de verificação. Aqui, de acordo com os dados da autora, o papel do jornalismo de **“verificar a veracidade das informações”** mostra-se como um eixo importante para jornalistas e leitores, mas desinteressante na compreensão dos veículos. A autora aponta:

os veículos parecem supor que a verdade é intrínseca a eles e talvez por isso ela possa ser apagada do discurso, na seguinte lógica: se jornalismo é verdade, e se os veículos são o jornalismo, então eles são a verdade. Ao mesmo tempo, é uma estratégia dos jornais: se eles enunciarem demais sobre a verdade, não terão como responder todas as vezes em que ela não for oferecida e for cobrada pelo público (Reginato, 2016, p. 209).

Bourdieu (1997), em sua crítica à televisão, acredita que o universo do jornalismo é pressionado pelo econômico através do “índice de audiência”. No contexto de redes sociais, com ainda mais interação entre redações e leitores, as organizações estão “cada vez mais expostas ao crédito manufaturado em lógica circular [...] e às pressões de grupos ou indivíduos autodeclarados representantes de uma determinada identidade” (Träsel, 2023, p. 6). E, enquanto (auto)declaradas responsáveis por esclarecer o cidadão, apresentar a pluralidade da sociedade, fiscalizar o poder, fortalecer a democracia e informar, veículos e jornalistas devem revisar práticas profissionais que podem contribuir para a desordem informacional.

Pegoraro (2023) sintetiza cinco modelos de jornalismo praticados na última década e que se fortalecem no ambiente, considerado por ele, de “guerras culturais”⁵⁰: a) “jornalismo comentado”; b) “jornalismo reality-show”; c) “jornalismo militante”; d) “jornalismo imediato”; e) “jornalismo declaratório”. Enquanto todos são relevantes para

⁵⁰ Apesar de não oferecer um conceito para o termo, o autor (2023) mobiliza James Hunter como aporte teórico, subscrevendo à ideia de que “guerras culturais” são “diferentes visões da moralidade, visões que antes se recomendava permanecerem na esfera privada” (Teixeira; Vaz, 2021, p. 8).

a discussão da pós-verdade e desinformação, e não há dúvidas de sua existência, os dois primeiros estão na área limítrofe entre jornalismo e entretenimento, conhecida como *infotainment*⁵¹. Enquanto isso, há dúvidas de que o que o autor considera “jornalismo militante” seja, efetivamente, jornalismo. Por isso, exploraremos os dois últimos (**declaratório e imediato**)⁵², pois possuem, ainda, adesão de características mais consensualmente profissionais (*i.e.*, ainda estão alinhados com as principais finalidades jornalísticas encontradas).

O jornalismo declaratório tem como prática principal a produção de matérias com base nas declarações das fontes. Considerado, erroneamente, como prática que busca a objetividade através da “factualidade”, do “equilíbrio” e da “imparcialidade” (Träsel, 2023), opera no primeiro nível da finalidade de informar: transmissão das informações “prontas” (Reginato, 2016). Retomando a ideia do conceito de informação como conteúdo ao qual não se pressupõe valor de verdade, a mera reprodução (que é transmissão) de uma declaração, mesmo que com contexto, pode levar à repercussão de desinformação por parte da práxis jornalística. Um exemplo desta prática eram as interações entre o ex-presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, e os repórteres que cobriam editorias no Palácio da Alvorada. Ao repercutirem suas declarações por completo, pela ótica informativa estavam transmitindo apenas um acontecimento: Bolsonaro disse “x”. Deixando o contexto, apuração e verificação para interesse e avaliação do leitor, “o jornalismo declaratório pode ter contribuído para a desinformação e anulado outros esforços de reportagem durante a pandemia de covid-19” (Träsel, 2023, p. 10).

Outra “armadilha” deste tipo de jornalismo, que recai nos ombros da busca pela objetividade, é a da falsa equivalência. Conforme explicado por Träsel (2023), a “armadilha do equilíbrio” acaba conferindo legitimidade a qualquer declaração proferida por pessoas públicas, e, buscando “apresentar a pluralidade da sociedade” (Reginato, 2016), concede o mesmo espaço para alegações falsas e informações apuradas. Sobre isso, Bourdieu (1997, 47) versa em seu tratado quando reflete sobre as condições dos debates televisivos, que favorece os “profissionais da palavra” pois

⁵¹ O neologismo traduz o embaralhamento de fronteiras entre informação e entretenimento, surgida com a popularização e predominância da televisão (Kovach; Rosenstiel, 2004).

⁵² É importante notar que, enquanto sistematizadas em função de características diferentes, as categorias não são excludentes. Ou seja, o jornalismo declaratório pode também ser jornalismo imediato.

estes entendem as “regras do jogo”. Quando buscam apresentar “opiniões”⁵³ opostas igualmente, demonstram sua “geometria variável”.

Ela não é a mesma quando se trata de um sindicalista ou quando se trata do sr. Peyreffite da Academia Francesa. [...] Não só não ajudam os desfavorecidos, como também, se assim se pode dizer, afundam-nos. Não lhes dando a palavra no momento certo, dando-lhes a palavra no momento em que já não a esperam [...] (Bourdieu, 1997, p. 44-47).

O jornalismo imediato, ou seja, aquele que busca o “furo”, pensa em estratégias de *clickbait* ou elabora conteúdos ainda não devidamente concluídos para publicação, é, para Pegoraro (2023), fruto do “jornalismo online” e redes sociais. Bastos (2012, p. 284) argumenta que o aparecimento da internet afetou “práticas, papéis e questionamentos de ordem ética”, e diluiu o jornalismo no ciberjornalismo. Apesar da colocação polêmica acerca do ciberjornalismo, causadora de reflexões para além da proposta do presente trabalho, o jornalismo de imediato poderia ser entendido como um subtipo de prática jornalística, voltada para uma produção pautada pelas características técnicas e temporais das plataformas digitais⁵⁴.

Não pautando-se em nenhuma finalidade específica do jornalismo, atende às novas formas de circulação da informação causadas pela descentralização, reforça relações de concorrência e interesses econômicos e, por fim, evidencia a influência da edição (e do tempo) no produto jornalístico publicado. No regime da informação, as métricas de audiência tornam-se cada vez mais relevantes nos processos editoriais, e abrem “uma via de exploração do jornalismo para a disseminação de desinformação ou de propaganda” (Träsel, 2023, p. 12).

Enquanto rotinas produtivas e decisões editoriais são influenciadas pelas dinâmicas cibernéticas, que disponibilizam métricas de performance e dados sobre praticamente tudo (leitor, conteúdo, cliques, *likes*), os erros de digitação/português/diagramação/apuração não são exclusivos do ciberjornalismo. Pegoraro (2023) argumenta que estas falhas geram graves consequências para a credibilidade. Porém, são “regras do jogo”, e, como consequência de uma prática

⁵³ “Opinião” também está entre aspas pois, muitas vezes, são apresentadas declarações falsas, anti científicas ou mentirosas travestidas de opinião. Não deveria haver lugar para negacionismo científico, ou até mesmo crime, na simples posição de “opinião contrária” que deve ser mostrada para refletir a “pluralidade de opiniões”.

⁵⁴ Pegoraro (2023) não faz esta diferenciação, e Bastos (2012) também não. O entendimento parte de mediação da autora da presente pesquisa entre as críticas teóricas e a discussão efetivamente proposta.

profissional, não devem ser consideradas como característica fundamental de um tipo de jornalismo.

Já as decisões editoriais conscientes, como títulos, subtítulos, textos de redes sociais, estratégias de geração de engajamento, publicação de conteúdos sem qualidade, política de correção de erros e fragmentação da notícia⁵⁵ são, sim, de responsabilidade da organização jornalística. Casos menos complexos, como observado por Träsel (2023), demonstram a influência que os novos atores informacionais provocam nos valores-notícia (Bastos, 2012). A urgência, sem dúvida, não deve superar as obrigações da atividade profissional, mas

o somatório das diluições referidas torna assaz difícil a assunção e o cumprimento, por parte dos ciberjornalistas, de alguns papéis consagrados do jornalismo e que têm a ver com a relação deste com a sociedade: a vigilância dos poderes instituídos, o sentido de participação no debate público e a consciência do papel social do jornalista (Bastos, 2012, p. 289).

Casos mais complexos, como a decisão de títulos, subtítulos e os textos elaborados para redes sociais, refletem (ou reforçam) os efeitos da estrutura invisível (Bourdieu, 1997) dos meios. Conforme citado por Träsel (2023), um estudo sobre títulos de notícias no ano de 2020 apontou que 60% destes reproduziam declarações falsas de Jair Bolsonaro sem contextualização ou correção. Enquanto condição de informação do jornalismo declaratório, não há como presumir a intenção do jornalista/editor/veículo de enganar. Mas quantos títulos foram elaborados pelos repórteres? Quantos foram modificados pelos editores? Quantos seguem o manual de redação? Quantos são frutos de um processo de autocensura editorial? E o mais importante, quantos foram elaborados editorialmente para maximizar a performance e a audiência, confiando na curiosidade, choque, interesse, emoção, “furo” que geram o clique, sem considerar as finalidades principais do dever-ser jornalístico?

3.4 PÓS-VERDADE E PÓS-JORNALISMO?

Retomando as questões pertinentes ao arsenal teórico, questiona-se algumas diferenças entre desinformação, propaganda, *fake news*, pós-verdade e outros termos que estão relacionados ao fenômeno da desordem informacional. Não há, como, porém, separar tal fenômeno da esfera política, que interpola o campo do jornalismo, implicando alterações significativas nos papéis dos meios de comunicação em uma

⁵⁵ Prática de resumir e dividir o texto em páginas ou tela para facilitar seu consumo.

sociedade que “incorpora a **dominação impiedosa da informação**” (Han, 2022, p. 15-16).

Empenhando-se em diminuir as lacunas interpretativas abertas pelos diferentes argumentos e autores mobilizados, retoma-se o raciocínio que guia a presente pesquisa: para elaborar sugestões práticas sobre como o jornalismo pode “combater” a desinformação/*fake news*, é preciso compreender os diferentes conceitos. Com a multiplicidade dos conceitos estabelecida, sem consenso concreto, percebe-se que algumas premissas são consensuais, como a informação falsa e o intuito manipulatório, além da influência da internet. Daí, reverte-se a pergunta: posso compreender o que **não** é desinformação? Passando pelas características culturais/sociais/históricas que baseiam o regime da informação, que tem a internet como âmago, busca-se compreender o conceito de informação na perspectiva teórica comunicacional/jornalística, que, apesar de ter a verdade como princípio, cada vez menos é guiado por ele. Ou seja, se considerarmos que:

- a) desinformação/*fake news* podem ser definidas como informações falsas que buscam enganar;
- b) a informação não tem um valor pressuposto de verdade;
- c) o jornalismo pode ser igual à informação;
- d) o jornalismo não precisa ser igual à verdade;

podemos inferir que existem cenários em que o jornalismo tem o potencial de ser considerado desinformação/*fake news*. Quando? Quando reproduz (ou decide produzir) informações falsas, motivado por intenções comerciais, econômicas, pessoais ou de performance (métricas/avaliação), sem o cuidado presumido pelo ideal da profissão. Existem outros cenários possíveis em que ele pode contribuir para o caos informativo, mas relaciona-se menos com desinformação e mais com *misinformation*, pois não há motivação de iludir.

São cenários, então, altamente induzidos pela entrada de novos atores que também são produtores, disseminadores e comentadores de informação (Bastos, 2012). Ainda, no qual a verdade, como finalidade da prática profissional ou valor social relevante, é relegada ao segundo plano de importância, quando não é considerada inexistente.

Mas pode o jornalismo existir sem a ideia de verdade? E pode-se entender conceitos de notícia/informação e opinião sem consenso factual? E como tudo isso se relaciona com o fenômeno da infodemia?

Sobre a verdade, sua relação com o jornalismo é longa e tortuosa, e um debate sobre os diferentes conceitos e aplicações da verdade vai, mais uma vez, além do pretendido neste momento. Assim como existem múltiplas teorias do jornalismo, quase cada uma tem leituras diferentes da questão.

O que interessa, de forma teórica e prática, para compreender a noção de verdade no jornalismo são duas coisas. A primeira é que, em uma perspectiva histórica, a imprensa é preexistente ao compromisso profissional com a verdade (Rüdiger, 2020). Esta é, porém, uma configuração ou noção de imprensa diferente do jornalismo contemporâneo, que vem evoluindo a partir do século XX com a profissionalização e a definição da notícia (Franciscato, 2005). Conseqüentemente, nesta perspectiva, o jornalismo também precede os regimes democráticos modernos (Rüdiger, 2020).

A próxima é reflexo das discussões teóricas ocorridas sobre as noções de objetivismo e subjetivismo, que estão diretamente ligadas às características de credibilidade, confiança, fidelidade, imparcialidade e lealdade. Assim como alertado por Bourdieu (1997, p. 60) em relação aos sociólogos, que devem “evitar cair em uma ou outra das duas ilusões simétricas, a do ‘nunca visto’ [...] e a do ‘sempre assim’”, o mesmo pode ser dito da objetividade jornalística. Enquanto, para uns, ela deve ser revisitada e retomada como princípio norteador das práticas profissionais na cultura democrática (Kovach; Rosenstiel, 2004), para outros, não há como estabelecer uma relação de “verdade”, sendo tudo que é produzido pelo jornalista, em última instância, é subjetivo.

Diante do avanço da era da pós-verdade e da situação de desordem informacional, a perspectiva pós-modernista apresentada por Rüdiger (2021) fundamenta a ideia de que a notícia tende a assumir cunho cada vez mais fictício, sendo irrelevante sua propriedade informativa ou não. O que, acoplado as máximas de “mas é minha opinião”, teorias da conspiração e todo o ambiente da crise da verdade relativo à infocracia (Han, 2022), além das já citadas rotinas produtivas e gêneros do *infotainment*, levariam ao pós-jornalismo.

Sobre isso, Eugênio Bucci (2019) evoca, como Santaella (2018), o conceito de verdade factual de Hannah Arendt para reconciliar verdade, conteúdo e comunicação

(ou informação). Defendendo que há nexos entre democracia e ética da informação, a qual deve superar seus preceitos matemáticos e ser considerada como produção de conhecimento que requer verdade, Bucci (2019, p. 97-98) critica os “moldes monopolistas com os quais elas (as redes sociais) se apossaram do fluxo das comunicações digitais em todo o planeta, [...] elas promovem a tecnociência e o capital como substitutos da própria política”. Na mesma linha,

O que tudo isso me leva a advogar, apoiada em Arendt, é que existe uma verdade fatural, ou seja, há uma correspondência que deve ser buscada, na medida do possível, entre os acontecimentos e os discursos que os reportam. Uma correspondência que precisa ser rigorosamente buscada a despeito dos ardis da linguagem. Caso contrário, o jornalismo e a historiografia perderiam sua razão de ser e as interpretações não passariam de um troca-troca de jogos de linguagem. Embora os jogos sejam constitutivos dos discursos, todo discurso está determinado por aquilo que ele visa reportar. No caso da verdade fatural, que podemos também chamar de semiose indiciai, aquilo que é reportado, de fato, aconteceu no mundo dos vivos. E quando o discurso ignora, desrespeita, distorce, manipula os fatos, entramos, sem dúvida, no universo da pós-verdade. [...] Quer dizer, deve haver uma verdade, aquela dos fatos ocorridos, que as *fake news* estão hoje levando à derrocada (Santaella, 2018, p. 48).

Assim como Southwell, Thorson e Sheble (2018) rejeitam a possibilidade de uma sociedade na qual não haja consenso social, o pressuposto da existência de “uma ideia de verdade do real que pode ser apreendida [...] por meio de técnicas jornalísticas e transformada em relato noticioso” (Franciscato, 2005, p. 166) aparece tanto como constituinte para a prática jornalística na democracia quanto para a definição de notícia. E para Bucci (2019), assim como para Santaella (2018), as *fake news* não podem ser consideradas somente como falsas ou verdadeiras, assim como a verdade e a inverdade não admitem precisão dicotômica similar.

Rüdiger (2020) problematiza a narrativa de oposição entre *fake news* e notícia (informação verdadeira), travestida de credibilidade, que volta a estar presente na reflexão teórica e acadêmica. Além disso,

[A] autolegitimação da prática noticiosa não está propriamente no conteúdo das mensagens jornalísticas (e, mais particularmente, na relação estatutária com as concepções de verdade e de veracidade), mas recai-se essencialmente na maneira como estas são proferidas (e supostamente legitimadas) em um cenário de descontinuidade institucional (a crise do próprio *modus operandi* da profissão) (da Silva; Ibanhes, 2021, p. 24).

Assim, o caráter flutuante cunhado por Farkas e Schou (2018), aparece quando o conceito de *fake news*/desinformação é contrastado com o de notícia, “categoria bastarda sempre assombra sua irmã legítima, influenciando no fato de a atividade

jornalística não ter, até hoje, adquirido plena e total credibilidade em nenhuma sociedade” (Rüdiger, 2020, p. 194). Da visão de autodefesa do campo, recai uma visão de *fake news* que privilegia a noção de imitação de aspectos estéticos-expressivos da profissão sem sua preocupação ético-política (da Silva; Ibanhes, 2021).

Para ambos (Rüdiger, 2020; da Silva e Ibanhes, 2021), a preocupação atual da mídia em relação ao fenômeno é motivada pelas mudanças na disseminação/circulação da informação no ambiente digital, que abriu espaço para exploração de conteúdos noticiosos por novos atores. É um cinismo determinista dos autores que acreditam que o campo ainda observa “ideia de verdade utópica e sacralizada num realismo impassível de verificação” (da Silva; Ibanhes, 2021, p. 38).

Lembrando a advertência que Bourdieu (1997) deu aos sociólogos (nem tanto ao céu, nem tanto à terra), seria possível expandir a problemática da verdade e sugerir, com base na crítica relativista feita em oposição ao objetivismo da ciência: “outra hipótese é a de que o relativismo da CTS e o fenômeno da pós-verdade sejam ambos frutos de um processo histórico mais profundo” (Oliveira, 2018 *apud* Santaella, 2018, p. 39). Mais do que uma visão linear, a tese de que há um processo mais profundo, como uma árvore filogenética que desvenda um ancestral comum, potencializa as relações conceituais.

Do ponto de vista apresentado até aqui, vale diferenciar entre *fake news* como produto e como fenômeno. Como produto ou objeto, pode ganhar nome de mentira, boato, fofoca, propaganda, desinformação, simulacro noticioso, ou até mesmo notícia, e é aceitável a narrativa de que sempre existiu. Ainda há ressalva em ligar sua “história” com a do jornalismo, como faz Darnton (2017), pois trata-se de estruturas diferentes, com outras relações de força econômicas e simbólicas prévias ao processo democrático global e profissionalizante do campo. Talvez seja um anacronismo histórico.

Como fenômeno, está contextualizada em um ambiente capitalista, predominantemente democrático, no qual há um enfraquecimento sistemático da verdade que pertence às **rejeições patológicas da sociedade da informação**, que, por concepção, é um fenômeno do século XXI originado na digitalização que fez desaparecer o mundo comum (Han, 2022). O enfraquecimento das instituições sociais, a comunicação disruptiva (Bennett; Livingston, 2018), a responsabilidade individual exacerbada, o apagamento do Outro (Bauman, 2008), o confinamento das

empresas comunicacionais em grandes conglomerados, a desmoralização dos formatos do jornalismo (Bastos, 2012), as condições técnicas da internet/plataformas, a evitação de notícias, o definhamento do envolvimento cívico/político (Esteves, 2019) e a própria racionalidade são fatores que, quando postos em conjunto, constituem **o cenário que torna o produto um fenômeno social**. E a internet, ou as redes, não são responsáveis por todos estes fatores, mas sua concepção foi feita de tal forma que gerou o ambiente perfeito que favoreceu o surgimento do fenômeno e, como tal, é seu constituinte.

3.4.1 Mídias eletrônicas e cibercultura

A reflexão sobre a materialidade dos meios, ou a Teoria dos Meios/Mídia, mais do que o aforismo atribuído à McLuhan (Barsotti, 2023) de que o meio é a mensagem, gera um questionamento pertinente à presente pesquisa. Como o meio influencia (ou pode influenciar) o conteúdo?

Ao passo em que mobilizamos Han (2022) como uma leitura conveniente, pois introduz pensamentos filosóficos de forma mais assertiva e recente em comparação a outros teóricos clássicos, o próprio autor admite que a mudança de mídia dominante é decisiva para um novo regime e, conseqüentemente, relações sociais, culturais e de poder. Colocar em evidência as mídias eletrônicas como fator causador do regime da informação implica em ponderações sobre a cibercultura.

Uma vez que a informação, a tecnologia e a mídia não são neutras, Barsotti (2023) apoia-se em Gumbrecht para lembrar que as transformações nas mídias e seus suportes costumam ser negligenciadas. Da mesma forma, a autora (2023, n.p) retoma a lógica de rupturas e continuidades dos meios de comunicação, fortalecendo a visão de Debray de que “não haveria como se exprimir de maneira difusa ou fazer uma digressão com um cinzel de ferro e uma coluna de mármore”.

O ambiente contemporâneo, não mais de “mídias de massa”, mas de “massa de mídias” (Ramonet, 2012 *apud* Barsotti, 2023), remete às discussões de Han (2022), Bauman (2008) e Castells (2002; 2003) no que toca a questões de poder, controle, consumo e difusão de informações modificados pelas tecnologias digitais originados no pensamento cibernético, que tem como pensadores e temas, no primeiro período, a Teoria Matemática da Informação de Shannon-Weaver (1949).

Botelho-Francisco (2023) versa sobre a importância de observar a tecnologia em contexto e nas suas próprias controvérsias, corroborando que ela contém as

ideologias da sua própria gênese. Ao passo em que tudo é digitalizado, a cultura digital representa uma ruptura decisiva. Para ele (2023), utilizando referencial de Charlie Gere, gera uma quase total transformação do mundo pela tecnologia digital na vida moderna.

Começou, então, a construção da cultura digital, que tem cobrado da sociedade cada vez maior participação, uso e apropriação das tecnologias digitais na vida cotidiana (Rivera, 2008, *apud* Botelho-Francisco, 2023). O processo de digitalização cria uma cultura dos filtros, da seleção, das sugestões, dos comentários, dos likes, como sugerido também por Han (2022). A cibercultura, então, seria

o conjunto de saberes, hábitos e discursos (sociais, políticos, econômicos, históricos, artísticos) que se assenta em torno de três princípios básicos: a liberação do polo da emissão da informação, o crescimento da conexão aberta e planetária, e a reconfiguração de práticas associadas à indústria cultural de massa. Como toda cultura, é derivada de processos dinâmicos, fruto das dimensões sociais e técnicas presentes no contexto histórico de seu desenvolvimento (Lemos, 2014, p. 413).

E, ao mesmo tempo que é possível detalhar as diversas culturas, subculturas e contraculturas que estão contidas dentro da ideia geral de cibercultura, e tentativa de refinamento do pensamento aqui posto é um dos três fatores básicos de Amaral (2008): a relação indissociável entre cultura e tecnologia, um processo que vem delineando-se desde a modernidade. Com isso, o desenvolvimento da cibercultura se dá ao longo do tempo. Desde a cibernética, em 1950/1960 que confere suas bases conceituais e técnicas, passando pela microinformática e contracultura dos anos 1960/1970, que tematizam a emergência da sociedade da informação, seguindo para o ciberespaço, na década de 1990, que configura a sociedade em rede e a inclusão digital, finalizando com as preocupações sobre redes sociais, privacidade, uso político e impacto nos negócios que marcam o período dos anos 2000 (Botelho-Rodrigues, 2023), o campo dos estudos em cibercultura é rico e potente.

É válido observar que a cibercultura, como objeto ou teoria de estudo comunicacional, responde a algumas das suas próprias inquietações. Embora não necessariamente com consenso, consegue avançar em propostas conceituais que advêm da dinâmica entre prática e teoria. Como crítica ao essencialismo e determinismo tecnológico de muitos acadêmicos, questiona-se.

A internet emancipa ou é totalitária? Se partirmos rapidamente para essências e estruturas globais e universais, perdemos as associações, o social que de fato está se fazendo. A crítica e o eufemismo, baseados nas

essências e nas análises das estruturas nos deixam sempre com a sensação de que a *verdade* não foi dita, de que está sempre faltando algo. [...] As críticas às novas tecnologias são em geral mal construídas por insistirem na perspectiva essencialista do fenômeno técnico. Pela essência ocultamos os seres da técnica, perdemos as associações e efetuamos rápidos saltos entre domínios aparentemente separados, mas que são sempre conectados e híbridos. Para além da crítica essencialista, a TAR propõe abrir as redes e enxergar uma terceira possibilidade que escape ao sócio ou ao tecnodeterminismo, trazendo responsabilidades para todos, humanos e não humanos (Lemos, 2015, 48-49).

Para os conceitos estudados e elaborados até o momento sobre as *fake news* e a desinformação, a cibercultura pode agregar para uma definição teórica que não oculte o ser da técnica, ou a técnica do ser. Mesmo que a Teoria Ator-Rede (TAR), a Teoria Crítica, a Teoria dos Meios, ou até mesmo a Teoria Alemã das Mídias (TAM) não seja foco da presente pesquisa, nota-se a ausência de pensamento teórico comunicacional nos conceitos e trabalhos estudados. Também reflexo de uma categoria na qual academia e prática estão distantes, como o jornalismo, a evolução dos conceitos de desinformação, *misinformation* e *fake news* devem passar por elaboração teórica do campo, mesmo que mínima, para que a ciência possa colaborar com uma solução de enfrentamento de um problema real.

3.5 CONTEXTOS, DADOS E FATORES

É difícil resistir ao argumento da grande influência do campo econômico na sociedade e no jornalismo quando o acesso à informação, hoje, é mediado por grandes empresas de tecnologia. Ao mesmo tempo, o ecossistema de desinformação passa por questões políticas: “quase todas as principais histórias falsas compartilhadas no Facebook no trimestre anterior às eleições eram pró-Trump [...]. A popularidade do conteúdo pró-Trump dava dinheiro para seus criadores” (Bell *et al.*, 2017, p. 77).

A regulamentação das plataformas de redes sociais é uma das saídas encontradas para (tentar) evitar práticas de disseminação de desinformação baseadas no lucro. Porém, estão constantemente modificando seus produtos, métricas, ferramentas e dados, exigindo das organizações jornalísticas um “caráter de processo permanente, que vai se modificando durante o mapeamento dos acontecimentos em tempo real” (Ferrari, 2017, p. 4).

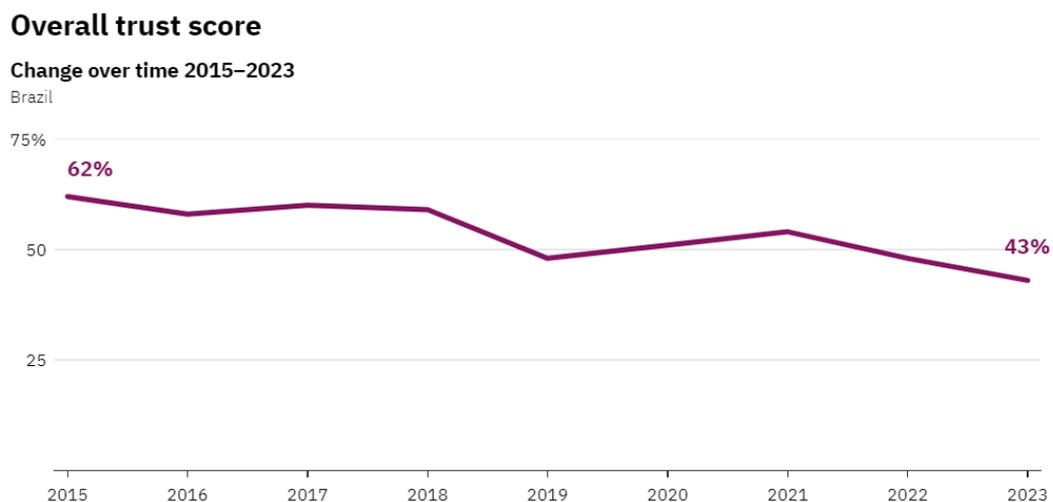
Conforme evidenciado por Träsel, Lisboa e Vinciprova (2018) em sua análise dos produtores de conteúdo no ambiente digital, alguns veículos autointitulados

jornalísticos se apropriam de conceitos caros ao jornalismo com facilidade, mesmo que, em segunda análise, seja identificado como produtor de pseudojornalismo. Os preceitos éticos e normas que guiam a prática profissional moderna são cada vez mais questionados e tensionados, e com resultado tem-se uma perda generalizada da qualidade do jornalismo (Bastos, 2012).

Poucos estudos, também, focam na visão do leitor sobre os processos da desinformação. Como apontado por Gehrke e Benetti (2021, p. 16), um estudo realizado com oito grupos focais nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Espanha e na Finlândia descobriu que “o público percebe *fake news* de maneira mais ampla, alocando nesta categoria o mau jornalismo, a propaganda política e alguns tipos de publicidade”.

Finalmente, dados do *Reuters Institute* (2023) mostram que apenas 43% dos brasileiros acreditam nas notícias de forma geral. É uma queda que está de acordo com a linha de tendência observada desde 2015, conforme a Figura 3:

Figura 3 - Porcentagem geral de confiança nas notícias no Brasil desde 2015



Fonte: Reuters Institute (2023).

Os mesmos dados (2023) mostram uma tendência de crescimento em *news avoidance* (evitação de notícias), basicamente uma escolha consciente em evitar ler, assistir, ouvir e consumir notícias. No Brasil, o ano de 2022, um ano de eleições presidenciais muito importantes para a democracia do país, foi o ano com maior registro histórico da taxa de evitação de notícias, com 54% dos brasileiros respondentes adotando alguma tática de evitação. Houve uma queda de 13 pontos percentuais para os dados do ano de 2023 (41%) em evitação de notícias no Brasil,

um dado positivo, porém ainda preocupante. E, enquanto isso, somente 43% dos brasileiros confiam nas notícias.

O estudo global conduzido pela *MIT Sloan School of Management* (2023) com 16 países em seis continentes deu indícios de que o problema das fake news não é somente um fenômeno ocidental, com uma mentalidade geral que transcende as diferenças culturais. O estudo encontrou, porém, uma correlação: a valorização da democracia foi associada a um maior discernimento da verdade em todos os países, e o endosso da responsabilidade individual acima do apoio governamental foi associado a um pior discernimento da verdade na maioria dos países. Apesar do estudo ser recente e único, instiga as relações apresentadas ao longo deste capítulo.

Por fim, antes dos resultados da metodologia empregada na presente pesquisa para aferir as principais abordagens teóricas mobilizadas nas teses e dissertações nacionais da área da Comunicação, é necessário analisar as atividades jornalísticas em equilíbrio em meio a relações de conflito, cooperação, consenso e dissenso (Rüdiger, 2021). Mas formatos jornalísticos são resultantes de certo contexto espaço-temporal concreto, atravessado pela cultura, relações econômicas, ação política e transformações tecnológicas (Franciscato, 2005). Sem prática profissional atenta, que não é somente refém das métricas de audiência, todos os portais de notícia podem se tornar a “Choquei”⁵⁶.

⁵⁶ “Choquei” é uma conta no X (Twitter) que ganhou popularidade ao replicar conteúdos em tempo-real sobre a invasão russa à Ucrânia, antes mesmo do plantão da Globo. Com o tempo, virou sinônimo de fofocas, principalmente de celebridades, e manchetes escandalosas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Comunicação é uma área de conhecimento essencialmente interdisciplinar, que estuda objetos, processos e fenômenos múltiplos. A proposta metodológica do presente trabalho busca construir uma perspectiva conceitual proveniente das abordagens teóricas mobilizadas nas teses e dissertações nacionais da área da Comunicação. Tais documentos são partes importantes da literatura científica, pois possuem a capacidade de apontar tanto problemas disciplinares acadêmicos, quanto teorias e metodologias utilizadas pela área (Vanz *et al.*, 2007). Assim, uma compreensão desenvolvida a partir do estudo de diversos estados do conhecimento permitirá a problematização dos conceitos de pós-verdade, desinformação e *fake news*, bem como uma perspectiva sobre possíveis problemas teóricos e práticos advindos das abordagens utilizadas.

Para que um conhecimento seja considerado científico, é necessário que as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação sejam devidamente identificadas (Gil, 2008). Ou seja, que ocorra a apresentação do percurso metodológico adotado para alcançar o conhecimento, tarefa realizada no decorrer das próximas páginas.

O presente capítulo é estruturado de maneira a elucidar a natureza da pesquisa, configurada como descritiva, qualitativa e indutiva (Prodanov; Freitas, 2013), permeada por preocupações etimológicas. Adicionalmente, são apresentadas sucintas considerações acerca dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação no contexto brasileiro.

O delineamento da metodologia empregada para o levantamento das teses e dissertações é exposto. No primeiro momento, empregou-se o método da busca sistemática, baseada na revisão sistemática de literatura, como estratégia de levantamento e seleção dos materiais bibliográficos, assim como a construção de um panorama geral do *corpus* investigado. Ademais, procedeu-se aos elementos orientadores da análise de conteúdo (Bardin, 2016) dos trabalhos, seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos (interpretação).

4.1 PESQUISAS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO NO BRASIL

O curso de Mestrado do PPG em Ciências da Comunicação da ECA-USP foi o primeiro da área de Comunicação do Brasil, criado em 8 de janeiro de 1972. O programa da ECO-UFRJ foi criado em 1973 e é considerado o segundo mais antigo do país (Lopes, 2001), ainda durante a ditadura militar. A expansão da pesquisa científica em comunicação acontece com a transição democrática ocorrida nos anos 1980 e com a consolidação de instituições como a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), fundada em 1977 (Kunsch; Gobbi, 2016).

O cenário permaneceu o mesmo até os anos 1990, com a adição de programas da UnB, PUC-SP, UMESP, Unicamp e UFBA. A dispersão regional acontece, entre 1994 e 2005, ligada diretamente à região Sul (PUCRS, UFRGS, UNISINOS, UFSM e UTP). Em 2016, o mapa se inverte, com o Nordeste representando a segunda região do Brasil em quantidade de programas (Farias; Possendoro, 2018), situação que se mantém em 2021.

Em 2021, data do último trabalho analisado, a Área do Conhecimento (CAPES)⁵⁷ de Comunicação possuía 54 Programas de Pós-Graduação (PPG) em funcionamento, ou seja, com produção de trabalhos de conclusão no ano referido. Quatro na região Centro-Oeste do Brasil, 11 na região Nordeste, três na região Norte, 26 na região Sudeste e 10 na região Sul.

Desse universo, 40 PPGs estão vinculados a Instituições de Ensino Superior (IES) públicas — federais, estaduais ou municipais. Somente quatro IES têm mais de um programa na área: a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com dois e a Universidade Federal Fluminense (UFF) com três.

Os dados refletem a produção acadêmica da área da Comunicação no Brasil como relativamente abrangente dentro do território nacional, com programas em todas as regiões e em quase todas as unidades federativas (as exceções são Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas e Mato Grosso). Entretanto, 48% dos PPGs estão na região Sudeste, fator a ser levado em consideração na etapa de inferência e interpretação

⁵⁷ A classificação das Áreas do Conhecimento da CAPES será apresentada detalhadamente nas próximas páginas.

dos dados da presente pesquisa. E embora o epicentro atual da pesquisa em comunicação no Brasil esteja situado no sudeste do país, é essencial reconhecer que o Nordeste brasileiro desempenhou um papel pioneiro na área, com figuras como Gilberto Freyre e Luiz Beltrão (Farias; Possendoro, 2018) atuando desde a primeira metade do século XX.

As teses e dissertações representam o final de uma etapa de formação e o início das atividades de pesquisa dos seus autores, caracterizando-se como importantes objetos de análise para a compreensão de um campo do conhecimento. Apesar de serem consideradas literatura cinzenta, pois não passam pelo mesmo processo de revisão por pares que uma publicação em periódicos, não é possível desconsiderar o trabalho extenso de revisão, qualificação e defesa que os discentes e docentes brasileiros dedicam aos seus trabalhos. Embora existam critérios de qualidade subjetivos, como a dedicação do pesquisador durante sua trajetória, orientação da instituição de ensino e do professor, e nota do programa, atualmente todos os alunos de Programas de Pós-Graduação brasileiros passam por exames obrigatórios para obtenção do diploma ou certificado.

Além da importância destas produções para a comunidade científica, a escolha de utilizar as teses e dissertações deu-se exatamente pela extensa indexação histórica dos trabalhos. A área de Comunicação não possui um portal ou banco de dados consolidado e dedicado somente aos artigos, livros e comunicações próprias. Ao contrário do que existe para a área da saúde, com a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), ou das ciências jurídicas, com o *Lexml*, para citar alguns exemplos, as produções estão dispersas em seus próprios portais.

Nas áreas de ciências humanas e sociais, o conhecimento não está consolidado e então a pressão para se publicar é menor, o elenco de canais disponíveis para publicação é igualmente menor e a massa crítica necessária ao reconhecimento do que foi publicado está ainda em formação. Diferente das áreas de ciências exatas e naturais nas quais a pressão para garantir a prioridade da descoberta é um fator estimulador à corrida para a publicação (Silva; Menezes; Pinheiro, 2003, p. 195).

Segundo os autores (2003), um resultado de pesquisa somente ganha a devida importância e passa a existir após sua publicação e sua divulgação em canais formais de comunicação científica, como periódicos e livros revisados por pares e aceitos para publicação. Ainda de acordo com Silva, Menezes e Pinheiro (2003), na área das Ciências Sociais, na qual a pesquisa em comunicação está inserida, a tendência é

que os resultados de pesquisa sejam publicados em livros, pois é necessário uma apresentação textual extensa para abarcar a complexidade das análises.

É possível perceber uma tendência inversa ao percurso comum das “ciências puras”. O processo de publicação de artigos do campo comunicacional usualmente acontece durante ou após a conclusão da pós-graduação, e é resultado da extensa pesquisa realizada, tendo relação teórica e prática direta com seu conteúdo. O artigo costuma ser uma extensão e adaptação dos trabalhos de finalização de curso, e pelas características intrinsecamente descritivas (Lopes, 2001) das pesquisas da área, são o principal meio pelo qual o pesquisador comunica seus achados à comunidade acadêmica.

Um dos maiores bancos de dados de artigos, o *SciELO*, apesar de possuir dados históricos de suma importância, tem apenas três periódicos da área de comunicação indexados no seu banco de dados. A *Galáxia* (Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP) começou a ser indexada pela plataforma em 2014, a partir do seu 25º número. A *Brazilian Journalism Research* (revista da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJor), começou a ser indexada pelo SciELO em 2021, no seu 17º volume. Por último, a *Intercom* (Revista Brasileira de Ciências da Comunicação), publicação quadrimestral da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), começou a ser indexada em 2011, no seu 34º volume.

A análise das produções finais dos alunos de Programas de Pós-Graduação possibilita uma abrangência nacional, assim como comparações entre regiões, programas, ano de publicações, orientadores, etc. A publicação de artigos e a participação em eventos, sem dúvida, conferem um caráter de credibilidade aos estudos envolvidos, seja através da revisão de pares ou dos padrões Qualis. A realidade brasileira, porém, ainda é de desigualdade entre instituições privadas e públicas, assim como regiões de mais fácil acesso aos centros urbanos, nos quais congressos e eventos geralmente acontecem. “A pesquisa feita no campo acadêmico da comunicação é com frequência invisível aos próprios pesquisadores em comunicação” (Escosteguy, 2008, p. 8). O uso das teses e dissertações defendidas também permite o conhecimento de pesquisas que, por não possuírem um pesquisador de referência envolvido, não ganharam destaque, mas são valiosas para a expansão dos conhecimentos da área.

4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Quanto à metodologia da presente pesquisa, caracteriza-se por uma abordagem qualitativa e finalidade descritiva (Prodanov; Freitas, 2013). Para Gil (2008, p. 28), as pesquisas deste tipo “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, [...] e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados”. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 52), nas pesquisas descritivas “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles”. Ou seja, os fenômenos são estudados, mas não são manipulados diretamente pelo pesquisador. A proposta descritiva conecta-se diretamente com o intuito de compreender a aplicação do conceito de desinformação nos trabalhos selecionados através da análise de conteúdo (técnicas padronizadas de coleta de dados).

Também são consideradas pesquisas descritivas as que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, proporcionando, assim uma nova visão do problema, e aproximando-se das pesquisas exploratórias (Gil, 2008). Os objetivos específicos da presente pesquisa relacionam-se com o viés descritivo-exploratório, pois buscam relacionar metadados das produções revisadas com temas, objetos e contextos a fim de compreender o fenômeno.

Os procedimentos de busca sistemática e análise de conteúdo apresentam a possibilidade de identificar recorrência, possibilitando a investigação dos autores mais citados no referencial teórico das produções analisadas, assim como os diferentes usos e aplicações em cada PPG, região ou contexto. O caráter qualitativo se dá pelo fato de que os dados coletados na presente pesquisa são descritivos, “retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 70), uma qualidade das pesquisas qualitativas. Subjetivamente, as principais metas de investigação do presente estudo são o entendimento do fenômeno, a descrição e a descoberta dos dados, a generalização das tendências para a produção completa da área e a criação de uma nova perspectiva teórica, propósitos qualitativos conforme classificação dos autores (2013).

Prodanov e Freitas (2013) consideram a Análise de Conteúdo (AC) como uma técnica de análise qualitativa, com observação direta e extensiva. A metodologia permite “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou,

eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (Bardin, 2016, p. 44). Assim, utilizando a AC é possível questionar possíveis explicações que justificam a produção dos conteúdos analisados, fazer extrapolações, estabelecer tendências, compreender padrões e avaliar diferenças, possibilitando aprofundamento necessário para identificar a recorrência de autores, conceitos e padrões que abarcam o tema da desinformação.

Laurence Bardin (2016) é autora do principal manual do método, utilizado amplamente na comunidade científica brasileira⁵⁸. Aplicações com foco qualitativo, porém, foram desenvolvidas por Mayring (2014) e Saldaña (2012), buscando reforçar os princípios de replicabilidade, confiabilidade e validade nestas análises.

Análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 17).

A escolha do método de análise de conteúdo se dá por dois motivos específicos: afinidade com a revisão sistemática de literatura (SLR), proposta utilizada em Träsel e Vinciprova (2022), e capacidade de ser revisada pela comunidade científica a partir dos três princípios citados acima. A mudança de metodologia, de SLR para AC, busca solucionar algumas lacunas percebidas após o momento de qualificação.

O objetivo principal é desenvolver um trabalho sistemático buscando quais autores foram mais acionados e quais trabalhos de cada autor foram mais utilizados, assim como determinar a nacionalidade e/ou vínculo institucional dos mesmos. Não se pretende, aqui, realizar uma metapesquisa, analisando criticamente a qualidade metodológica ou resultados alcançados por cada trabalho, bem como não se pretende avaliar e sintetizar simultaneamente os estudos primários⁵⁹, objetivos da construção de revisão de literatura sistemática de acordo com a perspectiva de Galvão e Ricarte (2020). Os documentos resgatados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES são apenas o receptáculo. O que é interessante, de fato, é um aspecto específico do conteúdo apresentado, ou seja, os referenciais bibliográficos sobre o fenômeno da

⁵⁸ Como a história da análise de conteúdo está exaustivamente documentada, opta-se por prosseguir diretamente com a discussão pertinente ao desenvolvimento das próximas páginas.

⁵⁹ As investigações originais das teses e dissertações analisadas.

desinformação utilizados pelos pesquisadores que permitem identificar padrões de recorrência.

A SLR também se baseia, primordialmente, na busca de artigos publicados em revistas e periódicos, pois possuem alto nível de relevância acadêmica. Conforme explicado anteriormente, a escolha pelas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação da Área de Comunicação ocorreu pelas características específicas das publicações das pesquisas realizadas na Ciências Sociais Aplicadas e, principalmente, pela ausência de um portal ou banco de dados consolidado que permita o filtro e a exportação dos dados de artigos publicados em revistas, periódicos ou anais de eventos.

Além disso, como percebido por Sampaio e Lycarião (2021), há um crescimento do interesse em revisões sistemáticas da literatura. Em grande parte dos casos elencados pelos autores, as pesquisas baseiam-se na análise de materiais acadêmicos (artigos, papers, dissertações, teses etc.), observando-se instituições, abordagens teóricas e técnicas de pesquisa e autores mais citados. Percebe-se, então, afinidade entre as metodologias: “acreditamos que ou se trate de análises de conteúdo no sentido estrito, ou, no mínimo, baseiem-se em técnicas de pesquisa suficientemente similares [...]” (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 44).

Sobre a aplicação da análise de conteúdo, Bardin (2016) sugere um desenho simplificado, com três etapas cronológicas: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Estas são as etapas seguidas no presente capítulo, com adequações pertinentes ao método qualitativo (Mayring, 2014). Sobre a dicotomia quanti-qualitativa, entendemos que

se há quantificações que funcionam para gerar unidades analíticas ou categorias semânticas a serem aprofundadas, há também a possibilidade de seguir o caminho inverso, ou seja, de se realizar uma análise de conteúdo qualitativa para se gerar dados quantitativos que serão, então, o foco da pesquisa (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 29).

Parte-se, diante disso, para a definição da unidade amostral. Elas são os “pedaços” de texto ou de conteúdo a serem analisados (Sampaio; Lycarião, 2021), e no caso da corrente pesquisa, são as teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil entre 1987 e 2021.

Já a unidade de análise (ou unidade de codificação), é o elemento unitário de conteúdo a ser classificado (Moraes, 1999, *apud* Sampaio; Lycarião, 2021). A unidade de análise pode ser idêntica à unidade amostral, ou seja, o documento como um todo.

A proposta analítica do presente estudo configura sua unidade de análise como os elementos pré-textuais de título, subtítulo, resumo e palavras-chave, em conjunto com introdução e capítulos/subcapítulos teóricos. Não são consideradas unidades de análise os elementos textuais de métodos, resultados e conclusão, assim como não são considerados os elementos pré-textuais não citados acima ou os elementos pós-textuais.

Conforme Bardin (2016), as categorias de uma análise de conteúdo devem ser: homogêneas, exaustivas, exclusivas e adequadas. Logo, Sampaio e Lycarião (2021) argumentam que o mesmo conteúdo só deve ser classificado por um único código no interior de uma categoria, toda a unidade de análise precisa ser passível de codificação, e as categorias devem verificar aspectos similares entre si. O manual elaborado pelos autores (2021) não leva em consideração sistemas de categorias qualitativas, que operam também com lista de categorias independentes que pertencem à mesma dimensão estruturante (Mayring, 2014) — como escalas e listas.

Para a criação do livro de códigos, apresentamos as perguntas que guiaram a análise e a planilha de codificação:

1. Os termos buscados estão presentes nos elementos textuais do trabalho ou somente nos pré-textuais (título, resumo, palavras-chave)?
2. O trabalho realmente aborda o fenômeno da desinformação ou somente utiliza os termos buscados como sinônimos?
3. Qual o termo (ou termos) escolhidos pelo autor?
4. O autor elaborou um capítulo (ou subcapítulo) dedicado aos temas?
5. A localização dos autores mobilizados no trabalho é dispersa ou focada nos capítulos teóricos?
6. O autor da tese ou dissertação define algum dos termos (desinformação, *fake news*, infodemia, *fact-checking* ou pós-verdade)?
7. Entre os termos utilizados na busca, qual é definido conceitualmente?
8. Quais autores e obras referentes ao fenômeno da desinformação foram citados pelo pesquisador da tese ou dissertação?
9. Quantos autores são mobilizados, em média, por trabalho?
10. A pesquisa aborda questões do jornalismo (teoria, prática, produtos)?

As 10 perguntas escolhidas possibilitam a criação do manual de codificação, documento que deve conter definições claras, instruções fáceis e exemplos. Através

delas, as categorias e códigos serão definidos na pré-análise, assim como trechos pertencentes às categorias serão apresentados como forma de ilustrar cada uma.

4.2.1 Pré-análise

Bardin (2016) considera que esta etapa tem como objetivo a organização da análise. O principal é a escolha dos documentos que constituem o *corpus* (conjunto submetido aos procedimentos analíticos).

A constituição do *corpus* implica, muitas vezes, em escolhas, seleções e regras que justifiquem os critérios de seleção das unidades. Com a escolha dos documentos finalizada, existem quatro tipos de regras para originar a constituição de um *corpus*: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (Bardin, 2016).

Primeiro, a regra da exaustividade diz que é preciso considerar todos os elementos do *corpus*. Qualquer um dos elementos não pode ser deixado de fora por razões que não possam ser justificadas com austeridade (Bardin, 2016).

A regra da representatividade é a amostragem, que deve constituir uma parte representativa do universo inicial, proporcionando generalização dos dados. Sampaio e Lycarião (2021) entendem que é uma prática comum de pesquisa, e dividem em técnicas probabilísticas (aleatória, sistemática, agrupamento e bola de neve são exemplos) e não probabilísticas (conveniência, relevância e cotas são exemplos).

A homogeneidade e a pertinência complementam-se. Bardin (2016) acredita que a primeira deve obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar ampla singularidade. Nos casos em que a regra da homogeneidade não é aplicável, a pertinência dita que “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (Bardin, 2016, p. 128).

O *corpus* desta pesquisa segue a regra da homogeneidade, assim como da exaustividade. Somente foram considerados trabalhos de uma área do conhecimento, de um único país (Brasil), de uma etapa da formação acadêmica (pós-graduação) e que apresentam os termos buscados. Todas as pesquisas que se encaixam no período disponível e proposto foram coletadas, e mais de 90% foram analisadas (79 de 87). A exclusão dos oito trabalhos que ficaram de fora do *corpus* final está justificada nas próximas páginas.

A busca pelos trabalhos que compõem o *corpus* deu-se através do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

de Nível Superior), que possui dados abertos dos trabalhos defendidos desde 1987. Existem duas formas principais de acessar os Metadados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES:

1 - Através do site <catalogodeteses.capes.gov.br>, que possui uma interface similar a um buscador textual;

2 - Através do site <dadosabertos.capes.gov.br>, que possui arquivos em formato .xls e .csv para download.

O principal impedimento do primeiro método é que ele não permite exportação, e, conseqüentemente, o trabalho offline. Ele também mantém o pesquisador refém da disponibilidade da plataforma, que é constantemente atualizada, fica fora do ar e apresenta oscilações nos resultados de busca. Outra questão é que a busca não funciona por operadores booleanos, além da falta de transparência sobre quais são os parâmetros de busca considerados pela ferramenta. Ou seja, termos de busca derivados que são compostos de mais de uma palavra (por exemplo, “desordem informacional”) muitas vezes apresentam resultados relacionados a somente uma parte do termo (títulos, resumos, palavras-chave que possuem somente “desordem” ou “informacional”). A busca por diversos termos compostos também se mostrou mais difícil de se realizar em função disto. Esta falta de clareza em relação ao que realmente é apresentado nos resultados de busca e a impossibilidade de exportação, resultando em um trabalho manual mais exigente do que o necessário, foram os fatores decisivos pela escolha do uso do método a partir do banco de dados abertos.

A utilização do segundo método, porém, não contempla as produções defendidas em 2022 ou 2023. De acordo com o Plano de Dados Abertos (CAPES, 2022b), os metadados dos trabalhos defendidos em 2022 seriam inseridos no conjunto até dezembro de 2023, porém ainda não constavam no site no momento do fechamento da presente pesquisa⁶⁰.

As planilhas também não permitem a busca por operadores booleanos, porém permitem a automatização do trabalho através de formatação condicional, filtros e ferramentas de ordenação por cor. Apesar de ainda suscetíveis ao erro humano, pois as configurações precisam ser feitas manualmente, o método offline oferece menor possibilidade de erro, já que os dados são exportados diretamente da fonte e há maior

⁶⁰ 16 de dezembro de 2023.

controle sobre o processo analítico projetado. Assim, seguiu-se com o trabalho nas planilhas do banco de dados abertos.

O levantamento foi delimitado pelas palavras-chave já utilizadas previamente na metodologia de Träsel e Vinciprova (2022), seguindo a fundamentação teórica e recorrência percebida na época, dos principais trabalhos acadêmicos no Brasil: “*pós-verdade*”, “*desinformação*”, “*infodemia*”, “*fake news*”, “*fact-checking*”, “*desordem informacional*” e “*desordem da informação*”. A primeira e a última palavra-chave não constavam nas buscas realizadas em 2022.

O termo “*desordem da informação*” foi incluído por dois motivos: mapeamento de sinônimos (Galvão; Ricarte, 2020) e a falta de consenso na tradução do termo *information disorder*. Já “*pós-verdade*” foi incluída após o exame de qualificação, aceitando sugestão da banca.

Outra alteração realizada após a avaliação foi em relação aos critérios de exclusão. A versão inicial considerava somente trabalhos que tivessem relação com o jornalismo, verificação feita através da busca pelo termo nos elementos pré-textuais (resumo e palavras-chave). Esta adesão temática não foi mais considerada como critério de exclusão, mas tornou-se uma categoria da análise de conteúdo, visto que o interesse primordial da pesquisa ainda advém de perspectivas jornalísticas.

Assim como em Träsel e Vinciprova (2022), a área de pesquisa dos trabalhos, que devem pertencer às Ciências Sociais Aplicadas, da qual a Comunicação faz parte, foi o fator principal de seleção. A CAPES (2022a) possui uma classificação própria das Áreas do Conhecimento, com a finalidade de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa aos órgãos da área de ciência e tecnologia. A organização apresenta uma hierarquização em quatro níveis, do mais geral ao mais específico. Estas áreas de avaliação, por sua vez, agrupam áreas básicas (ou áreas do conhecimento). Para a finalidade da presente pesquisa, os filtros utilizados foram os de 1º nível (Grande Área) e 2º nível (Área do Conhecimento/ Área Básica).

A Grande Área é, para a Comunicação, a Área de Ciências Sociais Aplicadas. O primeiro nível conta com a aglomeração em virtude da afinidade de objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos. O código da área é 60000007.

A Área do Conhecimento é composta de conjunto de conhecimentos inter-relacionados, reunidos segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas. A Comunicação tem código 60900008, no

segundo nível. Estes dados estão disponíveis a nível de trabalho defendido, e foram utilizados como filtro principal para agrupar todas as possíveis produções que envolvem a comunicação.

Partindo para o processo de seleção dos trabalhos, foram realizados seis procedimentos principais para a obtenção do corpus final. O objetivo era encontrar somente as teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação que estivessem dentro da Área de Conhecimento da Comunicação e que contivessem pelo menos uma das palavras-chave relacionadas ao fenômeno da desinformação selecionadas. Os procedimentos foram realizados conforme o descrito na Tabela 4.

Tabela 4 - Procedimentos realizados para a extração e coleta de dados

Procedimentos	Descrição
1	Download de todas as planilhas do Banco de Dados Abertos da CAPES
1.5	No caso das planilhas referentes aos anos de 2013 a 2021, foi realizada uma limpeza nos metadados, utilizando somente aqueles que apresentavam uma equivalência na classificação de 1987 a 2012 (tabela a seguir);
2	Utilizando o software Calc (LibreOffice), aplicação de Filtro Automático, selecionando primeiro somente as linhas que correspondiam a produções de Grande Área do Conhecimento “Ciências Sociais Aplicadas”, e depois somente as que correspondiam a Área do Conhecimento “Comunicação”;
3	Aplicação de comando de Formatação Condicional, utilizando as palavras-chave selecionadas (“ <i>pós-verdade</i> ”, “ <i>desinformação</i> ”, “ <i>infodemia</i> ”, “ <i>fake news</i> ”, “ <i>fact-checking</i> ”, “ <i>desordem informacional</i> ”, “ <i>desordem da informação</i> ”), destacando automaticamente as células que contém as palavras no seu texto;
4	Aplicação de filtro automático condicionado pela cor de fundo da célula, filtrando, assim, somente as linhas que possuem célula coloridas e, conseqüentemente, as palavras-chave;
5	Conferência de adesão ao tema através da leitura do título e resumo, assim como das palavras-chave nestes metadados, excluindo possíveis erros;
6	Inclusão na base de dados da presente pesquisa, em ordem da mais antiga para a mais nova, numerando cada um dos trabalhos selecionados para controle e subsequente análise.

Fonte: a autora (2023).

Os trabalhos que atenderam aos critérios de seleção foram numerados sequencialmente como #TD01, #TD02, em ordem cronológica, em uma planilha com todos os dados consolidados. Assim, 1 trabalho selecionado = 1 TD = 1 linha da planilha, com os metadados relativos a cada produção separados em colunas.

A equivalência dos metadados, conforme explicada no procedimento 1.5, foi realizada considerando quais são essenciais e estão disponíveis em 100% da produção, já que até 2012 eram os únicos obrigatórios. Os nomes estão copiados *ipsis litteris* dos documentos da CAPES, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 - Equivalência dos metadados realizada pela autora (2023)

Nome metadados de 1987 até 2012	Nome metadados de 2013 até 2021
AnoBase	AN_BASE
Regiao	NM_REGIAO
Uf	SG_UF_IES
Siglaes	SG_ENTIDADE_ENSINO
Nomeles	NM_ENTIDADE_ENSINO
NomePrograma	NM_PROGRAMA
GrandeAreaDescricao	NM_GRANDE_AREA_CONHECIMENTO
AreaConhecimento	NM_AREA_CONHECIMENTO
AreaAvaliacao	NM_AREA_AVALIACAO
Autor	NM_DISCENTE
TituloTese	NM_PRODUCAO
Nivel	NM_GRAU_ACADEMICO
PalavrasChave	DS_PALAVRA_CHAVE
Idioma	NM_IDIOMA
ResumoTese	DS_RESUMO
LinhaPesquisa	NM_LINHA_PESQUISA
Orientador_1	NM_ORIENTADOR

Fonte: a autora (2023).

Assim, 87 trabalhos⁶¹ (71 dissertações de mestrado e 16 teses de doutorado) encaixaram-se nos critérios de busca. São apenas 0,46% dos 18.553 defendidos entre 1987 e 2021 na área de Comunicação.

Para compreendermos a distribuição das produções durante os anos analisados, o gráfico na Figura 4 apresenta a relação entre todos os trabalhos defendidos na Área de Conhecimento da Comunicação por ano (linha azul) e dos 87 selecionados (linha vermelha). Há um pico de trabalhos defendidos na área em 2019, e uma regressão das produções acadêmicas em 2020 e 2021. Nos trabalhos selecionados, o ápice produtivo é no ano de 2020, com queda no ano seguinte igualmente percebida.

Figura 4 - Relação dos trabalhos defendidos e selecionados entre 1987 e 2021



Fonte: a autora (2023).

Em 2020, foram defendidas 27 teses e dissertações sobre desinformação e conceitos congêneres, representando 2,7% da produção acadêmica da área da Comunicação no ano. É a maior porcentagem encontrada, 0,3 p.p. maior do que em 2021, e 0,7 p.p. maior do que em 1996.

⁶¹ Mais informações serão apresentadas a seguir.

Tabela 6 - Distribuição das pesquisas selecionadas por região

	Trabalhos selecionados	% por região
Centro-Oeste	7	8,05%
Nordeste	18	20,69%
Norte	3	3,45%
Sudeste	41	47,13%
Sul	18	20,69%

Fonte: a autora (2023).

É notável que as pesquisas em desinformação se distribuem por todo território nacional e se concentram na região Sudeste, com cerca de 47% das produções. Conforme notado anteriormente, é necessário considerar a concentração de PPGs na região, que é berço dos primeiros programas da área. Norte e Centro-Oeste concentram pouco mais de 11% dos trabalhos, sendo a primeira a região de menor produção. Sul e Nordeste empatam numericamente, cada uma com cerca de 20% de representatividade.

Tabela 7 - Os 10 PPGs com maior número de trabalhos selecionados

Programa/IES	Total
Pós-Graduação em Jornalismo (UFPB)	5
Pós Graduação em Comunicação e Semiótica (PUC-SP)	5
Pós-graduação em Comunicação Social (PUCRS)	5
Programa de Pós-Graduação em Comunicação (UFRJ)	4
Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Cásper Líbero)	4
Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PUC-RIO)	4
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (UMESP)	4
Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação (USP)	4
Programa de Pós-Graduação em Comunicação (UFRGS)	4

Programa/IES	Total
Programa em Pós-Graduação em Indústrias Criativas (UNICAP)	3

Fonte: a autora (2023).

Os dados apresentam um panorama inicial sobre as pesquisas em Comunicação que abordam o tema da desinformação. A lista dos 10 programas com mais trabalhos sobre o assunto representa 48% do total. Somente três PPGs não são do Sudeste: o PPJ da UFPB (Universidade Federal da Paraíba), o PPGCOM da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e o PPGCom da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Em relação às modalidades, todas as dissertações da UFPB e da UNICAP (Universidade Católica de Pernambuco) são da modalidade Mestrado Profissional.

Como a forma de trabalho escolhida permitiu a importação/exportação dos dados básicos como ano, título, resumo, palavras-chave, o trabalho manual deu-se na recuperação dos arquivos originais através dos buscadores eletrônicos ou da versão online do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Conforme tabela abaixo, oito itens não foram resgatados. Seis não estão disponíveis online, todos elaborados antes de 2006. Dois não possuem divulgação autorizada, ambos de 2021.

Tabela 8 - Documentos não recuperados

Ano	IES	Autor	Título	Nível
1996	UFRJ	Maria Fernanda Lima Cabral Marques	Esterelização Feminina e Informação.	Mestrado
1996	UFRJ	Vitor Mario Iorio	Informação Miúda: Uma Reterritorialização do Homem Contemporâneo	Mestrado
1997	UMESP	Maria Amélia Miranda Pirolo	Atendimento com Entendimento: O Resgate da Comunicação	Mestrado
1998	PUC-SP	Leão Pinto Serva	Tempo de Guerra, Tempo de Jornal	Mestrado
2003	PUCRS	Sandra Beatriz Miño Becker	Comunicar é preciso: um estudo de caso sobre a Pró-Reitoria de extensão da	Mestrado

Ano	IES	Autor	Título	Nível
			Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.	
2005	UMESP	Edson Lopes de Oliveira Sobrinho	Turismo On Line: As Viagens Através do Mouse	Mestrado
2021	UnB	Maira Martins Moraes	Fake News: Polissemias e Polivalências no Poder Legislativo Brasileiro	Doutorado
2021	UFPB	Geysianne Felipe Do Nascimento	Resiliência Informacional e Desinformação no Contexto do Covid - 19: Práticas Informacionais Colaborativas de Mulheres Imigrantes Brasileiras nas Mídias Sociais	Mestrado

Fonte: a autora (2023).

Os trabalhos de 1996 possuem “desinformação” como uma das palavras-chave, mas não no resumo. Os outros quatro (1997, 1998, 2003 e 2005) utilizam a palavra “desinformação” no resumo como sinônimo de falta de informação, informações não-qualificadas ou enganosas.

Um exemplo é a dissertação de Maria Amélia Miranda Pirolo (UMESP), que cita, “prevenção dos danos verificados pela desinformação oriunda dos serviços de atendimento ao pequeno produtor rural”⁶². Pela frase, é possível inferir que o termo desinformação possui um contexto de informação passível de causar dano, possivelmente enganosa. Leão Pinto Serva (PUC-SP) é autor do primeiro trabalho que cita “mecanismos essenciais ao procedimento jornalístico determinam a desinformação do leitor - contrariamente ao seu objetivo expresso de informar”. É o primeiro uso percebido do termo como “crítica” ao jornalismo, e aponta a informação e a desinformação como opostos.

Os trabalhos de 2021 possuem *fake news* ou desinformação nas suas palavras-chave. Um deles (Maira Martins Moraes, da UnB) cita no resumo que problematiza “a expressão *fake news* como acontecimento discursivo”. O segundo (Geysianne Felipe do Nascimento, UFPB) tem viés de desenvolver “uma correlação a partir dos estudos

⁶² As partes citadas estão reproduzidas literalmente, porém não serão citadas como referências bibliográficas do presente trabalho pois não foram retiradas dos trabalhos, e sim dos metadados, que por vezes não representam o texto final.

que tangem as problemáticas relacionadas à migração, gênero, práticas informacionais, desinformação e resiliência informacional nas mídias sociais”. Ambos possuem divulgação não autorizada, prática incomum, principalmente quando um deles (Nascimento, 2021) foi elaborado com apoio de bolsas de estudo de programa da CAPES.

Assim, o *corpus* final da pesquisa é de 79 teses e dissertações (#TD79). Com todas as produções disponíveis, deu-se a preparação do material (Bardin, 2016) e a busca pelos autores mobilizados na elaboração teórica sobre o assunto da desinformação, assim como a análise de elementos indicadores que possibilitam a elaboração de padrões e inferências através da categorização/codificação.

4.2.2 Exploração do material

A exploração do material é a “aplicação sistemática das decisões tomadas” (Bardin, 2016, p. 131). A leitura individual de cada pesquisa foi realizada em ordem cronológica, começando pelo resumo, seguido do índice, introdução e capítulo teórico, quando existente. As informações coletadas foram registradas em um quadro para uso posterior, elaborado no mesmo arquivo eletrônico utilizado para a coleta dos metadados das produções selecionadas. Também se utilizou o Miro, plataforma de lousa interativa digital, para uma representação visual e anotações pessoais sobre o conteúdo lido.

A relação completa dos trabalhos com ano, IES, autor, título e nível está disponível no apêndice. Os títulos de tamanhos muito diferentes impedem uma visualização completa na orientação retrato, sendo adequada uma configuração diferente de margens e orientação paisagem.

Com ajustes feitos a partir das experiências prévias de sistematização dos dados, como a condução de um teste com alguns documentos para a qualificação e apresentação de artigo com objetivo similar (Träsel; Vinciprova, 2022), segue-se para a elaboração dos indicadores e codificação. Algumas categorias possuem resultados quantitativos (como frequência), mas, como lembra a autora, “a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação” (Bardin, 2016, p. 146).

Os termos de busca são “pós-verdade”, “desinformação”, “infodemia”, “*fake news*”, “fact-checking”, “desordem informacional” e “desordem da informação”. É conveniente resgatá-los aqui para facilitar a elaboração do livro de códigos apresentado abaixo sem excessiva repetição.

Tabela 9 - Livro de Códigos (LdC)

Pergunta 1	Os termos buscados estão presentes nos elementos textuais do trabalho ou somente nos pré-textuais (título, resumo, palavras-chave)?
Definição	Um dos sete termos está presente SOMENTE nos elementos pré-textuais ou TAMBÉM está presente (mesmo que não desenvolvido) na introdução/capítulo
Códigos	SOMENTE ou TAMBÉM
Exemplo	Um trabalho que possui a palavra “desinformação” no título, mas nenhum termo está presente na introdução ou desenvolvimento
Pergunta 2	O trabalho realmente aborda o fenômeno da desinformação ou somente utiliza os termos buscados como sinônimos?
Definição	A desinformação (como conceito ou fenômeno) deve fazer parte da proposta do trabalho, e os termos deve ser empregados de acordo com proposta teórica, e não como sinônimos para outras palavras a fim de evitar repetição
Códigos	SIM ou NÃO
Exemplo	A pesquisa utiliza várias vezes o termo “desinformação”, mas como sinônimo de mentira sem explicar o motivo do uso ou contexto para o mesmo
Pergunta 3	Qual o termo (ou termos) escolhidos pelo autor?
Definição	Quando é verificado que a desinformação é estudada, anota-se quais dos sete termos são o foco da pesquisa (no máximo três termos)
Códigos	<i>Fake news</i> , fact-checking, desinformação, desordem informacional, desordem informativa, pós-verdade, infodemia
Exemplo	Uma pesquisa que tem como objetivo geral “compreender práticas de fact-checking na mídia brasileira”, percebe-se que o foco é um termo específico, mesmo que haja evidência dos outros
Pergunta 4	O autor elaborou um capítulo (ou subcapítulo) dedicado aos temas?
Definição	Quando o autor elabora um capítulo ou seção especificamente para a discussão dos termos
Códigos	SIM ou NÃO
Exemplo	Algum dos capítulos ou subcapítulos utiliza um dos sete termos no seu título
Pergunta 5	A localização dos autores mobilizados no trabalho é dispersa ou focada nos capítulos teóricos?
Definição	Se as citações aos autores estão presentes em toda a construção do trabalho, ou aparecem no capítulo dedicado de forma concentrada
Códigos	DISPERSA ou CAPÍTULO
Exemplo	Se os autores aparecem também na introdução e estão conectados com outros temas

	da pesquisa
Pergunta 6	O autor da tese ou dissertação define algum dos termos (desinformação, <i>fake news</i> , infodemia, fact-checking ou pós-verdade)?
Definição	Caso o autor explicitamente cite uma definição como verdadeira e não apresente alternativas ou problematizações
Códigos	SIM ou NÃO
Exemplo	O texto diz “entendemos o conceito como...”, ou “a definição é...”
Pergunta 7	Entre os termos utilizados na busca, qual é definido conceitualmente?
Definição	Quando é verificado que um termo é conceituado, anota-se qual é a definição utilizada
Códigos	<i>Fake news</i> , fact-checking, desinformação, desordem informacional, desordem informativa, pós-verdade, infodemia
Exemplo	As definições sempre estão acopladas a um conceito, “definimos para este trabalho como sendo <i>fake news</i> ...”
Pergunta 8	Quais autores e obras referentes ao fenômeno da desinformação foram citados pelo pesquisador da tese ou dissertação?
Definição	Cada vez que um referencial teórico é citado, anota-se a referência no formato ABNT (autor, ano)
Códigos	(nome do autor, ano)
Exemplo	Se o trabalho cita (AUTOR, ANO 1) e (AUTOR, ANO 2), são duas citações no mesmo trabalho. Se a pesquisa cita (AUTOR, ANO 1) várias vezes, é contabilizada somente uma vez.
Pergunta 9	Quantos autores são mobilizados, em média, por trabalho?
Definição	Cada referência é contabilizada somente uma vez por trabalho (mesmo autor e anos diferentes contam de forma independente)
Códigos	1 até 43 (máximo encontrado)
Exemplo	Cada conjunto (autor, ano) é uma citação diferente, contabilizada numericamente
Pergunta 10	A pesquisa aborda questões do jornalismo (teoria, prática, produtos)?
Definição	Caso o termo "jornalismo", "jornalista(s)", "jornal", "notícia", "reportagem", "imprensa" ou "jornalística(s)" esteja presente em algum dos elementos pré-textuais ou textuais de forma significativa (não somente como uma citação)
Códigos	JORNAL ou COM
Exemplo	Se o título da pesquisa, por exemplo, é “HUMOR E JORNALISMO: O FURO MTV”, conta como trabalho com a temática e leva o código JORNAL

Fonte: a autora (2023).

Com o livro de códigos sistematizado, as teses e dissertações podem ser exploradas. O processo qualitativo pode estabelecer categorias mais singulares, “por não estar ligada, enquanto análise quantitativa, a categorias que deem lugar a frequências suficientemente elevadas para que os cálculos se tornem possíveis” (Bardin, 2016, p. 145). Prossegue-se, assim, para a etapa de inferências.

5 O CONCEITO DE DESINFORMAÇÃO: RESULTADOS E INFERÊNCIAS

A etapa final apresenta síntese e seleção dos resultados, assim como inferências e interpretações. Os dados devem ser apresentados de forma científica, incluindo complicações e problemas, mas também definições importantes para o processo de análise e codificação (Sampaio; Lycarião, 2021).

5.1 TRATAMENTO DOS RESULTADOS

A apresentação dos elementos seguirá a ordem das perguntas apresentadas no LdC. As primeiras conclusões servirão de introdução para o objetivo final da pesquisa, que é a relação entre autores e obras.

Dos 79 trabalhos selecionados para o *corpus*, 11 não se debruçam efetivamente sobre algum aspecto da desinformação. É possível separá-los em dois grupos.

Tabela 10 - Resultado da codificação da pergunta 1

PERGUNTA		
Os termos buscados estão presentes nos elementos textuais do trabalho ou somente nos pré-textuais (título, resumo, palavras-chave)?		
	Quantidade de #TD	%
SOMENTE	5	6,33%
TAMBÉM	74	93,67%

Fonte: a autora (2023).

O primeiro é o grupo dos trabalhos codificados com SOMENTE, que não usam o termo na introdução ou desenvolvimento teórico, só no resumo ou palavras-chave. São os #TD06, #TD11, #TD15, #TD23 e #TD27. Destes, um (#TD06, de 2017) foi selecionado de acordo com metadados da CAPES disponíveis por ter “desinformação” e “*fake news*” como palavras-chave. Porém, é uma falha nos dados exportados. As palavras-chave que constam no documento do trabalho, coletado diretamente da Biblioteca da PUC-Rio, são outras, e, considerando-as, o trabalho não teria sido contabilizado nos processos iniciais de seleção. As palavras-chave foram conferidas novamente com as disponíveis no site do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, para confirmar que não houve erro na manipulação da planilha pela autora

do presente trabalho, porém foi constatado o erro pois os dados das planilhas e do catálogo são análogos.

Em relação aos outros, três (#TD11, de 2018, #TD23 e #TD27, de 2019) utilizam a palavra desinformação no resumo, como sinônimo de falta de informação ou de informações erradas. Um exemplo é do #TD23, que diz “a hipótese levantada é a de que o projeto auxilia a combater a desinformação sobre a violência de gênero e a impunidade dos casos”, porém a autora não volta a abordar a hipótese ou o viés desinformativo novamente em outro momento do trabalho. O #TD15 é um caso curioso, pois tem como título “Lesbiandades: o ruído das mídias constrói desinformação”. Espera-se que, contendo o termo em um elemento tão importante quanto o título, a desinformação seja tema central do trabalho. Acontece o oposto: a autora não usa nenhum dos termos de pesquisa no corpo do trabalho.

Tabela 11 - Resultado da codificação da pergunta 2

PERGUNTA		
O trabalho realmente aborda o fenômeno da desinformação ou somente utiliza os termos buscados como sinônimos?		
	Quantidade de #TD	%
NÃO	11	13,92%
SIM	68	86,08%

Fonte: a autora (2023).

Em uma análise mais aprofundada, foram encontrados outros seis trabalhos que citam algum dos termos buscados no corpo do texto, porém somente para contextualizar o cenário atual. São os trabalhos #TD01, #TD09, #TD30, #TD40, #TD54 e #TD61. Em outras palavras, a desinformação ou as *fake news* não foram um tema central.

Existem algumas hipóteses diferentes que podem explicar este fenômeno. O #TD01, por exemplo, foi produzido em 2002, quando a problematização acerca do tema ainda era inicial. O trabalho utiliza desinformação como sinônimo de informação falsa (não científica, boatos, emoção) ou falta de informação. Com o título “Alimentos transgênicos: discurso e polêmica”, aborda o fenômeno como produto do jornalismo, analisando matérias veiculadas na Folha de S. Paulo.

Os outros são mais recentes, de 2018, 2019, 2020 e 2021, momentos de discussão avançada sobre o assunto. Nestes, a citação é contextual, como o exemplo

do resumo do #TD30: “a partir do momento em que *fake news* tornam-se recorrentes, a sociedade serve-se de jornalismo que não confabule com irrealidades”. Ou de uma passagem do #TD40, que utiliza como sinônimo de informações falsas: “é através do analfabetismo funcional que as informações falsas se fortalecem e se disseminam”.

Na versão apresentada previamente, os trabalhos com estas características foram excluídos do *corpus* final da análise. Como sugestão da banca de qualificação, também, estão apresentados aqui por constituírem um achado inicial de pesquisa.

Tabela 12 - Resultado da codificação da pergunta 3

PERGUNTA		
Qual o termo (ou termos) escolhidos pelo autor?		
	Frequência	%
desinformação	28	35,44%
desordem informacional	3	3,80%
desordem informativa	1	1,27%
<i>fact-checking</i>	9	11,39%
<i>fake news</i>	29	36,71%
infodemia	0	0,00%
pós-verdade	7	8,86%
(nenhum)	11	13,92%

Fonte: a autora (2023).

Os termos repetidos demonstram uma congruência com os achados de Träsel e Vinciprova (2022), que encontraram uma alta frequência dos termos “desinformação” e “*fake news*”, mesmo que a última seja considerada de uso inadequado por vários acadêmicos, como descrito nas páginas anteriores. A “pós-verdade”, palavra adicionada na última revisão, foi escolhida pouco mais de 8% das vezes, mas ainda fica à frente de “desordem informacional/informativa”, sugerindo uma preferência teórica.

A função CONT.SE foi utilizada para verificar quantas vezes o termo foi repetido. O número máximo de termos escolhidos por trabalho foi três, e somente o #TD58 que pesquisa desinformação, *fake news* e *fact-checking* obteve tal frequência. Destaque para a ausência de “infodemia” como um termo principal de pesquisa,

mesmo quando citado nas palavras-chaves ou no resumo. Dois trabalhos (#TD67 e #TD71) utilizam a palavra nos elementos pré-textuais, mas não definem o termo ou abordam a pesquisa a partir dele, preferindo utilizar “desinformação”.

Destaque para o #TD03, intitulado “Afinal, o que é Pseudonotícia? Um estudo sobre o The I-Piauí Herald, o Sensacionalista e o Laranjas News”, produzido na PUCRS. A autora, Deborah Gerson, refuta o uso do termo *fake news*, e utiliza pseudonotícia durante a dissertação. Apesar do pioneirismo, o termo não teve alta adesão frente ao uso de *fake news*, que se popularizou vertiginosamente após o uso massivo na campanha de Donald Trump. Träsel (2019) também propõe o uso do prefixo pseudo, porém aplicado ao jornalismo.

Assim, ‘pseudojornalismo’ pode ser um termo mais apropriado do que ‘notícia falsa’ para designar textos, áudios, imagens ou vídeos que mimetizam formatos jornalísticos na tentativa de enganar o público. Primeiro, porque, como mencionado acima, esse tipo de conteúdo não é falso, mas falsificado. A palavra ‘falso’ não implica, necessariamente, má fé. Num debate, um argumento apresentado de boa fé pode se mostrar falso por diversos motivos, como premissas equivocadas ou falhas no encadeamento lógico, por exemplo. [...] Em inglês, news é um termo que abrange todo tipo de formato, como reportagem e nota, mas, em português, o termo mais abrangente é jornalismo. Daí a proposta de se referir a esse tipo de fenômeno como ‘pseudojornalismo’ (Träsel, 2019, n.p.).

Seguindo com as perguntas que guiam o processo analítico, estão dados ligados à estrutura das pesquisas analisadas. Teses e dissertações, genericamente, são compostas de introdução, discussão teórica, metodologia e conclusão (não necessariamente nesta ordem).

Tabela 13 - Resultado da codificação da pergunta 4

PERGUNTA		
O autor elaborou um capítulo (ou subcapítulo) dedicado aos temas?		
	Quantidade de #TD	%
NÃO	20	25,32%
SIM	59	74,68%

Fonte: a autora (2023).

Tabela 14 - Resultado da codificação da pergunta 5

PERGUNTA		
A localização dos autores mobilizados no trabalho é dispersa ou focada nos capítulos teóricos?		
	Quantidade de #TD	%
DISPERSA	41	51,90%
CAPÍTULO	27	34,18%
(nenhum)	11	13,92%

Fonte: a autora (2023).

Quase 75% dos documentos selecionados dedicaram um espaço para discussões teóricas sobre o fenômeno da desinformação, e grande parte (51%) não realizou uma discussão isolada, desconexa do restante da proposta do trabalho (TABELA 14). Podemos confirmar, com todos os dados apresentados até o momento, a pertinência dos documentos selecionados para a proposta de análise de conteúdo (Bardin, 2016), que busca explorar os aportes teóricos realizados acerca dos conceitos.

Em resumo, 86% dos trabalhos selecionados através da busca sistemática são documentos adequados para a finalidade da presente pesquisa, com predominância de abordagens teóricas dedicadas ao fenômeno. Passamos, agora, ao objetivo principal da pesquisa: apresentar uma perspectiva conceitual proveniente das abordagens teóricas mobilizadas nas teses e dissertações nacionais da área da Comunicação.

Tabela 15 - Resultado da codificação da pergunta 6

PERGUNTA		
O autor da tese ou dissertação define algum dos termos (desinformação, <i>fake news</i> , infodemia, <i>fact-checking</i> ou pós-verdade)?		
	Quantidade de #TD	%
SIM	63	79,75%
NÃO	16	20,25%

Fonte: a autora (2023).

Antes de analisar os conceitos, é importante pontuar que algumas pesquisas não definem nenhum conceito. Além dos 11 trabalhos já mencionados, que não estudam desinformação, estes cinco (#TD02, #TD24, #TD28, #TD42, #TD45)

abordam o fenômeno, mas não apresentam referência bibliográfica que conceitue assertivamente o termo. O #TD02 é o mais antigo, de 2007, e analisa os discursos produzidos por quatro revistas brasileiras em relação aos atentados de 11 de setembro. O autor confunde duas abordagens, ora usando como sinônimo de com informações falsas, ora como produto midiático fabricado com a intenção deliberada de enganar/manipular a opinião do público.

Enquanto a ausência completa de uma definição é percebida no #TD24 e o #TD42, o #TD28 problematiza os termos. A tese de Alves (2019) aborda a desordem informacional e polarização no Brasil, e mobiliza Wardle e Derakhshan (2017) criticamente. Entendendo que aquilo que é denominado como desinformação frequentemente são conteúdos que se afastam do jornalismo, sustentando-se discursivamente por meio de uma crítica proveniente da mídia alternativa de extrema direita à autoridade da imprensa tradicional, o autor argumenta:

Devem-se comentar, também, problemas de caráter epistemológico e teórico de conceitos *fake news* e desinformação, em parte adotada e analisada nessa pesquisa. As abordagens de desinformação, como proposta por Wardle e Derakhshan (2018) [...], também reproduzem dinâmicas de poder de acordo com quais atores operam essas categorias. Essa tipologia se baseia na intenção subjacente dos atores de confundir e engajar como uma estratégia, com fins políticos ou econômicos. Todavia, essa intenção frequentemente escapa as capacidades de aferição objetivas – o que pode criar novas distorções. Por exemplo, como o jornalismo profissional e as *quality news* que enunciam o princípio normativo de informar os cidadãos, estão, de pronto, excluídos da desinformação, sendo encaixados como erros de apuração, ou *misinformation*. Em última análise, a característica de falso, impreciso ou insustentável tem o risco de classificar vozes alternativas e periféricas, epistemologias identitárias e atores que estão em posições desprivilegiadas de poder no que se refere a sua capacidade de definir conceitos e operar categorias socialmente (Alves, 2019, p. 326).

No caso do #TD45, que versa sobre os desafios da imprensa frente à disseminação de informações falsas nas redes sociais digitais (Silva, 2020), a autora cita o item II do Artigo 4º do PL 2.630/2020 (Lei das Fake News). Apesar de citar o texto, Silva (2020) utiliza o recurso como meio de transposição, reduzindo-o a mera constatação formal.

Tabela 16 - Resultado da codificação da pergunta 7

PERGUNTA		
Entre os termos utilizados na busca, qual é definido conceitualmente?		
	Frequência	%
desinformação	17	21,52%

desordem informacional	2	2,53%
desordem informativa	1	1,27%
<i>fact-checking</i>	4	5,06%
<i>fake news</i>	36	45,57%
infodemia	0	0,00%
pós-verdade	20	25,32%
(nenhum)	11	13,92%

Fonte: a autora (2023).

Apesar da grande utilização de Wardle e Derakhshan (2017; 2023), como demonstrado nas produções (Träsel; Vinciprova, 2022; Moreira Mendes; Mattos; Oliveira dos Santos, 2023), o conceito de “desordem informativa” e “desordem informacional” não obteve a mesma adesão. Na mesma análise, a recusa dos autores (2017; 2023) pela utilização do termo “*fake news*” parece ter sido ignorada, tendência observada em todos os levantamentos.

Importante notar que a definição conceitual foi aferida quando houve indícios explícitos de concordância com o conceito apresentado. Termos como “neste trabalho abordamos o conceito de”, “este trabalho adotará a visão de” são indicadores, assim como afirmações categóricas com verbos “são”, “está”, “acreditamos”. Caso o pesquisador tenha dito frases como “pode-se compreender”, “conforme o autor”, “o autor entende que”, a presença de uma perspectiva externa não é sinônimo de concordância conceitual.

Dos 20 trabalhos nos quais o conceito de **pós-verdade** foi definido, somente dois (10%) não utilizam alguma versão de definição do dicionário. Um trabalho (#TD69) conceitua a partir de Zarzalejos (2017) e Kakutani (2018), e o outro (#TD56) utiliza Keyes (2004) e Tesich (1992).

É a partir dessa noção de um totalitarismo no interior da democracia, não só conhecido como subsidiado e escolhido pela “nação”, que a ideia de pós-verdade começa a ser desenhada. [...] Em uma falsa equivalência, popularizada com o termo *fake news*, a mentira se transformou na grande vilã da chamada era da pós-verdade. Uma vez que, como vimos até o momento, as condições de análise desse fenômeno reincidiram em padrões dicotômicos, a oposição verdade x mentira é um dos pilares de sustentação desse padrão nas discussões da relação entre redes digitais e processos políticos atuais (Perniciotti, 2020, p. 110).

Dos 17 trabalhos nos quais o conceito de **desinformação** foi delimitado, Wardle e Derakhshan são os mais citados, seguidos de Fallis e Gelfert (2018). Também já são apreendidos alguns conceitos próprios dos pesquisadores e articulação com os outros termos buscados. A definição encontrada no dicionário é menos proeminente, apesar de ainda presente.

Você desinforma o indivíduo X somente se você dissemina a informação I, acreditando que P é falso. Ao comunicar P, você prevê que é provável que X infira P a partir do conteúdo de I. P é falso. É razoável para X inferir P a partir do conteúdo de I. Há de se considerar ainda, como aponta Fallis (2009) que outros elementos interferem no processo desinformativo, como a origem indeterminada da informação, a temporalidade, entre outros elementos que podem fazer parte do processo desinformativo sem, contudo, serem campo comum dele. O sétimo [descrito acima] conceito de desinformação será o considerado neste trabalho para a análise dos conteúdos desinformativos do corpus (Marques, 2021, p. 55).

O próprio Fallis (2015, p. 411) já considera que a conceituação, publicada seis anos antes, é muito ampla: “além da desinformação como efeitos colaterais, também considera algumas formas sutis de humor [...]. Há também muitos casos que parecem mostrar que a análise é demasiadamente restrita”⁶³. É uma dificuldade observada com conceitos que estão em desenvolvimento, e o autor (2021) não problematiza ou explica o uso da bibliografia de Fallis de 2009 e não de 2015.

Dos 36 trabalhos nos quais o conceito de **fake news** recebeu uma definição, o dicionário volta a ser muito utilizado para conceituação, além das leituras próprias dos pesquisadores. Autores mobilizados também são Allcott e Gentzkow (2017), Gomes (2019), Brisola (2018), Kapferer (2013, publicação original de 1987), Alzamora e Bicalho (2019), que aparecem em trabalhos defendidos em 2020 e 2021.

O #TD43, sobre fact-checking, é um dos primeiros a tensionar o termo para além do verbete. Desenvolvida na UFMG, a própria Geane Alzamora, vinculada à universidade, participou da banca de defesa da dissertação de mestrado.

Fake news é um termo amplo, que ao mesmo tempo em que reúne uma multiplicidade de sentidos e usos, se esvaziou de significado. [...] A noção de *fake news* atravessa a noção de verdade, desafiando o jornalismo de checagem a lidar com os dois conceitos não apenas em seu *modus operandi*, mas também no reconhecimento do seu papel social, especialmente porque coloca para si a missão de combater o primeiro e lançar luz sobre o segundo. Estando *fake news* e verdade tão imbricadas, não seria possível abordar o

⁶³ No original, “However, his analysis is too broad. In addition to side-effect disinformation, it also counts some subtle forms of humor as disinformation [...]. There are also many cases that might seem to show that Fallis’s analysis is too narrow”.

fact-checking sem resgatar esse conceito e suas muitas problematizações (Oliveira, 2020, p. 55).

Ou ainda, o #TD70, que versa sobre desinformação em grupos anti-vacina no *Facebook*, e não segue a perspectiva de que o termo não deve ser utilizado.

Nesse cenário, outra expressão é comumente utilizada, as *fake news*, que imitam a diagramação de uma fonte noticiosa factual para se firmarem como verdadeiras, ainda que sejam notícias propositadamente enganosas, tendo como objetivo confundir o leitor, envolvendo uma economia de emoções que estimula sua adoção como veraz e, a partir daí, sua replicação (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; BAKIR; MCSTAY, 2017). Este conceito não inclui outras modalidades de conteúdo falso, como por exemplo, os erros jornalísticos não intencionais e sátiras em formato jornalístico quando estas são sinalizadas pelo autor (Vieira, 2021, p. 16).

Das definições e tensionamentos próprios, temos exemplo do #TD51, de Segabinazzi (2020). Analisando o acontecimento de agressão a Jair Bolsonaro durante a campanha, o autor reforça a importância do termo *fake news*:

O uso do termo *fake news* já foi criticado, não pela grafia em inglês, mas por supostamente ser contraditório: uma notícia nunca é falsa, a notícia é sempre verdadeira – seria um retrato da realidade, conforme o mito fundador do “quarto poder”. O produto de uma prática comprometida com a sociedade e interessada nos fatos – o jornalismo – não poderia, ainda, ser confundido com aquilo que busca promover o contrário: a confusão informativa e a desconfiança sobre as instituições produtoras de conhecimento. Assim, argumentações defendem que não se deveria falar em notícia falsa, mas sim em fofoca, boato ou desinformação: isso evitaria a desvalorização da verdadeira notícia. Reafirmo que o termo *fake news* – ou sua tradução, notícia falsa – é mais do que válido: necessário. Se o que é, é, o que não é, não é. Se algo é, verdadeiramente, é. E algo que não é, somente falsamente é. Uma notícia falsa não é verdadeiramente, ou apenas é falsamente. Uma notícia falsa não é notícia, apenas falsamente. Entretanto, mesmo que uma notícia falsa verdadeiramente não seja, ela ainda assim é: algo que incomoda e que mobiliza coisas ao seu redor. Ou seja, a notícia falsa não é, verdadeiramente, notícia. Entretanto, a notícia falsa, falsamente é notícia. Que falsidade a faz ser notícia? A notícia falsa verdadeiramente é notícia – não enquanto substantivo, mas enquanto adjetivo: por tudo o quanto tem intrigado e pela incidência deste fenômeno (Segabinazzi, 2020, p. 57).

Existem, ainda, os que simplificam por aproximação conceitual. O #TD47, que busca as dimensões sociais, culturais e comunicacionais da circulação de conteúdos antivacina nas redes sociais, entende similaridades.

Como exposto nesse subitem, há diferenças conceituais entre boatos, rumores, fofocas, mexericos, lendas urbanas e *fake news*. Assim, nesse trabalho, será utilizado o termo boato, seguindo a perspectiva de Kapferer (1993) como informação não oficial, que se difunde por propagação em cadeia e se assemelha à uma notícia, por ser referir a um fato da atualidade, já que nem sempre o boato é produzido com objetivos de dissimular, enganar, prejudicar pessoas ou instituições, tal qual as *fake news*, sendo muitas vezes, apenas um contradiscurso ou versão diferente da emitida pelas fontes oficiais (Pimentel, 2020, p. 28).

Os termos *fact-checking*, desordem informacional e desordem informativa aparecem com baixa frequência. No caso dos procedimentos de checagem, entende-se que o termo é autoexplicativo e é usualmente explicado de forma correlata às suas práticas. A desordem informacional/informativa é sempre abordada pela perspectiva de Wardle e Derakhshan (2017; 2023).

Quanto aos autores utilizados pelos autores das teses e dissertações no seu referencial teórico, cabem algumas observações. A primeira delas é que consideramos os autores citados no texto, ou seja, os que realmente foram utilizados pelo aluno na elaboração do seu trabalho. Por este motivo, as referências no formato ABNT (autor, ano) são copiadas *ipsis litteris* do texto da tese/dissertação e somente ao final da leitura as páginas de referências são consultadas para a equivalência do autor citado com a *obra do autor* citada. Dois cenários comuns acontecem. O primeiro é a falta de coerência entre os dados do texto e os da referência, como a citação de um autor e um ano que não constam na lista final (um exemplo seria FULANO, 2018 e nas referências temos FULANO, 2019). Em casos assim, a anotação é corrigida.

O segundo caso é a falta de informação, ou de clareza das informações. Acontece com frequência do candidato a mestre ou doutor se esquecer de inserir a referência completa ao final do trabalho, se tornando impossível encontrar uma equivalência entre o autor citado e a obra citada. Um exemplo é o texto citar (FULANO, 2018) mas na lista de referências não consta nenhum FULANO ou encontram-se mais de uma obra de FULANO, mas nenhuma do ano condizente. Neste caso não podemos assumir um dado que não consta no trabalho, por isso estas citações são desconsideradas.

Assim como o procedimento realizado em Träsel e Vinciprova (2022), o banco de dados inicial da presente pesquisa, elaborado no aplicativo Planilhas do Google, conta com 936 citações. Cada autor, fosse o texto individual ou colaborativo, foi contabilizado somente uma vez por texto, mas era contabilizado novamente se assinasse mais de uma referência. Prosseguindo desta forma, conseguimos contabilizar quantos e quais autores foram mobilizados em cada texto e, depois, cruzar os dados entre trabalhos para encontrar uma lista única de autores mobilizados.

Para facilitar a compreensão, podemos utilizar como exemplo os autores que mobilizamos no presente texto. Anteriormente foram utilizadas as duas referências: Träsel (2019) e Träsel e Vinciprova (2022). Elas seriam contabilizadas como 2, com

Träsel sendo citado duas vezes, uma individualmente e uma colaborativamente, e Vinciprova uma.

Ao final do procedimento de análise das citações, encontramos uma lista de 493 autores, contando com trabalhos colaborativos e individuais. O desvio padrão, calculado pela função =DESVPAD, foi igual a 3,08. Desta forma, os 43 autores que possuem quatro ou mais ocorrências (maior que o desvio padrão) foram elencados. Como as ocorrências são contabilizadas em números naturais (1, 2, 3, 4, etc.), não é possível que um autor tenha 3,5 ocorrências, por exemplo. Então, 3 ocorrências é menor do que o desvio padrão, e 4 ocorrências é o próximo número passível de contabilização. A tabela abaixo apresenta os conjuntos de autores referenciados, o país de origem dos autores ou das IES⁶⁴, e o número de trabalhos científicos nos quais cada um foi citado.

Tabela 17 - Número de citações por autor, em ordem alfabética

Nome do autor	Origem	≥ 4 ocorrências
Allcott e Gentzkow	EUA	28
Alzamora e Bicalho	Brasil	4
Aymanns, Foerster e Georg	Reino Unido e França	4
Benkler, Faris e Roberts	EUA	4
Bucci	Brasil	13
D'Ancona	Reino Unido	20
Darnton	EUA	8
Difonzo	EUA	5
Dunker	Brasil	4
Fallis	EUA	5
Farkas e Schou	Dinamarca	4
Ferrari	Brasil	8
Floridi	Itália	4
Gelfert	Alemanha	6
Gerson	Brasil	4
Gomes e Dourado	Brasil	8
Gomes	Brasil	4

⁶⁴ Utilizado nos casos em que não foi possível encontrar o país de origem.

Nome do autor	Origem	≥ 4 ocorrências
Graves	EUA	6
Harari	Israel	4
lasbeck	Brasil	5
Jorge	Brasil	4
Kakutani	EUA	13
Kapferer	França	7
Keyes	EUA	9
Lazer <i>et al.</i> (Benkler, Nyhan, Sunstein e diversos)	EUA	11
Lewandowsky, Ecker e Cook	Reino Unido, Austrália e EUA	5
Nyhan e Reifler	EUA	9
Ortellado	Brasil	4
Posetti e Matthews	Austrália	6
Recuero	Brasil	5
Recuero <i>et al.</i> (diversos)	Brasil	8
Santaella	Brasil	15
Silverman	Canadá	5
Sodré	Brasil	4
Spinelli e Santos	Brasil	6
Sunstein	EUA	5
Tandoc, Lim e Ling	Singapura	20
Tardáguila <i>et al.</i> (diversos)	Brasil	6
Träsel, Lisboa e Vinciprova	Brasil	5
Volkoff	França	4
Vosoughi, Roy e Aral	EUA	7
Wardle	Reino Unido	25
Wardle e Derakhshan	Reino Unido, Irã	38

Fonte: a autora (2023).

Conforme percebido anteriormente em Träsel e Vinciprova (2022), os dados sugerem a existência de uma concentração de citações a um grupo reduzido de acadêmicos. No caso da presente pesquisa, 8,7% dos autores são responsáveis por 39% das citações, verificando-se também uma disparidade na frequência de citação.

Coincidentemente ou não, os dados da amostra se mostraram muito similares com os resultados do artigo dos autores de 2022. O trabalho corrobora que os autores com mais de três citações representam apenas 9% do *corpus*, mas são responsáveis por 28% das menções. Em termos gerais, assim como no presente trabalho, cerca de 10% dos autores são responsáveis por um terço das citações, demonstrando uma concentração das fontes mobilizadas (Träsel; Vinciprova, 2022).

Foi criado um paralelo e levantada uma hipótese: seria possível generalizar que apenas 10% dos autores citados sejam responsáveis por um terço das citações? A expansão do *corpus* após o exame de qualificação confirmou a possibilidade, com resultados que indicam ainda mais concentração de conceitos, trabalhos e autores.

Outro paralelo presente que solidifica os métodos utilizados são os resultados similares na aparição de autores como Claire Wardle; Hossein Derakhshan; Hunt Allcott e Matthew Gentzkow; Michiko Kakutani e Matthew D’Ancona em alta frequência, todos com mais de 13 ocorrências. Claire Wardle continua se destacando, sendo responsável por 63 das 936 citações totais (6,7%) tanto individualmente quanto em colaboração com Hossein Derakhshan. Em relação aos achados de Träsel e Vinciprova (2022), no qual a autora era responsável por 4,2% do total das citações, sua representação aqui é ainda maior. Em relação aos trabalhos totais, alguma referência bibliográfica a Wardle estava presente em 45 dos 79 documentos, representando quase 57% do *corpus* total, enquanto no artigo (2022), a porcentagem era de presença da autora em 29% dos trabalhos. A porcentagem de citações pode parecer pequena, mas se torna significativa quando contrastamos com os 438 autores responsáveis pelos outros 97%.

Allcott e Gentzkow; D’Ancona; Difonzo; Nyhan e Reifler; Graves; Lazer; Lewandowsky, Ecker e Cook; Posetti; Silverman; Sunstein; estão todos presentes nas referências bibliográficas do relatório para a Comissão Européia produzido por Wardle e Derakhshan (2017; 2023). Alguns títulos de trabalhos são diferentes dos mobilizados no relatório, enquanto outros, como de Allcott e Gentzkow, são o mesmo. Somando todas as ocorrências destes autores, 166 citações são atribuídas a eles, 17,7% das 936 citações totais. É possível inferir que, além do citado relatório servir como base conceitual para desinformação, também pode ser o principal contato dos pesquisadores com o assunto, atuando como material de referência na busca de outros autores que dialoguem com os conceitos. Pode-se acreditar, também, que o material está sendo lido por completo e com alguma atenção, pois apesar da

mobilização de autores similares, muitos pesquisadores brasileiros buscaram *papers* diferentes dos utilizados por Wardle e Derakhshan (2017; 2023).

Além da representatividade numérica, também percebemos que os autores com maior número de citações publicaram suas pesquisas em língua inglesa. Dos nove autores que possuem mais de 10 citações, somente uma é brasileira, Santaella. Os outros estão vinculados aos EUA e ao Reino Unido, com representação de Singapura por Tandoc, Lim e Ling; e do Irã por Derakhshan.

Além de permitir mais uma vez constatar que hoje em dia pesquisadores falantes de outras línguas nativas se veem compelidos a publicar seus textos em inglês, o dado sugere uma forte influência anglosaxã nas definições e perspectivas sobre a desinformação, como analisado previamente (2022), visto que 60% dos autores mais citados são internacionais, sem nenhuma representatividade do continente africano ou latino-americano, pouca da Ásia e Oceania, e predominância européia e norte-americana.

Observamos também a aparição de autores brasileiros como Eugênio Bucci, Lucia Santaella, Wilson Gomes, Tatiana Dourado, Pollyana Ferrari, Raquel Recuero, Thaís de Mendonça Jorge, Christian Dunker e outros. Na amostra, eles representam 39,5% dos autores mais mobilizados (17 dos 43 com quatro ou mais citações), evidenciando o impacto da produção acadêmica nacional no desenvolvimento dos estudos sobre desinformação na comunicação. A diferença é de menos de 4 p.p. em relação aos dados prévios (2022). Apesar de pequena, sinaliza um futuro caminho para compreender a distribuição de autores nacionais, e verificar quais fatores podem ter impactado o desvio.

Em um segundo nível de análise, Raquel Recuero e Egle Müller Spinelli são as únicas pesquisadoras que figuram na lista de autores mais mobilizados e na lista de orientadores dos trabalhos selecionados. Recuero, vinculada ao PPGCOM/UFRGS, orientou dois trabalhos (#TD38 e #TD39), um no nível de mestrado e um no nível de doutorado, ambos em 2020. Spinelli, vinculada à ESPM-SP, orientou um trabalho (#TD26) no nível de mestrado profissional em 2019. Nenhum dos três trabalhos apresentou predominância de mobilização das pesquisas das orientadoras, citadas somente uma vez (quando citadas).

No espectro contrário, Deborah Gerson é o único caso de autores frequentemente mobilizados por causa do seu trabalho que aparece na lista dos integrantes do *corpus*. A primeira não é referenciada por ter utilizado o termo

pseudonotícia, mas pela relação entre jornalismo e humor. Tatiana Dourado, Jessica de Almeida Santos e Felipe Bonow Soares também são pesquisadores cujos trabalhos foram incluídos nos 79 analisados, porém aparecem na lista em coautoria com seus respectivos orientadores (Gomes, no caso de Dourado; Spinelli, no caso de Santos; Recuero, no caso de Soares).

Elias Machado, João Canavilhas, Manuel Castells, Eli Pariser, Ramón Salaverría e Nelson Traquina foram citados com alta frequência na análise do artigo (Träsel; Vinciprova, 2022), mas não figuram entre os mais comuns entre as teses e dissertações constituintes do corpus. Um dos motivos para a exclusão pode ser a ampliação para a área da comunicação. Os artigos analisados anteriormente (2022) foram selecionados em anais de eventos, em função dos GTs específicos de jornalismo, e por isso podem ter maior adesão a autores como Machado e Traquina, relacionados ao assunto. Castells, Canavilhas e Pariser estão na lista dos 400+ autores gerais encontrados nas referências atuais, porém com ocorrência única de citação.

Ainda com atenção aos brasileiros, Dunker é o único externo à área da comunicação, atuando como psicanalista. O trabalho referenciado é o livro "Ética e pós-verdade", publicado pelo autor no ano de 2017 em conjunto com outros nomes da cena cultural e intelectual brasileira (Marcia Tiburi e Cristovão Tezza, por exemplo). Os outros 16 conjuntos de autores são acadêmicos ou profissionais (jornalistas) e, além dos citados previamente, também estão na lista Cristina Tardáguila (fundadora da Agência Lupa), Muniz Sodré, Geane Carvalho Alzamora e Luciana Andrade Gomes Bicalho (pesquisadoras da UFMG), Luiz Carlos lasbeck, Pablo Ortellado e, finalmente, Träsel e Vinciprova (orientador e autora da presente pesquisa).

Com o aumento do número de corte das ocorrências para mais de quatro, Bell e Owen; Romero-Rodríguez e Rodríguez-Hidalgo constavam na lista da análise (2022), mas não aparecem na lista atual. Bennett e Livingston; Jack e Tesich, que estão mobilizados no capítulo teórico-conceitual acerca do fenômeno da pós-verdade, *fake news* e desinformação, somaram três ocorrências somente.

Em relação aos temas de pesquisa, de forma generalista, Difonzo; Harari; lasbeck; Kapferer; Sodré; Sunstein são os que estão mais afastados do eixo comunicação digital/desinformação. Harari faz parte de uma abordagem mais histórica do século XXI, enquanto Sodré é um teórico da comunicação/jornalismo, mas não

necessariamente do digital. Os outros citados estão relacionados ao conceito de boato.

Conforme evidenciado pela Tabela 18 abaixo, foi possível correlacionar um trabalho específico como o mais citado no caso de alguns autores. Os resultados em relação aos formatos são variados, com livros, artigos, anais de eventos da área e, até mesmo, dissertações.

Tabela 18 - Principais trabalhos por autor, em ordem alfabética

Nome do autor	Trabalho principal (dados resumidos)
Allcott e Gentzkow	Social media and fake news in the 2016 election, 2017.
Alzamora e Bicalho	A dinâmica transmídia de fake news: interações sociais em torno da concepção pragmática de verdade, 2018.
Aymanns, Foerster e Georg	Fake News in social networks, 2017.
Benkler, Faris e Roberts	Network Propaganda: Manipulation, disinformation, and radicalization in American politics, 2018.
Bucci	Pós-política e corrosão da verdade, 2018.
D'Ancona	Pós-Verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news, 2018.
Darnton	The true history of fake news, 2017.
Difonzo	O poder dos boatos, 2009.
Dunker	Ética e Pós-verdade, 2018.
Fallis	What Is Disinformation?, 2015.
Farkas e Schou	Fake News as a Floating Signifier: Hegemony, Antagonism and the Politics of Falsehood, 2018.
Ferrari	Como sair das bolhas?, 2018.
Floridi	Is Semantic Information Meaningful Data?, 2005
Gelfert	Fake news: A definition, 2018.
Gerson	Afinal, o que é pseudonotícia? Um estudo sobre o The i-Piauí Herald, o Sensacionalista e o Laranjas News, 2014
Gomes e Dourado	Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia, 2019.
Graves	Deciding What's True: The Rise of Political Fact-Checking in American Journalism, 2013.
Harari	21 lições para o século 21, 2018.

lasbeck	Os boatos - além e aquém da notícia: versões não-autorizadas da realidade, 2000.
Jorge	Notícia e fake news: uma reflexão sobre dois aspectos do mesmo fenômeno da mutação, aplicada ao jornalismo contemporâneo, 2018.
Kakutani	A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump, 2018.
Kapferer	Boatos: o mais antigo mídia do mundo, 1993.
Keyes	A era da pós-verdade: desonestidade e enganação na vida contemporânea, 2018.
Lazer <i>et al.</i> (Benkler, Nyhan, Sunstein e diversos)	The science of fake news, 2018.
Lewandowsky, Ecker e Cook	Beyond Misinformation: Understanding and Coping with the “Post-Truth” Era, 2017.
Nyhan e Reifler	Estimating Fact-checking’s Effects: Evidence from a long-term experiment during campaign 2014, 2015.
Ortellado	Manual da Credibilidade, 2018.
Posetti e Matthews	A short guide to the history of ‘fake news’ and disinformation, 2018.
Recuero	Redes Sociais na Internet, 2009.
Santaella	A pós-verdade é verdadeira ou falsa?, 2018.
Silverman	I helped popularize the term “Fake News” and now I cringe every time I hear it, 2017.
Sodré	A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento, 2009.
Spinelli e Santos	JORNALISMO NA ERA DA PÓS-VERDADE: fact-checking como ferramenta de combate às fake news, 2018.
Sunstein	A verdade sobre os boatos - como se espalham e por que acreditamos neles, 2010.
Tandoc, Lim e Ling	Defining “fake news” A typology of scholarly definitions, 2018.
Träsel, Lisboa e Vinciprova	Indicadores de credibilidade no jornalismo: Uma análise dos produtores de conteúdo político brasileiros, 2018.
Volkoff	Pequena história da desinformação: do cavalo de Tróia à internet, 2004.
Vosoughi, Roy e Aral	The spread of true and false news online, 2018.
Wardle e Derakhshan	Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making, 2017.

Fonte: a autora (2023).

Como o recorte do corpus é até o ano de 2021, é esperada a ausência de artigos, livros e pesquisas dos anos de 2022 e 2023. Da mesma forma, por causa da pandemia de COVID-19, os artigos e as elaborações de 2020 e 2021 podem ter sido prejudicados, já que a paralisação e o ensino à distância podem ter afetado a produtividade e a busca de novos referenciais teóricos por parte de discentes e docentes. Ainda assim, tem-se indício de uma possível “paralisação” da produção sobre o assunto, pelo menos no que é utilizado em sala de aula, cursos e, no final do dia, compõem a principal parte do discutido e lido pelos alunos. Os motivos, certamente, devem ser investigados com mais profundidade, atualização e recorte, e constituem um caminho para futuras pesquisas.

Assim como o levantamento de Moreira Mendes, Mattos e Oliveira dos Santos (2023), Posetti; Fallis; Wardle e Derakhshan; e Allcott e Gentzkow são alguns dos principais autores encontrados como frequentemente utilizados para conceituar os termos. Enquanto os autores (2023) focaram em artigos indexados pelo Portal de Periódicos da CAPES entre 2020-2022 no contexto pandêmico, os resultados não são completamente diferentes, reforçando a eficácia do método para esta finalidade. Por fim, na presente pesquisa considere referências teóricas elaboradas por autores. Assim, os dicionários não figuram nesta lista em oposição a dos autores (2023), por decisão consciente.

Finalmente, alguns (mas nem todos) os autores podem ser divididos em *clusters* de correlação empiricamente, abordando um tema ou conceito similar com frequência. São eles, em nenhuma ordem específica:

- **Boatos:** Kapferer, lasbeck, Difonzo e Sunstein, aparecem comumente em duplas, mas Sunstein é pioneiro, com referência em 2014 na pesquisa de Deborah Gerson (mas não há correlação entre citar Gerson e Sunstein juntos posteriormente);
- **Desinformação/fake news:** Allcott e Gentzkow aparecem, quase sempre, acompanhados de Wardle (sozinha ou em coautoria), assim como estão mobilizados com D’Ancona, mas em menor frequência;
- **Pós-verdade:** Keyes e Tesich são os principais, correlacionados principalmente quando os pesquisadores buscam compreender o histórico do termo para além do dicionário;

- **Clássicos da Comunicação:** Noam Chomsky, Dominique Wolton, Leão Serva e Jorge Pedro Sousa são citados pontualmente até 2018;
- **2018:** Wardle; Posetti; Allcott e Gentzkow; D’Ancona; e Vosoughi, Roy e Aral já são mobilizados em trabalhos defendidos no ano referido, enquanto Kakutani aparece pela primeira vez somente em 2019 em um trabalho que aborda a visão dos jornalistas.

Em relação ao número de autores mobilizados para teorizar sobre os termos, o #TD02, por ser um dos primeiros a estudar desinformação, mobiliza somente um autor para falar sobre o assunto (Leão Serva, livro *Jornalismo e desinformação*, de 2001).

Tabela 19 - Resultado da codificação da pergunta 9

PERGUNTA	
Quantos autores são mobilizados, em média, por trabalho?	
MÉDIA	5,6
MÍNIMA	1
MÁXIMA	43

Fonte: a autora (2023)

Somente um trabalho mobilizou 43 referências teóricas, como se pode verificar na Tabela 19. Defendido em 2019, o #TD17 aborda propagação e influência de pós-verdade e *fake news* na opinião pública. A maioria dos trabalhos, em uma análise superficial, não passa de 20 autores citados sobre o assunto. Pouquíssimos (quatro pesquisas) ultrapassaram o número de 30 citações.

Encerrando as perguntas propostas na análise de conteúdo, abordamos o enfoque jornalístico. Apesar de ter sido abandonado como critério de corte para a inclusão do documento no corpus, a adesão a temas jornalísticos aparece em 70% dos trabalhos, conforme a Tabela 20.

Tabela 20 - Resultado da codificação da pergunta 10

PERGUNTA		
A pesquisa aborda questões do jornalismo (teoria, prática, produtos)?		
JORNAL	56	70,89%
COM	23	29,11%

Fonte: a autora (2023).

Durante a codificação, percebeu-se que há uma tradução literal de *fake news* como “notícias falsas”, utilizando ambas como sinônimos intercambiáveis, inclusive em palavras-chave. Como o #TD75:

Os estudos apontam diferenças na percepção do conceito sobre notícias falsas. Aqui, trataremos de *fake news*, ou notícias falsas, como aquelas que provocam desinformação e são disseminadas de forma veloz no meio digital. Grande parte delas utiliza o padrão e as características de uma notícia para manipular informações. [...] Recuero e Gruzd (2019, p. 33) apontam três características que compõem a estrutura de *fake news*, sendo a primeira o uso das técnicas e componentes da narrativa jornalística; possuem elementos da falsidade total ou parcial da narrativa; e por último possui a intencionalidade de enganar ou criar falsas percepções utilizando principalmente a mídia social (Barbosa, 2021, p. 75).

É no âmbito das pesquisas em jornalismo que aparecem os trabalhos sobre *fact-checking*, sendo a principal prática (ou tipo) estudada. Além do nome de iniciativas, como Truco da Agência Pública ou a Agência Lupa, alguns estudos se debruçam sobre ferramentas como Twitter e Verific.ai.

As eleições de 2018, o impeachment de Dilma Rousseff, as manifestações de junho de 2013 e as práticas do governo Bolsonaro foram os principais eventos narrativos estudados em relação ao tema. O mesmo foi percebido em Träsel e Vinciprova (2022), reforçando a hipótese de influência da política em situações de desordem informacional.

Também há uma notável quantidade de pesquisas que versam sobre a relação jornalismo e humor, como Sensacionalista, Pasquim e Furo MTV. Apesar de possuírem menos frequência geral, o tema aparece pelo menos uma vez por ano, mesmo que de forma correlata.

Outros temas percebidos são: **distribuição de notícias nas redes sociais, movimento antivacina, formatos narrativos, mediações algorítmicas e estratégias de credibilidade/autolegitimação**. Com menos consistência, costumam ser abordados da perspectiva de redes sociais, como Facebook e WhatsApp, principalmente.

A visão organizacional e dos atores do campo (jornalistas e leitores) também é abordada. Temas como **reações da imprensa, olhar dos jornalistas, campanhas publicitárias-editoriais e questões de identidade/representações** são abordados pelo menos uma vez. As pesquisas de recepção também aparecem, mas sempre com o viés de redes sociais e análise do discurso ou de conteúdo. Não há nenhuma pesquisa com entrevista, questionários ou exposição seletiva.

Dois casos específicos da história recente brasileira aparecem como foco: Marielle Franco e Edu Martins, ambos em trabalhos defendidos no ano de 2020. No caso da vereadora carioca, a postura da pesquisa é de crítica, analisando o tratamento do jornalismo aos “falsos boatos”. Edu Martins foi um fotógrafo que conseguiu ser bem-sucedido e publicado por editores de sites do mundo todo, mas que, na verdade, nunca existiu. Apesar da abordagem da autora ser mais crítica ao fotojornalismo, o caso é somente um dos muitos que “enganaram” a mídia (e neste caso, aparentemente sem muito esforço). Se o falso fotógrafo enganou veículos consolidados como o *The Wall Street Journal*, o esforço cognitivo necessário para minar a credibilidade do jornalismo não é muito grande.

Há, ainda, uma observação rápida em relação aos temas de radiojornalismo, fotojornalismo, telejornalismo, jornalismo impresso e ciberjornalismo. Além do caso pontual citado acima, no qual o foco principal é um caso específico que envolve o uso de imagens, a televisão é o único tipo de suporte/plataforma que ganha destaque nos 79 trabalhos analisados. Observado também nos resultados prévios (2022), os temas citados vão desde programas como Furo MTV, passando por violência de gênero em um telejornal regional, TV Globo e Jornal da Record. Narrativas transmidiáticas aparecem uma vez, mas produtos como podcasts, vídeos para YouTube ou jornalismo online são ignorados.

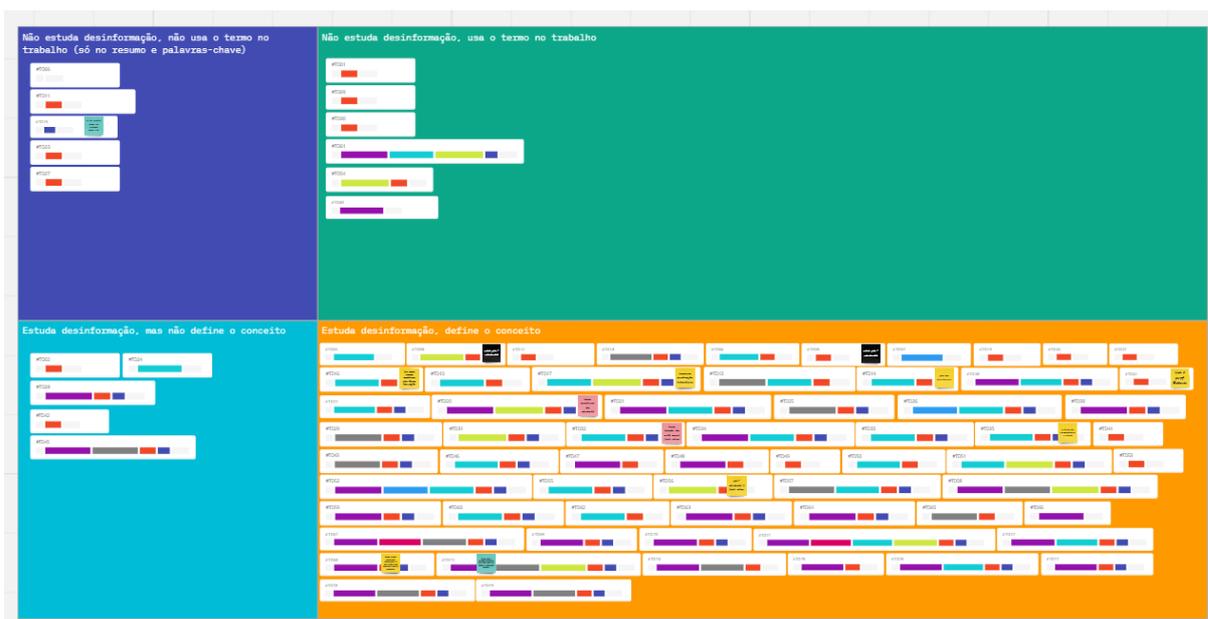
5.2 INFERÊNCIAS E TENDÊNCIAS

Seria possível separar as abordagens conceituais em duas grandes linhas: a linha que vê as *fake news* ou a desinformação como uma “evolução” dos boatos, mentiras e outras formas de comunicação humanas, agora amplificada pelas mídias eletrônicas; e a linha que entende a desinformação como fenômeno de manipulação, ou propaganda, aqui principalmente política, que tem sua história social imbricada aos meio de comunicação. É a diferença percebida quando delimitamos uma informação como falsa ou verdadeira e baseada na intenção deliberada de manipular ou não, em contraposição aos processos midiáticos: do ponto de vista da propaganda política, a mídia, ou o jornalismo, faz parte dos elementos constituintes da economia política do ecossistema da desinformação junto das plataformas de redes sociais. Já seguindo a linha evolutiva do boato, que de acordo com Lasbeck (2000), são notícias que difundem informação de formas socialmente não-autorizadas, alguns pesquisadores

entendem que as *fake news* não apresentam nenhuma novidade conceitual, conforme demonstrado no capítulo metodológico.

Levando-se em consideração os documentos do *corpus*, foi possível distribuí-los em dois eixos: os que estudam a desinformação e os que definem o conceito. Conforme quadro apresentado abaixo, elaborado na plataforma Miro durante a análise de conteúdo, é possível observar a metodologia empregada visualmente:

Figura 5 - Separação dos documentos por eixos



Fonte: a autora (2023).

Os elementos apresentados na imagem acima são uma forma diferente de visualizar a concentração dos documentos, que colabora para um entendimento fundamental: nem todos os trabalhos que utilizam os termos escolhidos no título, palavra-chave ou resumo realmente possuem preocupação em estudar o fenômeno ou os conceitos de forma teórica. No quadrante azul escuro, no canto superior esquerdo, estão os documentos que não estudam desinformação e não definem o conceito: são os cinco trabalhos contabilizados na Tabela 10 (codificação da pergunta 1). Ainda no quadrante superior, agora do lado direito, temos a área verde, na qual estão separados os seis trabalhos que, apesar de abordarem os conceitos de alguma forma, ainda não estudam a desinformação como um fenômeno. Somando-se, temos os 11 documentos descritos na Tabela 11 (codificação da pergunta 2)

No quadrante azul claro, canto inferior esquerdo, estão os trabalhos que abordam a desinformação, mas não definem os conceitos propriamente. São os

apresentados e analisados a partir Tabela 15 (codificação da pergunta 6). Já no quadrante laranja, ainda no canto inferior, porém direito, estão os trabalhos que efetivamente estudam o fenômeno e definem propriamente os conceitos, também conforme resultado apresentado no resultado de codificação da pergunta 6. Então, o quadrante laranja são os trabalhos que, se a discussão teórica aprofundada dos conceitos fizesse parte do processo de seleção dos documentos, acarretaria apenas 63 trabalhos (79%) do *corpus* final.

Como observado por Fragoso (2023), ao analisar as teses e dissertações produzidas sobre a desinformação, é possível notar o predomínio de três abordagens: jornalística, retórica e sociotécnica. No caso dos 79 trabalhos que compõem o objeto da presente pesquisa, tais abordagens não são excludentes. Percebe-se que 70% dos documentos possuem uma abordagem jornalística, com debates que emergem da sua (suposta) missão informativa, assim como da dicotomia entre a disseminação de informações falsas e o conhecimento factual.

O primeiro documento do *corpus*, #TD01 de 2002, já demonstra uma abordagem jornalística e retórica, utilizando análise do discurso para a debater sobre as estruturas discursivas de matérias veiculadas em um veículo de comunicação. O foco do presente trabalho não são as características das pesquisas, porém, através da visualização elaborada no Miro (Figura 5), foi possível perceber que grande parte das pesquisas possuem objetos textuais (posts de redes sociais, produtos midiáticos).

Da mesma forma, a abordagem sociotécnica é evidente na seleção de trabalhos que versam sobre *fact-checking*, algoritmos, plataformas e outros recursos que impactam na circulação de informação (e desinformação) em ambientes digitais. Uma evidência disto é a aparição de Pollyana Ferrari como uma das autoras mais citadas, principalmente pelo livro *Como Sair das Bolhas*, de 2018, que aborda o fenômeno da desinformação a partir dos filtros-bolha⁶⁵.

Com a multiplicidade das pesquisas do *corpus* e a falta de atualização dos dados relativos aos últimos dois anos, é um desafio encontrar uma tendência geral do entendimento dos conceitos pela produção brasileira. Em uma análise preliminar superficial quantitativa sobre os dados de 2022, 929 teses e dissertações foram

⁶⁵ O termo “filtro-bolha” foi cunhado por Eli Pariser em 2011 e refere-se às seleções de conteúdos personalizadas pelos algoritmos. Estes algoritmos criam um ambiente exclusivo de informações para cada usuário, alterando a maneira com que as informações nos alcançam.

defendidas na Área de Conhecimento da Comunicação, um decréscimo de 2,7% em relação ao ano de 2021, seguindo a tendência de queda nas produções desde 2019.

Ainda que a produção da área como um todo apresente sinais de redução, o mesmo não pode ser necessariamente dito sobre os estudos em desinformação. Caso houvesse tempo hábil para atualização do *corpus* da presente pesquisa, para que contemplasse os trabalhos de 2022, o dado preliminar seria a adição de mais 35 documentos. Certamente não é o número final, pois requer revisão, porém não indica queda no interesse dos pesquisadores pelo assunto. Extrapolando as observações do artigo de Träsel e Vinciprova (2022) e da análise apresentada nas páginas anteriores, temas relacionados à saúde, política e ciência continuam relevantes. Seguindo a lógica de 24 ou 48 meses para uma tese ou dissertação, não seria surpreendente se a pandemia de COVID-19 representasse boa parte do contexto das pesquisas defendidas em 2022.

Considerando os diferentes conceitos que orbitam o fenômeno da desinformação, parece haver consenso em relação ao trabalho de Wardle e Derakhshan (2017; 2023) como suficientemente adequado para lidar com o ecossistema de desordem informacional. Mesmo quando criticados ou questionados, como exemplo de Alves (2019), as delimitações ou problematizações aparecem somente na conclusão ou trecho isolado. Raramente há um desenvolvimento conceitual específico questionador. A percepção externa é de reprodução do discurso dos autores (2017; 2023), mesmo que contradiga questões essenciais de pesquisa.

No momento em que as pesquisas que abordam *fake news*, por exemplo, são investigadas de forma isolada, a evidência de repetição se fortalece. Trabalhos frequentemente inserem o termo em suas palavras-chave, mas textualmente utilizam do argumento dos autores (2017; 2023) de que a expressão é enganadora e diminui a importância do trabalho jornalístico. É quase como se não houvesse a possibilidade de evitar esta abordagem conceitual, muito menos contestá-la.

De maneira sucinta, há pouca dissonância em relação aos limites dos conceitos apresentados por Wardle e Derakhshan (2017; 2023) em seu relatório. Os critérios de informação falsa e intenção de causar dano, assim como a ideia de que as novas tecnologias impulsionaram um fenômeno mais antigo, estão, basicamente, consolidados e difundidos. A problematização dos conceitos, intrínseca ao presente trabalho, não apresenta ser uma questão central para a maioria das teses e dissertações analisadas. Neste sentido, em uma conjectura inicial do campo das

hipóteses, julgando a partir deste *corpus*, há um claro consenso e aceitação de uma definição: desinformação ocorre quando informação falsa é deliberadamente compartilhada com a intenção de causar danos (Wardle; Derakhshan, 2023, p. 12).

Mesmo com o cenário descrito acima, considerado crítico de um ponto de vista conceitual, pois é uma importação “embalada” (pronta, sem uma adaptação), é difícil contrariar abertamente um aparente consenso, principalmente na posição discente. Em uma segunda análise, separando teses de dissertações, possivelmente haja uma posição diferente por parte dos pesquisadores em função da natureza dos trabalhos e da formação acadêmica.

Para encerrar, no prefácio da Edição em português do relatório publicado pelo Council of Europe em 2017, os tradutores Pedro Caetano Filho e Abilio Rodrigues sintetizam a discussão sobre o termo *fake news*. “De fato, o termo ‘*fake news*’ não é bom [...]. Um possível problema é que nenhum outro termo até agora proposto consegue o alcance que o colorido nome ‘*fake news*’ consegue” (Wardle; Derakhshan, 2023). É necessário reconhecer que erros não deliberados cometidos pelo jornalismo profissional não fazem parte do conceito, porém o espectro de conteúdos desinformativos pode incluir notícias irrelevantes e/ou sensacionalistas, cada vez mais produzidas por veículos de comunicação. É um problema legítimo, que demanda um debate sobre a ética e a deontologia jornalística. Ao mesmo tempo, como apontado por Gomes e Dourado (2019), as *fake news* são um problema político, com efeitos sobre a vida pública nas democracias contemporâneas. A recusa em utilizar ou desenvolver um conceito próprio para *fake news*, ora negando sua existência como um simples boato, ora colocando na categoria da desinformação, pode ter causado uma invisibilidade e miopia epistemológica.

6 CONCLUSÃO

A desinformação é um fenômeno complexo e multidimensional. Mais do que a disseminação intencional de informações falsas, é influenciado por fatores políticos, econômicos e sociais, bem como pelas características intrínsecas da sociedade da informação. De extrema relevância, tem impacto nos processos democráticos, com consequências sociais para a vida e a saúde públicas, podendo minar a confiança em instituições midiáticas e científicas.

Como mencionado ao longo desta dissertação, trechos da presente pesquisa foram apresentados com recortes específicos no formato de artigo (Träsel; Vinciprova, 2022) em evento nacional, como projeto de qualificação e em diversas ocasiões dentro do grupo de pesquisa Jornalismo Digital (JorDi), do qual a autora participa. Em relação a esses recortes, buscou-se aprimorar a apresentação dos dados, assim como a metodologia utilizada. Por isso, é importante reiterar que não se pretende medir quem produziu pesquisa sobre desinformação, mas quem foi citado nessas produções. Este foi o principal questionamento recebido quando os resultados da presente pesquisa e do artigo de 2022 foram apresentados.

Um dos principais desafios foi fazer com que esta diferença estivesse explícita: não é porque um pesquisador produziu muito e é considerado referência na área pelos colegas que ele é, efetivamente, lido e citado nas teses e dissertações de conclusão de curso. Ao que tudo indica, a metodologia de análise de conteúdo e a apresentação mais detalhada dos resultados colaboraram para elucidar as diferenças entre o *autor da pesquisa* e o *autor mobilizado na pesquisa*.

Em relação ao objetivo principal do presente trabalho, que busca apreender a utilização de conceitos ligados à desinformação nos estudos em comunicação, foi possível identificar os autores mais mobilizados, assim como os termos que aparecem com mais frequência, os trabalhos mais utilizados dos autores já citados e as abordagens utilizadas por cada pesquisa em relação aos termos. Quanto às fontes, percebemos uma forte influência de Wardle (2017; 2023); Alcott e Gentzkow (2017); Tandoc, Lim e Ling (2018); Kakutani (2018) e D'Ancona (2018) nestas produções, assim como nomes importantes dos estudos em Comunicação e Jornalismo nacionais, como Santaella e Bucci (2018). Sem o recorte das pesquisas em jornalismo e uma leitura focada nos capítulos e aspectos conceituais, a tendência percebida

anteriormente (Träsel; Vinciprova, 2022) de mobilização de nomes conceituados dos estudos em Jornalismo, como Canavilhas e Traquina, não pode ser reproduzida.

Com a frequência alta de repetição, há indícios de um sistema de retroalimentação de conceitos e autores, tendo como exemplo Allcott e Gentzkow, que aparecem com alta frequência e sempre citados em função do mesmo artigo (Allcott; Gentzkow, 2017). Uma possível resposta estaria na análise das próprias referências utilizadas por Wardle e Derakhshan (2017; 2023), que, como citados anteriormente, são a principal fonte para os estudos em desinformação. Outra perspectiva possível para compreender a questão seria buscar respostas nas disciplinas de pós-graduação em comunicação que estudam o fenômeno, tentando compreender quais autores compõem os planos de ensino atuais e antigos. Este caminho também colaboraria para uma visão mais holística sobre como a desinformação e os conceitos relacionados são trabalhados na área.

Embora os autores mais citados sejam estadunidenses ou britânicos, há 17 pesquisadoras e pesquisadores brasileiros no grupo de 40 mais referenciados. Destacam-se os que pesquisam especificamente a desinformação, como Recuero, Dourado e Ortellado. Ao longo do tempo, espera-se que ainda mais referências brasileiras sejam mobilizadas na conceituação dos termos relacionados à desinformação no Brasil, principalmente no que tange às questões culturais e alinhamentos teóricos comunicacionais.

Além do objetivo específico de identificar os autores mais citados no referencial teórico relacionado ao conceito de desinformação, a Análise de Conteúdo, apoiada no Livro de Códigos, permitiu a diferenciação dos termos mais utilizados. Desinformação e *fake news* são os que foram percebidos como os mais presentes nos trabalhos, assim como a pós-verdade. Desordem informacional, desordem informativa e infodemia apresentaram adesão mínima, tanto em elementos pré-textuais como resumo, título e palavras-chave, quanto como conceitos importantes no desenvolvimento da pesquisa.

O objetivo de tensionar os diferentes sentidos dados ao conceito de desinformação com base em teorias comunicacionais perpassa toda a presente pesquisa. O primeiro capítulo apresentou as principais diferenças entre pós-verdade, desinformação e *fake news*, já o subsequente refletiu sobre questões pertinentes às definições apresentadas, como a internet e a informação. Os resultados da metodologia empregada também contêm discussões acerca de práticas

comunicacionais, principalmente em relação aos dados e ideias apresentados anteriormente.

No que diz respeito ao referencial teórico deste trabalho, que buscou utilizar os conceitos dos autores mobilizados com mais frequência, Wardle e Derakhshan (2017; 2023) são altamente utilizados por sua categorização entre os três diferentes tipos de desordem informacional. Os conceitos desenvolvidos têm como intuito simplificar um processo complexo, que, conforme os próprios autores (2017; 2023) são apenas uma parte de uma estrutura conceitual maior (tipos, fases e elementos). As fases e os elementos da desordem informacional, no entanto, não ganham a mesma atenção nos trabalhos analisados quanto os tipos. Pode-se entender que há uma reprodução seletiva das partes do relatório que são pertinentes ao pesquisador, o que não é, de forma alguma, incomum, mas pode indicar algumas hipóteses: leitura incompleta, falta de relevância/adesão aos trabalhos brasileiros, busca de outras fontes para evidenciar um pluralismo de autores, entre outras possibilidades.

Na batalha entre Wardle e o uso do termo *fake news*, a relevância e adesão dos estudos da autora não foram suficientes para fazer com que o mesmo caísse em desuso. Tanto como palavra-chave para identificação das pesquisas, quanto como compreensão das *fake news* como simulacro de notícias, ainda é um fenômeno pertinente que, principalmente pela adesão do *fact-checking*, faz-se justificada sua presença nas pesquisas analisadas.

Por fim, é inquestionável o impacto do cenário político na produção acadêmica sobre o fenômeno da desinformação. Para além das questões de saúde pública que surgiram com a pandemia de COVID-19, será necessário contar com os dados atualizados de 2023 e 2024 para acompanhar as produções atuais, elaboradas após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e acontecimentos políticos mundiais como eleições e conflitos. Apesar de Jair Bolsonaro estar inelegível no Brasil, as eleições norte-americanas de 2024 devem contar com Donald Trump na corrida.

Em suma, reiteramos a importância de acompanhar com proximidade a evolução das discussões acadêmicas acerca da desordem informacional. Após a pandemia de 2019 e a derrota de Trump/Bolsonaro, as lições e as discussões do período parecem ter sido esquecidas. Mesmo a eleição de Javier Milei ou de Geert Wilders e até o conflito Israel-Palestina impactaram muito pouco a discussão acerca do fenômeno, tanto por parte dos veículos de comunicação quanto por parte da população. Por outro lado, o movimento anti-vacina está mais forte do que nunca, e

os riscos à saúde pública podem ser o principal sintoma da desinformação a médio prazo: o governador de Minas Gerais (MG), Romeu Zema, disse que alunos poderão ir à escola sem vacina em 2024; já o governador de Santa Catarina (SC) Jorginho Mello, postou em suas redes sociais que nenhuma escola do estado vai recusar matrículas de alunos por falta de vacina⁶⁶, contando com apoio popular em comentários de redes sociais elogiando a valorização da “liberdade de escolha em vacinar as crianças”⁶⁷.

Além da atualização dos dados para que contemplem as produções de 2022 e 2023, quando disponíveis, é possível aplicar a mesma metodologia para outros tipos de documentos, como artigos de periódicos e eventos. É possível, também, acompanhar as produções científicas de áreas correlatas, como Informação, Psicologia e Ciências Sociais, já que a Comunicação tem a interdisciplinaridade como uma de suas características. Buscando analisar práticas profissionais e de recepção, também pode ser um caminho de pesquisa aplicar a metodologia de Reginato (2016) para alcançar a visão dos leitores, organizações e jornalistas sobre o fenômeno.

Compreender a dinâmica da desordem informacional, ou desinfodemia, é essencial para desenvolver estratégias assertivas de combate e contribuir para a sociedade. Como ciência, a área da Comunicação, especificamente do Jornalismo precisa, antes, refletir sobre seus limites e seu papel enquanto prática e teoria profissional.

⁶⁶ Informações da Agência Brasil, disponíveis em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2024-02/mg-e-sc-contrariam-eca-e-nao-exigem-vacinacao-para-matricula-em-escola>>.

⁶⁷ Informações disponíveis em <<https://www.instagram.com/p/C23E6gYuY71/>>.

REFERÊNCIAS

- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211–236, 2017.
- ALVES, M. **Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, 2019. Disponível em: <http://app.uff.br/riuff/handle/1/15381>.
- ALZAMORA, G. C.; ANDRADE, L. A dinâmica transmídia de fake news conforme a concepção pragmática de verdade. **MATRIZES**, v. 13, n. 1, p. 109–131, 2019.
- AMARAL, A. Subculturas e cibercultura(s): para uma genealogia das identidades de um campo. **Revista FAMECOS**, v. 15, n. 37, p. 38–44, 2008.
- BARBOSA, M. L. S. **VERDADES, MEIAS-VERDADES OU MENTIRAS: AS TRANSMUTAÇÕES DA NARRATIVA JORNALÍSTICA NA CAMPANHA ELEITORAL DE 2018 EM RORAIMA**. 2021. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa vista, 2021.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BARSOTTI, A. **Cultura e tradições oral, escrita e digital** - Estudos e tendências em Cibercultura. Online, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=izthiQJO7EA>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- BASTOS, H. A diluição do jornalismo no ciberjornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 9, n. 2, p. 284–298, 2012.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2008.
- BELL, E. J. *et al.* A Imprensa nas Plataformas: Como o Vale do Silício Reestruturou o Jornalismo. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, SP, 2017. p. 48–83.
- BELLOIR, N. *et al.* A Conceptual Characterization of Fake News: A Positioning Paper. *In*: GUIZZARDI, R.; RALYTÉ, J.; FRANCH, X. (org.). **Research Challenges in Information Science**. Cham: Springer International Publishing, 2022. (Lecture Notes in Business Information Processing). v. 446, p. 662–669. Disponível em: https://link.springer.com/10.1007/978-3-031-05760-1_41. Acesso em: 14 jan. 2024.
- BENKLER, Y.; FARIS, R.; ROBERTS, H. **Network Propaganda: Manipulation, Disinformation, and Radicalization in American Politics**. 1. ed. Oxford University Press, New York, 2018. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/26406>. Acesso em: 7 jan. 2024.
- BENNETT, W. L.; LIVINGSTON, S. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. **European Journal of Communication**, v. 33, n. 2, p. 122–139, 2018.

BEZERRA, A. C. Da teoria matemática para uma proposta de teoria crítica da informação: a integração dos conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, p. 182–201, 2020.

BOGHARDT, T. Soviet Bloc Intelligence and Its AIDS Disinformation Campaign. **Studies in Intelligence**, v. 53, n. 4, p. 1–24, 2009.

BOTELHO-FRANCISCO, R. **Da Cibernética à Cibercultura - Estudos e tendências em Cibercultura**. Online, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t8cY7DtghkE>. Acesso em: 20 out. 2023.

BOURDIEU, P. **L'essence du néolibéralisme**. 1998. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/3609>. Acesso em: 1 fev. 2024.

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**: Seguido de “A influência do jornalismo” e “Os jogos olímpicos”. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1997.

BRISOLA, A.; BEZERRA, A. C. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 2018, Londrina, PR. **Anais do XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/102819>. Acesso em: 22 fev. 2024.

BUCCI, E. **Existe democracia sem verdade factual?** Cultura política, imprensa e bibliotecas públicas em tempos de fake news. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019.

CAPES. **Plano de Dados Abertos da CAPES 2022-2024**. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/30122022_PDA_2022_2024_Final.pdf. Acesso em: 16 dez. 2023.

CARON, C. Teens Turn to TikTok in Search of a Mental Health Diagnosis. **The New York Times**, 29 out. 2022. Well. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/10/29/well/mind/tiktok-mental-illness-diagnosis.html>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DA SILVA, M. P.; IBANHES, M. C. ‘Fake news’ e as contradições da retórica de autolegitimação do Jornalismo em tempos de crise no campo: um caso de paralaxe. **Comunicação & Sociedade**, v. 43, n. 3, p. 7–39, 2021.

D’ANCONA, M. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Faro Editorial, 2018.

DARNTON, R. **The True History of Fake News**. 2017. Disponível em: <https://www.nybooks.com/online/2017/02/13/the-true-history-of-fake-news/>. Acesso em: 7 jan. 2024.

DODEBEI, V. (Des) Informação e [Pós] Verdade: possíveis contextos discursivo-conceituais. **Em Questão**, p. 117–137, 2021.

DUNKER, C. I. L. Subjetividade em tempos de pós-verdade. *In*: DUNKER, C. I. L. *et al.* (org.). **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017. p. 4–28.

ESCOSTEGUY, A. C. D. (org.). **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ESTEVES, J. P. **Comunicação, Política e Democracia**. Coimbra (PT): Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

FALLIS, D. What Is Disinformation?. **Library Trends**, v. 63, n. 3, p. 401–426, 2015.

FARIAS, L. A. de; POSSENDORO, A. J. A PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO NO BRASIL: cenário e evolução quantitativa, qualitativa, histórica e conceitual. **Passagens: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará**, v. 9, n. 1, p. 153–169, 2018.

FARKAS, J.; SCHOU, J. Fake News as a Floating Signifier: Hegemony, Antagonism and the Politics of Falsehood. **Javnost - The Public**, v. 25, n. 3, p. 298–314, 2018.

FERRARI, P. Fake news, pós-verdade e o consumo de informações. *In*: XXVI ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2017, São Paulo, SP. **Anais do XXVI Encontro Anual da Compós**. São Paulo, SP: 2017.

FRAGOSO, S. Teorias da Conspiração no Brasil: apontamentos a partir de observações no Telegram. **Comunicação & Informação**, v. 26, p. 363–377, 2023.

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. 1a. ed. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2005.

GEHRKE, M.; BENETTI, M. A desinformação no Brasil durante a pandemia de Covid-19: temas, plataformas e atores. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 23, n. 2, 2021. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/22527>.

GELFERT, A. Fake News: A Definition. **Informal Logic**, v. 38, n. 1, p. 84–117, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008

GOMES, W. da S.; DOURADO, T. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 33–45, 2019.

HAN, B.-C. **Infocracia: Digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

HEANEY, K. **Facebook Knew I Was Gay Before My Family Did**. 2013. Disponível em: <https://www.buzzfeednews.com/article/katieheaney/facebook-knew-i-was-gay-before-my-family-did>. Acesso em: 19 jul. 2023.

IASBECK, L. C. A. Os boatos - além e aquém da notícia: versões não-autorizadas da realidade. **Lumina - Facom/UFJF**, v. 3, n. 2, p. 11–26, 2000.

ILHARCO, F. Filosofia da informação: alguns problemas fundadores. *In*: SOPCOM, 2004, Covilhã. **Actas dos III SOPCOM, IV LUSOCOM e II IBÉRICO**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2004. p. 41–48.

IRETON, C.; POSETTI, J. **Jornalismo, fake news e desinformação**: manual para educação e treinamento em jornalismo. Tradução: Sarah Rebouças Reedman. UNESCO Brasil, 2019.

JACK, C. **Lexicon of Lies: Terms for Problematic Information**. Data & Society Research Institute, 2017. Disponível em: https://datasociety.net/pubs/oh/DataAndSociety_LexiconofLies.pdf. .

KAKUTANI, M. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na Era Trump. Intrínseca, 2018.

KAPFERER, J.-N. **Rumors**: uses, interpretation & images. Routledge, 2013.

KEYES, R. **The post-truth era**: dishonesty and deception in contemporary life. 1st ed. New York: St. Martin's Press, 2004.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**: O que os jornalistas devem saber e o público exigir. Geração Editorial, 2004.

KUNSCH, M. M.; GOBBI, M. C. O CAMPO ACADÊMICO-CIENTÍFICO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL: PANORAMA, CONSTITUIÇÃO E PERSPECTIVAS. **Anuário eletrônico de estudos de comunicação social**, v. 9, n. 2, p. 68–91, 2016.

LAZER, D. M. J. *et al.* The science of fake news. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1094–1096, 2018.

LEMOS, A. Tecnologia e Cibercultura. *In*: FILHO, C. M. (org.). **Dicionário da comunicação**. São Paulo, SP: Paulus Editora, 2014.

LEMOS, A. The critique of essentialist critique of cyberculture. **Matrizes**, v. 9, n. 1, p. 29, 2015.

LIMA, C. R. M. D. *et al.* Emergência de saúde pública global por pandemia de Covid-19. **Folha de Rosto**, v. 6, n. 2, p. 5–21, 2020.

LIPOVETSKY, G. **A cultura-mundo**: Resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011.

LOPES, M. I. V. de. **Pesquisa em comunicação**. 6ª edição. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2001. (Série comunicação).

LOPES, F. Pós-verdade: uma crítica a partir da perspectiva da Infocomunicação. **Austral Comunicación**, v. 11, n. 02, p. 1–21, 2022.

MANCOSO, K. *et al.* Pesquisa em desinformação e divulgação científica: uma revisão da literatura latino-americana. **Journal of Science Communication - América Latina**, v. 6, n. 01, 2023. Disponível em: https://jcomal.sissa.it/article/pubid/JCOMAL_0601_2023_A01/. Acesso em: 8 jan. 2024.

MAYRING, P. **Qualitative content analysis**: theoretical foundation, basic procedures and software solution. Klagenfurt: 2014.

MIT SLOAN OFFICE OF COMMUNICATIONS. **Why do people around the world share fake news? New research finds commonalities in global behavior**. 2023. Disponível em: <https://mitsloan.mit.edu/press/why-do-people-around-world-share-fake-news-new-research-finds-commonalities-global-behavior>. Acesso em: 1 jan. 2024.

MOREIRA MENDES, C.; MATTOS, M. Â.; OLIVEIRA DOS SANTOS, A. Metapesquisa dos conceitos de desinformação e termos congêneres em artigos publicados no Portal de Periódicos Capes entre 2020-2022 no contexto pandêmico: abordagem quantitativa. **Revista Eco-Pós**, v. 26, n. 01, p. 237–267, 2023.

NASCIMENTO, G. F. D. **RESILIÊNCIA INFORMACIONAL E DESINFORMAÇÃO NO CONTEXTO DO COVID - 19: PRÁTICAS INFORMACIONAIS COLABORATIVAS DE MULHERES IMIGRANTES BRASILEIRAS NAS MÍDIAS SOCIAIS**. 2021. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11301621. Acesso em: 22 fev. 2024.

OLIVEIRA, G. A. de. **Fact-checking e eleições presidenciais de 2018**: a disputa pela verdade em interações no Twitter. 2020. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, 2020.

OXFORD DICTIONARIES. **Word of the Year 2016**. 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

PEGORARO, C. V. M. Guerras Culturais: Polarização, Mitos e Tipologia no Jornalismo. **Liinc em Revista**, v. 19, n. 2, p. e6640, 2023.

PERNICIOTTI, F. A. **A crise (?) da crítica no tempo dos fundamentalismos**. 2020. 169 f. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, 2020.

PIMENTEL, I. D. **Entre a ciência e a força do testemunho**: dimensões sociais, culturais e comunicacionais da circulação de conteúdos antivacina nas redes sociais. 2020. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Universidade Feevale, 2013.

REGINATO, G. D. **AS FINALIDADES DO JORNALISMO: o que dizem veículos, jornalistas e leitores**. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016.

REUTERS INSTITUTE. **Digital News Report 2023: Brazil**. 2023. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023/brazil>. Acesso em: 12 dez. 2023.

RÜDIGER, F. ORIGENS DA PROBLEMÁTICA TEÓRICA DA FALSA NOTÍCIA NO PENSAMENTO JORNALÍSTICO DA EUROPA E AMÉRICA. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 18, n. 32, 2020. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/587>.

SALDAÑA, J. **The coding manual for qualitative researchers**. 2nd ed. Los Angeles: SAGE, 2012.

SAMPAIO, R. C. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública - Enap, 2021. (Coleção Metodologias de Pesquisa).

SANTAELLA, L. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Estação das Letras e Cores, 2018.

SANTAELLA, L. **Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política**. São Paulo: Paulus, 2016.

SANTOS-D'AMORIM, K.; MIRANDA, M. F. D. O. Informação incorreta, desinformação e má informação: Esclarecendo definições e exemplos em tempos de desinfodemia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 26, p. 01–23, 2021.

SEGABINAZZI, T. **FACADA NEWS: percorrendo a pós-verdade, a desordem informativa e as notícias falsas no Twitter sobre a facada em Bolsonaro**. 2020. 191 f. Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo (RS), 2020.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The Mathematical Theory of Communication**. Champaign, EUA: University of Illinois Press, 1964.

SILVA, E. F. P. D. **JORNALISMO E DESINFORMAÇÃO: OS DESAFIOS DA IMPRENSA FRENTE À DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES FALSAS NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS**. 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Bernardo do Campo, SP, 2020. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/2061>.

SILVERMAN, C. **I Helped Popularize The Term “Fake News” And Now I Cringe Every Time I Hear It**. 2017. Disponível em:

<https://www.buzzfeednews.com/article/craigsilverman/i-helped-popularize-the-term-fake-news-and-now-i-cringe>.

SØE, S. O. A Floridian dilemma. Semantic information and truth. **Information Research**, v. 24, n. 2, 2019. Disponível em: <http://InformationR.net/ir/24-2/paper827.html>. Acesso em: 9 jan. 2024.

SOUTHWELL, B. G.; THORSON, E. A.; SHEBLE, L. (org.). **Misinformation and mass audiences**. First editioned. Austin: University of Texas Press, 2018.

SUNSTEIN, C. R. **On rumors: how falsehoods spread, why we believe them, and what can be done**. First Princeton editioned. Princeton: Princeton University Press, 2014.

TANDOC, E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “Fake News”: A typology of scholarly definitions. **Digital Journalism**, v. 6, n. 2, p. 137–153, 2018.

TEIXEIRA VIEIRA DE MELO, C.; VAZ, P. Guerras Culturais. **Revista ECO-Pós**, v. 24, n. 2, p. 1–40, 2021.

TESICH, S. A government of lies. **The Nation**, 1992.

TRÄSEL, M. Guerras culturais, hacking e as vulnerabilidades do jornalismo à desinformação. **Liinc em Revista**, v. 19, n. 2, 2023.

TRÄSEL, M. Pseudojornalismo: proposta de um termo para substituir “notícias falsas”. In: XII SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER, 2019. **XII Simpósio Nacional da ABCiber**. 2019. Disponível em: https://www.abciber2019.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=53. Acesso em: 25 jun. 2023.

TRÄSEL, M.; LISBOA, S.; VINCIPROVA, G. R. Post-truth and trust in journalism: an analysis of credibility indicators in Brazilian venues. **Brazilian journalism research**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 452–473, 2019.

TRÄSEL, M.; VINCIPROVA, G. R. O conceito de desinformação nos estudos de jornalismo brasileiros no contexto da pandemia de covid-19. In: **Anais do 20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. 2022.

VANZ, S. *et al.* Mapeamento das teses e dissertações em comunicação no Brasil (1992-2002): tendências temáticas. **Revista FAMECOS**, v. 14, n. 33, p. 53–60, 2007.

VIEIRA, L. M. **Antivacinação, Redes Sociais e Desinformação**: uma análise em um grupo do Facebook através da mineração de dados. 2021. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2021.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Desordem Informacional**: Para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas. Tradução: Pedro Luiz Caetano Filho; Abílio Azambuja Rodrigues Filho. Campinas, SP: CLE – Unicamp, 2023.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking**. 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. Acesso em: 28 dez. 2023.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

WORLD WIDE WEB FOUNDATION (WWW). **History of the Web**. 2009. Disponível em: <https://webfoundation.org/about/vision/history-of-the-web/>. Acesso em: 1 fev. 2024.

ZARZALEJOS, J. A. Comunicação, jornalismo e fact-checking. **Revista UNO**, São Paulo, SP, 2017. p. 11–13.

ANEXO A — TABELA COMPLETA DOS TRABALHOS ANALISADOS

AnoBase	Regiao	Uf	Siglaes	Nomees	NomePrograma	Autor	TituloTese	Nivel
1996	SUDESTE	RJ	UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	COMUNICAÇÃO	MARIA FERNANDA LIMA CABRAL MARQUES	ESTERELIZAÇÃO FEMININA E INFORMAÇÃO.	Mestrado
1996	SUDESTE	RJ	UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	COMUNICAÇÃO	VITOR MARIO IORIO	INFORMAÇÃO MIÚDA: UMA RETERRITORIALIZAÇÃO DO HOMEM CONTEMPORÂNEO	Mestrado
1997	SUDESTE	SP	UMESP	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	COMUNICACAO SOCIAL	Maria Amélia Miranda Pirolo	ATENDIMENTO COM ENTENDIMENTO: O RESGATE DA COMUNICAÇÃO	Mestrado
1998	SUDESTE	SP	PUC/SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA	Leão Pinto Serva	Tempo de Guerra, Tempo de Jornal	Mestrado
2002	CENTRO-OESTE	DF	UNB	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	COMUNICAÇÃO	Maria Fernanda Diniz Ávidos	Alimentos transgênicos: discurso e polêmica - Análise do discurso da mídia sobre os produtos transgênicos.	Mestrado
2003	SUL	RS	PUC/RS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Sandra Beatriz Miño Becker	Comunicar é preciso: um estudo de caso sobre a Pró-Reitoria de extensão da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.	Mestrado
2005	SUDESTE	SP	UMESP	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Edson Lopes de Oliveira Sobrinho	Turismo On Line: As Viagens Através do Mouse	Mestrado
2007	SUDESTE	SP	UNESP-BAUR	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (BAU	COMUNICAÇÃO	WELLINGTON DOS SANTOS FIGUEIREDO	A cobertura do terror e o terror da cobertura: produção de sentido em revistas – atentados de 11 de setembro de 2001	Mestrado

AnoBase	Regiao	Uf	Siglaes	Nomeles	NomePrograma	Autor	TituloTese	Nivel
2014	SUL	RS	PUC/RS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	COMUNICAÇÃO SOCIAL	DEBORAH CATTANI GERSON	AFINAL, O QUE É PSEUDONOTÍCIA? UM ESTUDO SOBRE O THE I- PIAUI HERALD, O SENSACIONALISTA E O LARANJAS NEWS	MESTRADO
2015	SUDESTE	SP	FCL	FACULDADE CÁSPER LÍBERO	COMUNICAÇÃO	ANA PAULA CAMPOS DAVIM	HUMOR E JORNALISMO: O FURO MTV	MESTRADO
2017	SUDESTE	RJ	UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	COMUNICAÇÃO	TIANA MACIEL ELLWANGER	MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013: COMO EXPERIENCIAMOS, ESQUECEMOS E LEMBRAMOS NA CONTEMPORANEIDADE	MESTRADO
2017	SUDESTE	RJ	PUC-RIO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	COMUNICAÇÃO	GUILHERME DE OLIVEIRA SIMAO	JORNALISMO INVESTIGATIVO SEM FINS LUCRATIVOS: CONCEITOS, OBJETIVOS E DISCURSOS DA AGÊNCIA PÚBLICA	MESTRADO
2018	SUDESTE	SP	PUC/SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA	MIRIAN APARECIDA MELIANI NUNES	RELATOS DA INFORMAÇÃO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS: CAMINHOS ALTERNATIVOS DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE NOTÍCIAS	DOCTORADO
2018	NORDESTE	PE	UNICAP	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	INDÚSTRIAS CRIATIVAS	BRUNO RAFAEL GUEIROS BARBOSA	ROBOS NAS MÍDIAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE SOBRE A GENESE E O DESENVOLVIMENTO DO FENOMENO SOCIAL BOTS	MESTRADO PROFISSIONAL
2018	SUL	RS	PUC/RS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO	COMUNICAÇÃO SOCIAL	MAURICIO BOZZI TONETTO	CIBERATIVISMO NAS REDES SOCIAIS : UM ESTUDO DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE	MESTRADO

AnoBase	Regiao	Uf	Siglaes	Nomeles	NomePrograma	Autor	TituloTese	Nivel
				RIO GRANDE DO SUL			NO PÓS-IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF	
2018	SUDESTE	MG	UFJF	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	COMUNICAÇÃO	LAURA ROSA GOMES	RIR PARA NÃO CHORAR: O RISO NAS NOTÍCIAS DO SENSACIONALISTA REFERENTES AOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF	MESTRADO
2018	NORDESTE	PB	UFPB-JP	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)	JORNALISMO	PEDRO HENRIQUE GOMES DA PAZ	“HOJE, SE ESPREMER O ESPELHO, SAI SANGUE”: ETNOGRAFIA DA PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS DE FEMINICÍDIO PARA O TELEJORNAL JPB 1º EDIÇÃO (PB)	MESTRADO PROFISSIONAL
2019	SUL	PR	UFPR	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	COMUNICAÇÃO	AMANDA MILLEO ALMEIDA	MOVIMENTO ANTIVACINAS NA INTERNET: DA APROPRIAÇÃO E RECIRCULAÇÃO DO JORNALISMO DE SAÚDE AO EMPODERAMENTO DE GRUPOS NO FACEBOOK	MESTRADO
2019	SUDESTE	MG	PUC/MG	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	COMUNICAÇÃO SOCIAL	LIDIA MARIA DE LIMA E SILVA	NOTÍCIA FALSA, IMPACTO REAL: UM ESTUDO SOBRE REAÇÕES DA IMPRENSA À CIRCULAÇÃO DE FAKE NEWS NA WEB	MESTRADO
2019	SUDESTE	RJ	UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	COMUNICAÇÃO	FRANCISCO MORATORIO DE ARAUJO GOES	FAKE NEWS E PÓS-VERDADE: O OLHAR DOS JORNALISTAS	MESTRADO
2019	SUDESTE	SP	PUC/SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE	COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA	FLAVIA BLANCO LIRA	LESBIANIDADES: O RUÍDO DAS MÍDIAS CONSTRÓI DESINFORMAÇÃO	MESTRADO

AnoBase	Regiao	Uf	Siglaes	Nomeles	NomePrograma	Autor	TituloTese	Nivel
				CATÓLICA DE SÃO PAULO				
2019	SUDESTE	SP	PUC/SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA	ADRIANA TEIXEIRA	FAKE NEWS CONTRA A VIDA: DESINFORMAÇÃO AMEAÇA VACINAÇÃO DE COMBATE À FEBRE AMARELA	MESTRADO
2019	SUDESTE	SP	USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	IVELISE DE ALMEIDA CARDOSO	PROPAGAÇÃO E INFLUÊNCIA DE PÓS-VERDADE E FAKE NEWS NA OPINIÃO PÚBLICA	MESTRADO
2019	SUL	RS	UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO	TAIS SEIBT	JORNALISMO DE VERIFICAÇÃO COMO TIPO IDEAL: A PRÁTICA DE FACT-CHECKING NO BRASIL	DOCTORADO
2019	SUDESTE	SP	UNIP	UNIVERSIDADE PAULISTA	COMUNICAÇÃO	ANDERSON WILLIAM MARZINHOWSKY BENALIA	DIREITO AO ESQUECIMENTO E RASTROS DA MEMÓRIA NAS MÍDIAS DIGITAIS: O BLOG "NÃO SALVO" E SEUS CANDIDATOS BIZARROS	MESTRADO
2019	NORDESTE	PE	UNICAP	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	INDÚSTRIAS CRIATIVAS	ALICE CRISTINY FERREIRA DE SOUZA	APLICATIVO VERIFIC.AI - AUTOMATIZAÇÃO DE CHECAGEM DE LINKS DE NOTÍCIAS NO COMBATE AO ECOSISTEMA DA DESINFORMAÇÃO	MESTRADO PROFISSIONAL
2019	SUDESTE	RJ	PUC-RIO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	COMUNICAÇÃO	MONICA CHAVES DE MELO	A PAUTA DA DESINFORMAÇÃO: "FAKE NEWS" E CATEGORIZAÇÕES DE PERTENCIMENTO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2018	MESTRADO
2019	NORDESTE	PB	UFPB-JP	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)	JORNALISMO	DEBORA FABIANNE DA SILVA FREIRE	DISCURSO E FORÇA ESTÉTICA DAS NOTÍCIAS FALSAS UM ESTUDO SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO	MESTRADO PROFISSIONAL

AnoBase	Regiao	Uf	Siglaes	Nomeles	NomePrograma	Autor	TituloTese	Nivel
							GÊNERO FAKE NEWS JOÃO PESSOA - PB OUTUBRO -	
2019	NORDESTE	PB	UFPB-JP	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)	JORNALISMO	LORENA BORGES DE ANDRADE	NÃO FOI POR AMOR: O JORNALISMO MULTIPLATAFORMA E INVESTIGATIVO DO PROJETO #UMAPORUMA SOBRE AS MULHERES ASSASSINADAS EM PERNAMBUCO	MESTRADO PROFISSIONAL
2019	SUDESTE	SP	UMESP	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RENATA FERREIRA DO NASCIMENTO	A INFORMAÇÃO COMO PRÁTICA DE INCENTIVO AO CONSUMO NO AMBIENTE DIGITAL	MESTRADO
2019	SUDESTE	MG	UFOP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	COMUNICAÇÃO	ENNIO HENRIQUE RODRIGUES SILVA	DEPOIS DA CHECAGEM DE FATOS - DISCURSOS, SENTIDOS E CRENÇAS EM CIRCULAÇÃO A PARTIR DE UMA POSTAGEM JORNALÍSTICA NO FACEBOOK	MESTRADO
2019	SUDESTE	SP	ESPM	ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING	PRODUÇÃO JORNALÍSTICA E MERCADO MPPJM	JESSICA DE ALMEIDA SANTOS	NEWS LITERACY UMA FERRAMENTA DE COMBATE À DESORDEM INFORMACIONAL	MESTRADO PROFISSIONAL
2019	SUDESTE	SP	FCL	FACULDADE CÁSPER LÍBERO	COMUNICAÇÃO	CIRO MARTINS PIRES DE OLIVEIRA	DO GRITO AO SILÊNCIO: REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES MUDIÁTICAS DA COMUNIDADE LGBTI.	MESTRADO
2019	SUDESTE	RJ	UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	COMUNICAÇÃO	MARCELO ALVES DOS SANTOS JUNIOR	DESARRANJO DA VISIBILIDADE, DESORDEM INFORMACIONAL E POLARIZAÇÃO NO BRASIL ENTRE 2013 E 2018	DOCTORADO

AnoBase	Regiao	Uf	Siglaes	Nomeles	NomePrograma	Autor	TituloTese	Nivel
2019	NORDESTE	PB	UFPB-JP	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)	COMUNICAÇÃO E CULTURAS MIDIÁTICAS	UMBERLANDIA ALVES CABRAL	FACT-CHECKING E DEMOCRACIA: A CARTADA TRUCO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL (2018)	MESTRADO
2019	NORDESTE	PE	UFPE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	COMUNICAÇÃO	LUCIANA CRISTINA BORGES DE ARAUJO	O LUGAR DE REFERÊNCIA E A FRAGILIDADE DAS INSTITUIÇÕES: NO CASO NE1	MESTRADO
2019	NORTE	TO	UFT	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE	JOESIA CARDOSO HENRIQUE	PÓS O DISCURSO TERRAPLANISTA NA PLATAFORMA YOUTUBE E SUA RELAÇÃO COM A PÓS-VERDADE: A CIÊNCIA DIZ SIM, ELES DIZEM NÃO-VERDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE O DISCURSO TERRA PLANA NO YOUTUBE	MESTRADO
2020	CENTRO-OESTE	MS	UFMS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	COMUNICAÇÃO	MIRIAM CRISTINA IBANHES	A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE AUTOLEGITIMAÇÃO DO JORNALISMO: UMA INVESTIGAÇÃO DAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIO-EDITORIAIS CONTRA AS "FAKE NEWS"	MESTRADO
2020	SUDESTE	SP	ESPM	ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING	COMUNICAÇÃO E PRÁTICAS DE CONSUMO	ELIANA REGINA LOPES LOUREIRO	"ISSO A GLOBO NÃO MOSTRA" CONVOCAÇÕES AFETIVAS AO CONSUMO DE FAKE NEWS E DESCREDIBILIZAÇÃO DA GRANDE MÍDIA NAS ELEIÇÕES 2018.	MESTRADO
2020	NORTE	TO	UFT	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE	COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE	GLES CRISTINA DO NASCIMENTO	A CIRCULAÇÃO DE DESINFORMAÇÃO NO	MESTRADO

AnoBase	Regiao	Uf	Siglaes	Nomeles	NomePrograma	Autor	TituloTese	Nivel
				FEDERAL DO TOCANTINS			WHATSAPP DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL DE 2018	
2020	SUDESTE	SP	USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	MARCIA PINHEIRO OHLSON	BLOQUEANDO AS FAKE NEWS: UM ESTUDO SOBRE O USO DO BLOCKCHAIN NO JORNALISMO A PARTIR DO PENSAMENTO DE CHARLES S. PEIRCE	MESTRADO
2020	SUDESTE	SP	USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	CAROLINA DOS SANTOS VELLEI	OS STORIES JORNALÍSTICOS NO INSTAGRAM: INVESTIGANDO OS NOVOS FORMATOS DE NARRATIVAS NAS MÍDIAS SOCIAIS	MESTRADO
2020	SUL	RS	UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	COMUNICAÇÃO	CAROLINA GANDON BRANDAO	A IDENTIDADE DA ORGANIZAÇÃO JORNALÍSTICA EM CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DO JORNAL O GLOBO (1988-2018)	MESTRADO
2020	SUL	RS	UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	COMUNICAÇÃO	LUIZ RICARDO GOULART HUTTNER	É FAKE NEWS? COMO ELEMENTOS DO JORNALISMO SÃO UTILIZADOS PARA A ELABORAÇÃO DE “NOTÍCIAS FALSAS”	MESTRADO
2020	SUL	RS	UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	COMUNICAÇÃO	FELIPE BONOW SOARES	POLARIZAÇÃO, FRAGMENTAÇÃO, DESINFORMAÇÃO E INTOLERÂNCIA: DINÂMICAS PROBLEMÁTICAS PARA A ESFERA PÚBLICA NAS DISCUSSÕES POLÍTICAS NO TWITTER	DOUTORADO

AnoBase	Regiao	Uf	Siglaes	Nomeles	NomePrograma	Autor	TituloTese	Nivel
2020	NORDESTE	PE	UNICAP	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	INDÚSTRIAS CRIATIVAS	ISLY VIANA DE MELO XIMENES	PRODUÇÃO DO TELEJORNALISMO EM TEMPOS DE MÍDIAS DIGITAIS	MESTRADO PROFISSIONAL
2020	SUDESTE	MG	UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	COMUNICAÇÃO SOCIAL	ALINE BASTOS	ENGAJAMENTO PÚBLICO EM CONTROVÉRSIA CIENTÍFICA: O CASO DA PÍLULA DO CÂNCER	DOUTORADO
2020	SUDESTE	MG	UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	COMUNICAÇÃO SOCIAL	AMANDA CHEVTCHOUK JURNO	FACEBOOK E A PLATAFORMIZAÇÃO DO JORNALISMO UMA CARTOGRAFIA DAS DISPUTAS, PARCERIAS E CONTROVÉRSIAS ENTRE 2014 E 2019	DOUTORADO
2020	SUDESTE	MG	UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	COMUNICAÇÃO SOCIAL	GISELLE APARECIDA DE OLIVEIRA PINTO	FACT-CHECKING E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018 A DISPUTA PELA VERDADE EM INTERAÇÕES NO TWITTER	MESTRADO
2020	SUL	SC	UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	JORNALISMO	KERLEY WINQUES	MEDIAÇÕES ALGORÍTMICAS E A ESPIRAL DO SILÊNCIO. AS DIMENSÕES ESTRUTURANTES IGREJA E SINDICATO NA RECEPÇÃO DE CONTEÚDOS NOTICIOSOS EM PLATAFORMAS DIGITAIS	DOUTORADO
2020	SUDESTE	SP	UMESP	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	COMUNICAÇÃO SOCIAL	EDNA FATIMA PEREIRA DA SILVA	JORNALISMO E DESINFORMAÇÃO: OS DESAFIOS DA IMPRENSA FRENTE À DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES FALSAS NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS	MESTRADO

AnoBase	Regiao	Uf	Siglaes	Nomeles	NomePrograma	Autor	TituloTese	Nivel
2020	NORDESTE	BA	UFBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS	TATIANA MARIA SILVA GALVAO DOURADO	FAKE NEWS NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018 NO BRASIL	DOCTORADO
2020	SUDESTE	RJ	UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	MÍDIAS CRIATIVAS	ISABELA DUARTE PIMENTEL	ENTRE A CIÊNCIA E A CRENÇA: UM ESTUDO SOBRE O MOVIMENTO ANTIVACINA DA FEBRE AMARELA	MESTRADO PROFISSIONAL
2020	SUDESTE	SP	ESPM	ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING	PRODUÇÃO JORNALÍSTICA E MERCADO MPPJM	JULIO CESAR MENEGHINI	EMOÇÕES E AFETOS NA DESORGANIZAÇÃO INFORMACIONAL O MEDO E A ESPERANÇA EM CONTEÚDOS FALSOS DE SAÚDE NO WHATSAPP	MESTRADO PROFISSIONAL
2020	SUDESTE	RJ	PUC-RIO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	COMUNICAÇÃO	LUCIANA DE ALCANTARA ROXO BREA	COM A PALAVRA, OS LEITORES: UMA ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO EM REDE SOBRE O JORNALISMO NAS MÍDIAS SOCIAIS.	DOCTORADO
2020	SUL	RS	UNISINOS	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	CLEBER DA SILVA MOREIRA	ADAPTAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL AO AMBIENTE E AOS PROCESSOS MUDIÁTICOS EM REDE	MESTRADO
2020	SUL	RS	UNISINOS	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	TIAGO SEGABINAZZI	FACADA NEWS: PERCORRENDO A PÓS-VERDADE, A DESORDEM INFORMATIVA E AS NOTÍCIAS FALSAS NO TWITTER SOBRE A FACADA EM BOLSONARO.	MESTRADO
2020	SUL	RS	PUC/RS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	COMUNICAÇÃO SOCIAL	RODRIGO BERSCH MUZELL	DESINFORMAÇÃO E PROPAGABILIDADE: UMA ANÁLISE DA DESORDEM INFORMACIONAL EM GRUPOS DE WHATSAPP	MESTRADO

AnoBase	Regiao	Uf	Siglaes	Nomeles	NomePrograma	Autor	TituloTese	Nivel
2020	SUL	RS	PUC/RS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	COMUNICAÇÃO SOCIAL	MARIANA CORSETTI OSELAME	PEDAGOGIA DA NOTÍCIA: UMA ROTA DE APRENDIZAGEM PARA O CONSUMO CONSCIENTE DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA NO AMBIENTE DIGITAL	DOUTORADO
2020	SUDESTE	SP	UAM	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	COMUNICAÇÃO	GABRIELA DI BELLA	EDU MARTINS TEM QUE MORRER - O CASO DO FOTÓGRAFO FALSO QUE EXPÔS AS FERIDAS DAS NOVAS MÍDIAS	MESTRADO
2020	NORDESTE	PB	UFPB-JP	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)	JORNALISMO	ANDREA MARIA BATISTA DA SILVA	JORNALISMO E BOATARIA NO CASO MARIELLE VOZES E SENTIDOS NA NOTÍCIA COMBUSTÍVEL DE FAKE NEWS JOÃO PESSOA	MESTRADO PROFISSIONAL
2020	SUDESTE	SP	PUC/SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA	FERNANDA ARAUJO PERNICIOTTI	A CRISE (?) DA CRÍTICA NO TEMPO DOS FUNDAMENTALISMOS	DOUTORADO
2020	SUL	RS	UFSM	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	COMUNICAÇÃO	KAUANE ANDRESSA MULLER	AS ESTRATÉGIAS DE CREDIBILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DE FACT- CHECKING BRASILEIRAS EM REAÇÃO ÀS FAKE NEWS NO CONTEXTO DE CRISE DO JORNALISMO PROFISSIONAL	MESTRADO
2020	CENTRO- OESTE	GO	UFG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	COMUNICAÇÃO	JOAO VICTOR MARIANO BARBOSA INACIO LAURIANO	DESINFORMAÇÃO E JORNALISMO: AS ESTRATÉGIAS DE VERIFICAÇÃO DA AGÊNCIA LUPA DURANTE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2018	MESTRADO

AnoBase	Regiao	Uf	Siglaes	Nomeles	NomePrograma	Autor	TituloTese	Nivel
2021	SUDESTE	RJ	UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	MÍDIA E COTIDIANO	ANA PAULA DE ALENCAR	COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE: UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO DO PROFESSOR COM A DESINFORMAÇÃO	MESTRADO
2021	SUL	PR	UTP	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS	ANDREA BARBIERI	TEM DÚVIDA? NÃO COMPARTILHE! O USO DE FAKE NEWS POR PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO FUNDAMENTAL II COM O PROPÓSITO DE DESENVOLVER HABILIDADES EM EDUCAÇÃO MUDIÁTICA COM SEUS ALUNOS	MESTRADO
2021	SUDESTE	SP	FCL	FACULDADE CÁSPER LÍBERO	COMUNICAÇÃO	CAIO GARCIA GUATELLI	OS INTERESSES PRIVADOS E A DESINFORMAÇÃO AUDIOVISUAL: O ABUSO DA LINGUAGEM AUDIOVISUAL EM DETRIMENTO DOS INTERESSES DE UMA SOCIEDADE POUCO PREPARADA PARA SUA COMPREENSÃO	MESTRADO
2021	SUDESTE	SP	USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	JOSE ISMAR PETROLA JORGE FILHO	DA IMPRENSA ALTERNATIVA ÀS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE NOTÍCIAS FICIONAIS NO PASQUIM E NO SENSACIONALISTA	DOCTORADO
2021	CENTRO-OESTE	GO	UFG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	COMUNICAÇÃO	RAFAEL BORGES MARQUES	DESINFORMAÇÃO ANTI-VACINA: ANÁLISE COMUNICACIONAL DO	MESTRADO

AnoBase	Regiao	Uf	Siglaes	Nomeles	NomePrograma	Autor	TituloTese	Nivel
							GRUPO O LADO OBSCURO DAS VACINAS	
2021	CENTRO-OESTE	GO	UFG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	COMUNICAÇÃO	JOSUE PEREIRA DA SILVA SANTOS	O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS(AS) FRENTE ÀS FAKE NEWS: UMA ANÁLISE DE PARTICIPANTES DO GRUPO "BIBLIOTECÁRIOS DO BRASIL" NO FACEBOOK	MESTRADO
2021	NORDESTE	PB	UFPB-JP	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)	JORNALISMO	ANDRE OLIMPIO RESENDE MAIA	ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE BOLSONARO E JORNALISMO NO CONTEXTO DIGITAL: DISCURSOS E OPINIÃO PÚBLICA	MESTRADO PROFISSIONAL
2021	CENTRO-OESTE	DF	UNB	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	COMUNICAÇÃO	MAIRA MARTINS MORAES	FAKE NEWS: POLISSEMIAS E POLIVALÊNCIAS NO PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO	DOUTORADO
2021	NORDESTE	PI	FUFPI	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	COMUNICAÇÃO	RANNYELLE ANDRADE DA SILVA	DISCURSOS DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS INSTAGRAM E TWITTER, NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018 NO BRASIL	MESTRADO
2021	NORDESTE	SE	FUFSE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	COMUNICAÇÃO	ANA LAURA FARIAS GONCALVES	ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA DESINFORMAÇÃO NA PANDEMIA NO BRASIL E NA ARGENTINA: A ATUAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE FACT-CHECKING LUPA E CHEQUEADO	MESTRADO
2021	SUL	RS	UNISINOS	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	CRISTINE RAHMEIER MARQUETTO	ALFABETIZAÇÃO MUDIÁTICA E JORNALISMO: PRÁTICAS JORNALÍSTICAS NA ESCOLA	DOUTORADO

AnoBase	Regiao	Uf	Siglaes	Nomeles	NomePrograma	Autor	TituloTese	Nivel
							PARA O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO CRÍTICO NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO	
2021	SUDESTE	SP	FCL	FACULDADE CÁSPER LÍBERO	COMUNICAÇÃO	GIOVANNI MARIO BALDO MALAVASI	TELEJORNALISMO E DESINFORMAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19: A COBERTURA DOS PRONUNCIAMENTOS OFICIAIS DO PRESIDENTE BOLSONARO PELO JORNAL NACIONAL E JORNAL DA RECORD	MESTRADO
2021	CENTRO-OESTE	GO	UFG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	COMUNICAÇÃO	LARISSA MACHADO VIEIRA	ANTIVACINAÇÃO, REDES SOCIAIS E DESINFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE EM UM GRUPO DO FACEBOOK ATRAVÉS DA MINERAÇÃO DE DADOS	MESTRADO
2021	SUL	RS	UFSM	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	COMUNICAÇÃO	ANTONIO PEIXOTO OLIVEIRA	NO OLHO DO FURACÃO: A CIRCULAÇÃO DAS FAKE NEWS DO GOVERNO JAIR BOLSONARO NAS PLATAFORMAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID 19	MESTRADO
2021	SUDESTE	RJ	PUC-RIO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	COMUNICAÇÃO	PATRICIA SOUZA GABRIG	DESINFORMAÇÃO: A INTENCIONALIDADE DE ENGANAR COMO FORMA DE OBTENÇÃO DE LUCRO	MESTRADO
2021	NORDESTE	MA	UFMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	COMUNICAÇÃO	JORGE ARAUJO MARTINS FILHO	SEM MIGUÉ NAS ELEIÇÕES: UMA PROPOSTA DE FACT-CHECKING COLABORATIVO EM SÃO LUÍS/MA	MESTRADO PROFISSIONAL
2021	NORDESTE	PI	FUFPI	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE	COMUNICAÇÃO	MARTA THAIS ALENCAR COSME	(RE)INVENÇÃO DA CHECAGEM DOS FATOS:	MESTRADO

AnoBase	Regiao	Uf	Siglaes	Nomeles	NomePrograma	Autor	TituloTese	Nivel
				FEDERAL DO PIAUÍ			ESTUDO COMPARATIVO DAS ESTRATÉGIAS MERCADOLÓGICAS DAS EMPRESAS FOLHA E ESTADÃO	
2021	NORTE	RR	UFRR	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	COMUNICAÇÃO	MARIA LUCIENE SAMPAIO BARBOSA	ERDADES, MEIAS-VERDADES OU MENTIRAS: AS TRANSMUTAÇÕES DA NARRATIVA JORNALÍSTICA NA CAMPANHA ELEITORAL DE 2018 EM RORAIMA	MESTRADO
2021	SUDESTE	SP	UNESP-BAURU	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (BAURU)	COMUNICAÇÃO	CAROLINE GARCIA CAFFEO	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL E O ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020	MESTRADO
2021	NORDESTE	RN	UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	ESTUDOS DA MÍDIA	CAROLINA TOSCANO MAIA	DESINFORMAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE DO CANAL DE INFORMAÇÕES SAÚDE SEM FAKE NEWS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	MESTRADO
2021	NORDESTE	RN	UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	ESTUDOS DA MÍDIA	LIZETE BARBOSA DA NOBREGA	O FACT-CHECKING NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DA AGÊNCIA LUPA E SUAS ESTRATÉGIAS PARA A RETOMADA DA VERDADE FACTUAL	MESTRADO
2021	NORDESTE	PB	UFPB-JP	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)	COMUNICAÇÃO E CULTURAS MIDIÁTICAS	GEYSIANNE FELIPE DO NASCIMENTO	RESILIÊNCIA INFORMACIONAL E DESINFORMAÇÃO NO CONTEXTO DO COVID - 19:	MESTRADO

AnoBase	Regiao	Uf	Siglaes	Nomeles	NomePrograma	Autor	TituloTese	Nivel
							PRÁTICAS INFORMACIONAIS COLABORATIVAS DE MULHERES IMIGRANTES BRASILEIRAS NAS MÍDIAS SOCIAIS	
2021	SUL	PR	UFPR	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	COMUNICAÇÃO	RENAN COLOMBO	DESINFORMAÇÃO E MITOLOGIA POLÍTICA: A PRESENÇA DE MITOS EM BOATOS DESMENTIDOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2018	DOUTORADO

Disponível digitalmente em <<https://abre.ai/i2kX>>